

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA – O CASO DE BAGÉ/RS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Maria Luiza Moraes**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

# **ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – O CASO DE BAGÉ/RS**

**Maria Luiza Moraes**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

**Orientador: Prof. Dr. Fernando do Nascimento Lock**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
– O CASO DE BAGÉ/RS**

elaborado por  
**Maria Luiza Moraes**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Ciências Contábeis**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Fernando do Nascimento Lock, Drº.** (UFSM)  
(Presidente/Orientador)

**Jose Alexandre Magrini Pigatto, Drº.** (UFSM)  
(Membro)

**Andréa Oliveira da Silveira, Profª** (UFSM)  
(Membro)

Santa Maria, 01 de dezembro de 2015.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus por ter me permitido chegar até este momento da minha vida e realizar um dos meus sonhos.

À minha família, pelo apoio, principalmente meus pais, que apesar das dificuldades, sempre me proporcionaram uma educação de qualidade e me incentivaram a seguir em frente.

À Universidade Federal de Santa Maria, pelo ensino gratuito e de qualidade, especialmente ao corpo docente do Curso de Ciências Contábeis.

Ao orientador deste trabalho, Prof. Dr. Fernando do Nascimento Lock, pelo apoio e auxílio na realização deste estudo.

Aos colegas do curso, especialmente aqueles que além de colegas, hoje posso chamar de amigos.

## **RESUMO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
Curso de Ciências Contábeis  
Universidade Federal de Santa Maria

### **ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – O CASO DE BAGÉ/RS**

AUTORA: MARIA LUIZA MORAES

ORIENTADOR: FERNANDO DO NASCIMENTO LOCK

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 01 de dezembro de 2015.

O presente estudo tem como objetivo analisar o comportamento da execução do orçamento do município de Bagé/RS. Para atingir esse objetivo foram traçados objetivos específicos que trataram de realizar o levantamento da legislação referente à temática, identificar as alterações ocorridas nos demonstrativos e analisar o comportamento da execução orçamentária. O levantamento da legislação e identificação das alterações utilizou-se de pesquisa documental e o método de análise do orçamento foi realizado através da análise vertical e horizontal das demonstrações contábeis, que mostram o comportamento e tendências do orçamento. Realizou-se, também, a análise dos índices de realização das receitas e despesas para verificar o quanto do previsto foi realmente executado. Por fim, verificou-se que a principal fonte de recursos do ente se dá pelas Transferências Correntes, o que indica que o município não tem capacidade de arrecadação para sustentar suas despesas e, a principal aplicação dos recursos é destinada ao quadro de servidores do município. Além disso, constatou-se que os orçamentos não são executados de maneira satisfatória, indicando deficiência da gestão na busca de recursos e com isso havendo limitação na execução das despesas.

Palavras-chave: Balanço orçamentário. Análise horizontal e vertical. Análise dos índices de realização de receitas e despesas. Comportamento da execução orçamentária.

## **ABSTRACT**

Term Paper  
Course of Accounting Sciences  
Federal University of Santa Maria

### **BEHAVIOR ANALYSIS OF BUDGET EXECUTION - THE CASE BAGÉ / RS**

AUTHOR: MARIA LUIZA MORAES

SUPERVISOR: FERNANDO DO NASCIMENTO LOCK

Date and Place of Defense: Santa Maria, December 1<sup>th</sup> 2015.

This study aims to analyze the behavior of the implementation of the City of Bagé / RS budget. To achieve this objective were outlined specific objectives that treated to survey the legislation on the subject, identify the changes in the statements and analyze the behavior of budget execution. The survey of legislation and identification changes made use of desk research and budget analysis method was conducted through vertical and horizontal analysis of financial statements, which show the behavior and trends of the budget. It was also held the analysis of the achievement rates of income and expenses to check how much the predicted was actually executed. Finally, it was found that the main source of municipal resources is given by Current Transfers, indicating that the city has no collection capacity to support their expenses and the main use of funds is for the payment of salaries of municipal servants. In addition, it was found that budgets are not performed satisfactorily, indicating disability management in the search for resources and, therefore, there is limitation in the execution of expenditure.

Keywords: Budget balance. Horizontal and vertical analysis. Analysis of the achievement rates of income and expenses. Behavior on budget implementation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura Balanço Orçamentário – Receitas 2002 .....	24
Figura 2 – Estrutura Balanço Orçamentário – Despesas 2002 .....	24
Figura 3 – Estrutura Balanço Orçamentário – Receitas 2003 .....	25
Figura 4 – Estrutura Balanço Orçamentário – Receitas 2004 .....	25
Figura 5 – Estrutura Balanço Orçamentário – Despesas 2004 .....	26
Figura 6 – Estrutura Balanço Orçamentário – Despesas 2007 .....	27
Figura 7 – Estrutura Balanço Orçamentário – Despesas 2008 .....	28
Figura 8 – Estrutura Balanço Orçamentário – Despesas 2015 .....	28

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Análise vertical das receitas correntes.....	38
Gráfico 2 – Análise vertical das receitas de capital .....	38
Gráfico 3 – Análise vertical das despesas correntes.....	40
Gráfico 4 – Análise vertical das despesas de capital .....	40
Gráfico 5 – Comparativo análise horizontal das receitas correntes e de capital .....	42
Gráfico 6 – Análise horizontal das receitas correntes .....	42
Gráfico 7 – Análise horizontal das receitas de capital .....	43
Gráfico 8 – Análise horizontal da conta Outras Receitas de Capital .....	43
Gráfico 9 – Comparativo análise horizontal das despesas correntes e de capital.....	44
Gráfico 10 – Análise horizontal das despesas correntes.....	45
Gráfico 11 – Análise horizontal das despesas de capital .....	45
Gráfico 12 – Análise vertical do total das receitas.....	47
Gráfico 13 – Análise vertical do total das despesas .....	47
Gráfico 14 – Índice de realização das receitas correntes.....	48
Gráfico 15 – Índice de realização das receitas de capital .....	49
Gráfico 16 – Índice de realização do total das receitas .....	49
Gráfico 17 – Índice de realização das despesas correntes .....	50
Gráfico 18 – Índice de realização das despesas de capital.....	51
Gráfico 19 – Índice de realização do total das despesas .....	51



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise vertical das receitas .....	37
Tabela 2 – Análise vertical das despesas .....	39
Tabela 3 – Análise horizontal das receitas .....	41
Tabela 4 – Análise horizontal das despesas .....	44
Tabela 5 – Análise vertical do total das receitas .....	46
Tabela 6 – Análise vertical do total das despesas.....	46
Tabela 7 – Índice de realização das receitas .....	48
Tabela 8 – Índice de realização das despesas.....	50
Tabela 9 – Participação dos créditos adicionais nas dotações atualizadas .....	52

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BO – Balanço Orçamentário

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MDF – Manual de Demonstrativos Fiscais

PPA – Plano Plurianual

RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

## LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Balanço Orçamentário: Receita e Despesa 2004.....	62
Anexo B – Balanço Orçamentário: Receita e Despesa 2005.....	63
Anexo C – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2006.....	65
Anexo D – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2007.....	67
Anexo E – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2008.....	69
Anexo F – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2009.....	71
Anexo G – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2010.....	73
Anexo H – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2011.....	75
Anexo I – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2012.....	77
Anexo J – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2013.....	79
Anexo K – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2014.....	81

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
<b>2.1 Orçamento público</b> .....	15
<b>2.2 Contabilidade aplicada à administração pública</b> .....	18
2.2.1 Balanço orçamentário .....	19
2.2.2 Alterações estruturais no balanço orçamentário .....	23
<b>2.3 Estudos anteriores realizados na área</b> .....	29
<b>2.4 Análise das demonstrações contábeis</b> .....	31
2.4.1 Análise vertical .....	31
2.4.2 Análise horizontal .....	31
2.4.3 Análise através de índices .....	32
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	34
<b>3.1 Enquadramento metodológico da pesquisa</b> .....	34
<b>3.2 Métodos utilizados para coleta e análise dos dados</b> .....	34
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	37
<b>4.1 Resultados da análise vertical e horizontal</b> .....	37
<b>4.2 Resultados da análise dos cálculos dos índices</b> .....	48
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	57

# 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema o comportamento da execução orçamentária e está delimitado a comparar o orçamento previsto e a execução realizada, do período de 2004 a 2014, através da análise horizontal e vertical do Balanço Orçamentário, no município de Bagé, Rio Grande do Sul.

O orçamento público funciona como instrumento de controle das ações do governo, o qual se subordina a regras ou princípios estabelecidos. Assim, tem-se o Plano Plurianual (PPA) que se trata de um planejamento para um período de quatro anos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que estabelece e direciona as prioridades a serem observadas pela LOA e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que tratará da fixação da despesa e previsão da receita. “A LOA é elaborada pela iniciativa do poder executivo” (BRASIL, 1988, artigo 165, inciso III) “compatível com o PPA e a LDO” (BRASIL, 2000, artigo 5º). “Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º” (BRASIL, 1988, artigo 166, parágrafo 6º).

Esses planejamentos são realizados pelos responsáveis pelo governo, ou seja, os políticos que são eleitos pela população e devem seguir os preceitos legais, tais como: a Lei 4.320/64, a qual exige que se deve seguir as normas de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos. A Constituição Federal (CF) de 1988, a qual traz o regulamento sobre a elaboração dos orçamentos, em seu artigo 165 até o 169. A LRF/2000 também traz normas de elaboração da LDO e da LOA em seus artigos 4º e 5º, os quais devem ser seguidos pelos responsáveis da elaboração do orçamento.

Ainda, deve-se obedecer à Lei 9.504 de 1997 em seu artigo 11, parágrafo 1º, inciso IX, que determina que no momento do registro de candidatos, os políticos devem apresentar as propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República. Este inciso foi incluído pela Lei 12.034 de 2009 que alterou a Lei 9.504 de 1997 e outras. Assim, a população poderá tomar conhecimento das propostas e, se a escolha for baseada nesse documento, a mesma possuirá a prova da promessa feita e poderá cobrar dos eleitos, caso eles descumpram o prometido.

Essas propostas servirão de base para a elaboração do PPA do período de mandato. Além do PPA há a LDO, que estabelecerá as prioridades e metas da Administração e orientará a elaboração da LOA. É através da LOA que a população pode verificar se o prometido nos momentos de campanha política será executado.

Todo esse arcabouço serve para ter uma base sobre o que se pode realizar em função de melhores condições para a população residente em determinado ente da federação. Se isso for feito sem se basear nas normas e sem seguir determinados princípios preestabelecidos, é possível que se incorra em falta de recursos para a execução de programas governamentais.

A partir do exposto, questiona-se: qual o comportamento da execução orçamentária no município de Bagé-RS, durante o período de 2004 a 2014?

Para alcançar os resultados inerentes ao questionamento, foram traçados objetivos, geral e específicos. O objetivo geral busca analisar o comportamento da execução orçamentária no município de Bagé-RS, durante o período de 2004 a 2014. Os objetivos específicos são: levantar a legislação referente à temática do estudo e dos balanços orçamentários do município; identificar as alterações ocorridas nos dados dos demonstrativos e torná-los comparáveis; e analisar o comportamento da execução orçamentária durante o período de 2004 a 2014.

A pesquisa foi motivada pelo fato de um mesmo partido político, vir se mantendo desde o ano 2000 no poder. Esse foi o ano em que ocorreu as eleições que elegeram para o primeiro mandato o partido que se mantém até os dias atuais no governo. Além disso, a escolha desse município, que contém população de 116.794 habitantes, está ligada à diferenciação estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em seu artigo 63, que faculta aos municípios, que apresentam população inferior a cinquenta mil habitantes, publicarem os demonstrativos referentes ao artigo 53, de forma semestral, sendo que aos demais é obrigatória a publicação bimestral.

O estudo se justifica, também, pelo fato da exigência de mais transparência dos gastos públicos e melhor planejamento do orçamento, com o intuito de priorizar as maiores necessidades da população.

Assim, torna-se necessária, cada vez mais, a participação da população no processo de planejamento e elaboração do orçamento, direito garantido pela CF/1988 em seu artigo 14 e previsto na LRF/2000, no artigo 48, parágrafo único, incisos I e II, os quais incentivam a participação popular.

Ainda, como justificativa para a escolha do município de Bagé, tem-se o fato do município apresentar índice de educação acima da média do estado do Rio Grande do Sul medido pelo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), nos anos de 2010 a 2012, na pesquisa da Fundação de Economia e Estatística (FEE) dentre os municípios com população acima de cem mil habitantes.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussões e conclusão. A introdução apresenta a abordagem do estudo, delimitação do tema, a problemática, os objetivos, geral e específicos, e a justificativa.

O segundo capítulo traz o referencial teórico, que aborda os principais conceitos e teorias acerca do assunto levantado e estudos anteriores realizados na área.

O terceiro trata da metodologia, apresenta o enquadramento da pesquisa e especifica os procedimentos metodológicos aplicados na realização do estudo.

O quarto capítulo traz os resultados e discussões, o qual apresenta os cálculos dos dados e a análise dos mesmos.

O quinto e último capítulo apresenta as conclusões geradas pelo estudo, as limitações e recomendações para novos trabalhos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo estão apresentados alguns conceitos, aspectos e definições referentes à temática do estudo, os quais tem o objetivo de fundamentar a análise dos resultados.

### 2.1 Orçamento público

A palavra orçamento, conforme o dicionário Michaelis, significa “cálculo dos gastos a fazer com a realização de qualquer obra ou empresa. Na esfera pública é a fixação das despesas públicas e estimativa da receita para um ano fiscal”.

Para Araújo e Arruda (2009) ele é, antes de tudo, um instrumento de planejamento que visa acompanhar, controlar e avaliar a administração da coisa pública.

De acordo com Silva (2011, p. 172) “está intimamente ligado ao desenvolvimento dos princípios democráticos, à ideia da soberania popular e, por conseguinte, ao triunfo dos sistemas representativos do governo [...]”.

O orçamento público trata-se de uma lei de iniciativa do poder executivo e aprovada pelo poder legislativo, que tem por objetivo estimar a receita e fixar a despesa para o exercício financeiro. “A lei do orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho de governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade” (BRASIL, 1964, art. 2º).

Segundo Kohama (2013) “para que o orçamento seja a expressão fiel de um programa de governo, como também um elemento para a solução dos problemas da comunidade [...] deve seguir os princípios citados no artigo 2º da Lei 4320/64, os quais sejam:

Unidade: Araújo e Arruda (2009) trazem que por esse princípio o orçamento deve ser único, contemplando as receitas e despesas para o exercício financeiro.

Universalidade: o princípio da universalidade traz que, segundo Piscitelli e Timbó (2012, p. 34) “o orçamento deve compreender todas as receitas e todas as despesas”, de modo a facilitar o controle adequado do poder legislativo sobre as operações realizadas pelo poder executivo.



Anualidade: esse princípio traz que, conforme Piscitelli e Timbó (2012, p. 36) “o orçamento deve ser elaborado e autorizado para execução em um período determinado de tempo (geralmente um ano) ”.

Além desses três, outros poderiam ser considerados relevantes, entretanto, Burkhead (1971, p. 140) esclarece que “Estes princípios podem ser úteis como meio de se estudar alguns aspectos do processo orçamentário. Se considerados, todavia, como mandamentos, são completamente irrealistas. Os Governos como excelentes sistemas orçamentários violam essas regras com bastante frequência”.

Para facilitar atingir um nível dinâmico de bem-estar à coletividade o governo se utiliza de planejamentos e programas de ações através de um Sistema de Planejamento Integrado. Kohama (2013) traz que esse sistema busca, através de escolhas prioritárias, o melhor emprego dos meios disponíveis para minimizar os problemas econômicos e sociais existentes.

Como processos de planejamentos a Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 165, traz o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA).

O PPA constitui um planejamento de médio prazo que institui as diretrizes, os objetivos e as metas da gestão pública por um período de pelo menos quatro anos, sendo indispensável para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988:

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (BRASIL, 1988, art. 165, parágrafo 1º)

A vigência do PPA é até o final do primeiro exercício do mandato subsequente, e o projeto de lei é encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro, ou seja, até o mês de agosto do primeiro mandato.

A LDO tem sua regulamentação na Constituição Federal (CF) de 1988:

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 1988, art.165, parágrafo 2º).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, compreendidos aqui o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social, de forma a adequá-los às diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidos no plano plurianual (KOHAMA, 2013, p 42).

Através da LOA viabiliza-se a concretização das situações planejadas no PPA e transforma-as em realidade, obedecendo a LDO. O orçamento anual trata de programar as ações a serem executadas para alcançar os objetivos determinados.

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988, a lei orçamentária anual compreenderá:

- I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL, 1988, art. 165, parágrafo 5º).

Ainda conforme a Constituição Federal (CF) de 1988:

Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional (BRASIL, 1988, art.165, parágrafo 7º).

A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei (BRASIL, 1988, art. 165, parágrafo 8º).

Segundo Silva (2011, p. 185) “o projeto da LOA será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da seção legislativa”.

Além dos princípios do orçamento e os planejamentos, há o ciclo orçamentário que conforme Kohama (2013) “é a sequência das etapas desenvolvidas pelo processo orçamentário” e são as seguintes: elaboração, estudo e aprovação, execução e avaliação.

A elaboração, conforme Kohama (2013, p. 49) “compreende a fixação de objetivos concretos para o período considerado, bem como o cálculo dos recursos

humanos, materiais e financeiros, necessários à sua materialização e concretização”. “Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente” (BRASIL, 1964, art. 32).

O estudo e aprovação, segundo Kohama (2013) é a fase de competência do poder legislativo que deve devolver ao poder executivo até o encerramento da sessão legislativa para sanção.

A execução é a concretização anual dos objetivos e metas determinados no processo de planejamento. A Lei 4320 determina que “imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar” (BRASIL, 1964, art. 47). “As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária” (BRASIL, 1964, art.50).

A avaliação, conforme Araújo e Arruda (2009, p. 65), “é o período em que se materializa a ação estatal, que tem como origem a idealização das ações até a efetiva aferição dos benefícios concretizados”. Kohama (2013, p. 53) traz que “a avaliação deve ser ativa, desempenhar um papel importante como orientadora da execução e fixar em bases consistentes as futuras programações [...]”.

## **2.2 Contabilidade aplicada à administração pública**

A contabilidade aplicada à administração pública seja na área Federal, Estadual, Municipal ou no Distrito Federal, se encontra baseada na Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros (BRASIL, 1964, art.85).

A contabilidade não trata especificamente da elaboração do orçamento, mas sim, do resultado do orçamento previsto através do acompanhamento e interpretação dos dados por ela registrados e analisados.

Conforme Nascimento e Cherman (2005), a Contabilidade Pública é um sistema de informação e avaliação que visa prover seus usuários com demonstrações e análises de diversas naturezas, entre elas, orçamentária.

No âmbito da contabilidade governamental, a informação é uma ferramenta muito importante tanto para as necessidades dos administradores, pois esses têm de cumprir as determinações legais exigidas pela administração pública, quanto aos cidadãos, devendo oferecer informações sobre a destinação dos recursos adquiridos através dos tributos que lhe são cobrados.

### 2.2.1 Balanço orçamentário

O Balanço Orçamentário (BO) está previsto na Lei 4320 e conforme o artigo 102, demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Ao final do exercício tem-se superávit ou déficit, que é a diferença, para mais ou para menos, na execução do orçamento.

Outrossim, podemos conceituar o Balanço Orçamentário como um quadro de contabilidade com duas seções, em que se distribuem as receitas previstas no orçamento como também as realizadas, as despesas fixadas e as realizadas, igualando-se as somas opostas com os resultados, o previsto e o realizado, e o déficit ou superávit. (KOHAMA, 2013, p. 275).

Araújo e Arruda (2009) dizem que o balanço orçamentário mostra:

- a) Economia orçamentária: quando a despesa realizada é menor que a despesa fixada.
- b) Superávit orçamentário: quando a despesa realizada é menor que receita arrecadada.
- c) Déficit orçamentário: quando a despesa realizada é maior que receita arrecadada.
- d) Excesso de arrecadação: quando a receita arrecadada é maior que receita prevista.
- e) Frustração de arrecadação: quando a receita arrecadada é menor que receita prevista.

Piscitelli e Timbó (2012, p. 320) trazem que “na elaboração do orçamento, entretanto, parte-se de uma situação que a receita prevista é igual à despesa fixada”. Esse equilíbrio formal não significa que o orçamento esteja equilibrado do ponto de vista econômico, sendo comum esse equilíbrio só ser alcançado mediante a cobertura do déficit com operações de crédito.

Ainda, conforme o mesmo autor (2012, p. 320), “o superávit pode constituir-se num mecanismo de política fiscal”. No caso brasileiro a obtenção de elevados superávits é uma das mais importantes metas da política fiscal com o objetivo de pagamento dos juros da dívida pública.

A LRF também prevê o Balanço Orçamentário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), de forma mais detalhada e de publicação bimestral. O RREO é composto de:

- I – balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:
  - a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
  - b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;
- II – demonstrativos da execução das:
  - a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
  - b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício; (BRASIL, 2000, art.52).

No balanço as receitas se apresentam com sua previsão inicial que contém os valores constantes na LOA e permanecerão inalterados durante todo o exercício. Ao lado, a previsão atualizada, que mostra a reestimativa da receita decorrente de abertura de créditos adicionais, criação de natureza de receita não prevista na LOA, atualizações monetárias autorizadas por lei. Depois, as receitas realizadas, que são as arrecadadas pelo órgão ou por rede bancária.

Kohama (2013, p. 68) traz que “a receita orçamentária é a consubstanciada no orçamento público”.

As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas (BRASIL, 2000, artigo 12).

Desse modo, pode-se afirmar que os ingressos ou receitas correspondem a todas as quantias recebidas pelos cofres públicos, ao passo que as receitas públicas correspondem ao ingresso que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondências no passivo, vem acrescentar seu vulto como elemento novo e positivo. (SILVA, 2011, p. 227).

Conforme a Lei 4320/64 a receita se classifica em Receitas Correntes e de Capital. “As receitas correntes compreendem as receitas tributárias, de contribuições, agropecuária, de serviços e outras, e as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e são destinadas a atender despesas correntes” (BRASIL, 1964, art.11, parágrafo 1º).

As receitas de capital “[...] são provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, e recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e são destinadas a atender despesas de capital e o superávit do orçamento corrente” (BRASIL, 1964, art.11, parágrafo 2º).

As receitas passam por alguns estágios durante sua execução. Conforme Araújo e Arruda (2009, p. 84) “os estágios da receita pública representam as fases percorridas pela receita na execução orçamentária”. São quatro estágios: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Previsão: Kohama (2013, p. 83) diz que a previsão “corresponde aos valores que a lei do orçamento consignar [...]”.

As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas (BRASIL, 2000, art.12).

“Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o poder executivo desdobrará a previsão das receitas em metas bimestrais de arrecadação [...]” (BRASIL, 2000, art.13).

Lançamento: Segundo Kohama (2013) é o ato administrativo utilizado pelo poder executivo com o objetivo de verificar a ocorrência do fato gerador, identificar o contribuinte e os respectivos valores ou vencimentos. “São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato” (BRASIL, 1964, art.52).

Arrecadação: Conforme Araújo e Arruda (2009, p. 85) “representa o momento em que o contribuinte liquida suas obrigações para com o Estado junto aos agentes arrecadadores”.

Recolhimento: é a transferência do produto da arrecadação ao caixa do Tesouro. Segundo Piscitelli e Timbó (2012, p. 144) “só através do recolhimento, em conta específica, é que se pode dizer que os recursos estarão efetivamente disponíveis para utilização pelos gestores financeiros, de acordo com a programação que for estabelecida”.

As despesas orçamentárias, segundo Araújo e Arruda (2009) “são as despesas públicas que dependem de autorização legislativa e não podem se efetivar sem crédito orçamentário correspondente”.

No balanço elas aparecem como dotação inicial que apresentam os créditos iniciais conforme a LOA, permanecendo, assim como a previsão inicial, inalterados durante o exercício. Depois, ao lado, está a dotação atualizada que representa a dotação inicial somada aos créditos abertos ou reabertos no exercício, deduzidos das respectivas anulações ou cancelamentos. Logo, há as despesas empenhadas, que representam os empenhos no exercício e depois as despesas liquidadas.

Conforme a Lei 4320/64 a despesa classifica-se em duas categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. As despesas correntes são, conforme Kohama (2013, p. 102), “gastos de natureza operacional, realizados pelas instituições públicas, para a manutenção e o funcionamento de seus órgãos”. São elas, pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes.

As despesas de capital, segundo o mesmo autor (2013, p. 102), “são aquelas que contribuem para a formação ou aquisição de um bem de capital”. Assim pode-se dizer que são gastos feitos com o propósito de criar ou adquirir bens de capital usados que constituem incorporações ao patrimônio público. Compreendem os investimentos, as inversões financeiras, a amortização da dívida e reserva de contingência.

Ao analisar a Lei 4320/64 observa-se três estágios da despesa: o empenho, a liquidação e o pagamento.

Empenho: “O empenho da despesa consiste no ato da autoridade competente que cria a obrigação de pagamento por parte do Estado” (BRASIL, 1964, art.58). O empenho não poderá exceder o limite dos créditos concedidos (BRASIL, 1964, artigo 59). Cada empenho realizado gera um documento denominado de nota de empenho,

no qual consta o nome do credor, a especificação e a importância da despesa e a dedução desta do saldo da dotação. “A nota de empenho pode substituir o termo de contrato, nas modalidades em que esse é facultativo” (BRASIL, 1993, art.62).

Liquidação: “é a verificação do direito adquirido pelo credor tomando por base os títulos e documentos comprobatórios do crédito, com o objetivo de apurar a origem e o objeto que se deve pagar, a importância a pagar e a quem se deve pagar. Terá por base o contrato, a nota de empenho e os comprovantes da entrega de material ou da efetiva prestação do serviço” (BRASIL, 1964, art.63).

Pagamento: “a ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga” (BRASIL, 1964, artigo 64). Conforme parágrafo único do mesmo artigo “a ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade”.

Porém, além desses estágios, Kohama (2013) cita a fixação, também como estágio, quando é realizada a fixação da despesa na lei de orçamento. Araújo e Arruda (2009) citam a programação, que ocorre após a publicação da lei do orçamento e faz-se a programação dos créditos aprovados para o exercício, e a licitação, que significa o procedimento administrativo que seleciona os fornecedores habilitados e qualificados, com a proposta mais vantajosa para contratação de serviços e realização de compras, destacando não ser obrigatória em todos os casos.

### 2.2.2 Alterações estruturais no balanço orçamentário

O BO, um dos anexos do RREO, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, obteve modificações em sua estrutura, desde a publicação da LRF, em 04 de maio de 2000, até os dias atuais.

Primeiramente, em setembro de 2000, houve a publicação de três Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), sendo a 469 de 20 de setembro, que aprovou os modelos de demonstrativos do RREO para os municípios, a 470 também de 20 de setembro, aprovou os modelos para os Estados e a 471 de 19 de setembro, que aprovou os modelos de demonstrativos para a União. Depois disso, em maio de 2001, foram publicadas a Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001, da STN, que padronizou as classificações de receita e despesa, e a Portaria STN nº 180 de 21 de maio de 2001, que detalhou a classificação da receita para todas as esferas de governo. Ainda em 2001, no dia 14 de dezembro, foi publicada a Portaria nº 560, a



qual instituiu o Manual de Elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, que aplicou os seus efeitos a partir do exercício de janeiro de 2002 e revogou as Portarias nº 469, 470 e 471 de setembro de 2000.

Conforme o Manual de Elaboração do RREO, em 2001, o BO do RREO teria a estrutura da Figura 1 e Figura 2.

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	<até o bim> (c)	% (c/a)	
.....							
Subtotal da Receitas (I)							
Déficit (II)							
Total (I + II)							

Figura 1 – Estrutura Balanço Orçamentário – Receitas 2002

Fonte: Adaptado de Relatório Resumido da Execução Orçamentária: Manual de Elaboração, 2002.

Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos Adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)=(a + b)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo (c-g)
				No bim (d)	<até o bim> (e)	No bim (f)	<até o bim> (g)	% (g/c)	
.....									
Subtotal das Despesas (I)									
Superávit (II)									
Total (I+II)									

Figura 2 – Estrutura Balanço Orçamentário – Despesas 2002

Fonte: Adaptado de Relatório Resumido da Execução Orçamentária: Manual de Elaboração, 2002.

Ainda em 2002, foi instituída a Portaria nº 517, dia 14 de outubro, a qual aprova a 2ª edição do Manual de Elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, que tornou sem efeito alguns dos anexos do RREO, permanecendo em vigor os demais, até 31 de dezembro de 2002, e aplicou os efeitos para o exercício de 2003. Porém, na estrutura das receitas, houve uma alteração, surgiu uma linha correspondente a Saldos de Exercícios Anteriores, correspondente a recursos advindos de superávit de exercícios anteriores, que seriam usados para abertura de créditos adicionais. Essa alteração está representada na Figura 3.

Com a Portaria nº 441 de 27 de agosto de 2003, foi aprovado a 3ª edição do Manual de Elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Esta Portaria aplicou seus efeitos a partir do exercício de 2004, revogando a partir deste exercício a Portaria nº 517 de 2002. Neste exercício a estrutura do balanço ficou representado conforme as Figuras 4 e 5.

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	<até o bim> (c)	% (c/a)	
.....							
Subtotal da Receitas (I)							
Saldo de Exercícios Anteriores (II)							
Subtotal III = (I + II)							
Déficit (IV)							
Total (III + IV)							

Figura 3 – Estrutura Balanço Orçamentário – Receitas 2003

Fonte: Adaptado de Relatório Resumido da Execução Orçamentária: Manual de Elaboração, 2002.

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	<até o bim> (c)	% (c/a)	
.....							
Subtotal da Receitas (I)							
Operações de Crédito – Refinanciamento (II)							
Refinanciamento da Dívida Mobiliária							
Refinanciamento de Outras Dívidas							
Subtotal com Refinanciamento III = (I + II)							
Déficit (IV)							
Total V = (III + IV)							
Saldos de Exercícios Anteriores							

Figura 4 – Estrutura Balanço Orçamentário – Receitas 2004

Fonte: Adaptado de Relatório Resumido da Execução Orçamentária: manual de elaboração, 2003.

Com a instituição da Portaria nº 471, de 31 de agosto de 2004, aprovou-se a 4ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, com efeitos aplicados para o exercício de 2005 e revogando a Portaria nº 441 de 2003. A estrutura do BO do RREO neste exercício passa a ter as Operações de Crédito/Refinanciamento e Amortização da Dívida/Refinanciamento divididas em Operações de Crédito Internas e Externas e Amortização da Dívida Internas e Externas.

Despesas	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+c)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo (f-j)
				No bim (g)	<até o bim> (h)	No bim (i)	<até o bim> (j)	% (j/f)	
.....									
Subtotal das Despesas (VIII)									
Amortização da Dívida – Refinanciamento (IX)									
Refinanciamento da Dívida Mobiliária									
Refinanciamento de Outras Dívidas									
Subtotal com Refinanciamento (X) = (VIII + IX)									
Superávit (XI)									
Total XII = (X+XI)									

Figura 5 – Estrutura Balanço Orçamentário – Despesas 2004

Fonte: Adaptado de Relatório Resumido da Execução Orçamentária: manual de elaboração, 2003.

Em 2005, veio a Portaria nº 587, de 29 de agosto, que aprovou a 5ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, que teve seus efeitos aplicados para o exercício de 2006, revogando a Portaria nº 471 de 2004. Conforme este Manual, as receitas deverão ser informadas pelos seus valores líquidos de deduções, como dedução para o Fundef. Ademais, não houve alterações significativas, permanecendo o demonstrativo igual da edição anterior.

Depois, em 2006, com a Portaria nº 633, de 30 de agosto, aprovou-se a 6ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido da

Execução Orçamentária, com aplicação dos seus efeitos para o exercício de 2007, revogando a Portaria nº 587 de 2005. Para este exercício, deveria constar no BO as receitas e despesas líquidas das receitas e despesas intraorçamentárias.

Conforme o Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (2006), as receitas e despesas intraorçamentárias devem ser apresentadas em uma tabela no final do demonstrativo. Também, nesse exercício, as despesas liquidadas passaram a ter um novo tratamento. “Durante o exercício são consideradas despesas executadas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, são consideradas despesas executadas as despesas liquidadas e as inscritas em restos a pagar não processados” (Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 2006, p. 103). Então, no encerramento do exercício, a estrutura do BO, das despesas, ficou apresentado conforme a Figura 6.

Despesas	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f)=(d + c)	Despesas Empenhadas		Despesas Executadas			Saldo a Executar (f-(j+k))	
				No bim (g)	<até o bim> (h)	Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (k)		% ((j+k)/f)
						No bim (i)	<até o bim> (j)			

Figura 6 – Estrutura Balanço Orçamentário – Despesas 2007

Fonte: Adaptado de Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e RREO, 2006.

A Portaria nº 575, de 30 de agosto de 2007, aprovou a 7ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, a qual aplicou seus efeitos para o exercício de 2008 e revogou a Portaria nº 633 de 2006. Este Manual apresenta o quadro das despesas do BO, com uma diferença nas letras de referência: as colunas de Despesas Empenhadas no bimestre e até o bimestre, e Despesas Liquidadas no bimestre sem nenhuma letra, apresentando a sequência a partir das Despesas Liquidadas até o bimestre, sendo ao invés da letra “j” a letra “g”, alterando as demais colunas, conforme Figura 7.

Posteriormente, em 2008, com a instituição da Portaria nº 577, de 15 de outubro, foi revogada a Portaria nº 575 de 2007 e aprovou-se a 1ª edição do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, Volume II, válido para o exercício de 2009.

Despesas	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f)=(d + c)	Despesas Empenhadas		Despesas Executadas			Saldo a Executar (f-(g+h))	
				No bim	<até o bim>	Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (h)		% ((g+h)/f)
						No bim	<até o bim> (g)			

Figura 7 – Estrutura Balanço Orçamentário – Despesas 2008

Fonte: Adaptado de Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e RREO, 2007.

Em 05 de agosto de 2009, a Portaria nº 462, aprovou a 2ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, com efetivação para o exercício de 2010 e revogou a Portaria nº 577 de 2008. Em 2010, houve a publicação da Portaria nº 249 de 30 de abril, que aprovou a 3ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais Volume II, que teve validade para o exercício de 2011 e revogou a Portaria nº 462 de 2009. Estas Portarias não trouxeram alterações estruturais no demonstrativo do BO.

No ano de 2011, a Portaria nº 407, aprovou a 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais. Este foi válido para o exercício de 2012, revogando a Portaria nº 249. A partir deste exercício as Receitas de Contribuições ficaram divididas em Contribuições Sociais, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e Contribuição de Iluminação Pública. Antes eram apenas Contribuições Sociais e Contribuições Econômicas.

Depois, em 2012, veio a Portaria nº 637 de 18 de outubro, que aprovou a 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, aplicando seus efeitos para o exercício de 2013 e revogando a Portaria nº 407. Esta portaria não trouxe alterações para o BO e permaneceu válida, também, para o exercício de 2014.

Ainda, posteriormente, em 2014, houve a publicação da Portaria Nº 553 de 22 de setembro, que aprovou a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF. Esta Portaria teve seus efeitos aplicados a partir do exercício financeiro de 2015 e revogou as Portarias nº 637 de 2012, nº 216, nº 465 e nº 537 de 2013.

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo g= (e-f)	Liquidadas		Saldo i=(e-h)	Despesas pagas até o bim (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (K)
			No bim	<até o bim> (f)		No bim	<até o bim> (h)			

Figura 8 – Estrutura Balanço Orçamentário – Despesas 2015

Fonte: Adaptado de Manual de Demonstrativos Fiscais, 2014.

Com este Manual, o quadro das despesas passou a apresentar duas colunas referente a saldo, correspondente a saldos das despesas empenhadas e saldo das despesas liquidadas, e incluiu uma coluna referente às despesas pagas até o bimestre, que não existia nos outros demonstrativos.

### **2.3 Estudos anteriores realizados na área**

Ao pesquisar, utilizando-se da ferramenta de pesquisa do Google, sobre trabalhos com a temática desse estudo foram encontrados seis artigos relacionados com este tema.

Em 2007, foram encontrados dois trabalhos, ambos Trabalhos de Conclusão de Curso da UFSM, com os títulos “Análise dos Balanços Orçamentários da União” e “A Transparência do Balanço Orçamentário do Município de Santa Maria”. O primeiro analisou a evolução das receitas e despesas e verificou as diferenças entre o orçamento e a execução. Esta análise foi referente ao período de 2004, 2005 e 2006 e foi feita através da análise horizontal e vertical das demonstrações contábeis. A conclusão obtida foi que há divergências entre o planejado e o executado, isso, conforme os autores Lyra, Lock e Maior (1998), indica que houve falhas na previsão ou frustração na arrecadação. O segundo teve como finalidade analisar o entendimento dos alunos do curso de Ciências Contábeis da UFSM sobre o Balanço Orçamentário do município de Santa Maria no período de 2006, se o mesmo apresentava ou não transparência, através de questionário aplicados aos alunos. Com a pesquisa concluiu-se que os alunos, em geral, não possuem entendimento suficiente para apontar transparências nos demonstrativos.

Em 2011, foi encontrado, também, um Trabalho de Conclusão de Curso da UFSM, intitulado “Análise da Execução Orçamentária do Município de Faxinal do Soturno/RS”. Este estudo analisou a execução orçamentária do município, sob o ponto de vista do cumprimento de objetivos fixados. Para o seu desenvolvimento foi utilizada a análise de demonstrativos contábeis e entrevista estruturada. Através dessa pesquisa foi verificado que o município apresenta um bom desempenho de seu Orçamento Anual, pois a maioria das principais variações apresentou justificativas aceitáveis para a ocorrência.

Durante o Congresso Internacional de Administração em 2012, foi apresentado o artigo intitulado como “Análise da receita pública no balanço orçamentário em um

município do Estado do Mato Grosso do Sul”. Esse trabalho teve como objetivo analisar o nível de variação percentual entre o planejado e o executado das receitas, no período de 2005 a 2010. Foi adotada a metodologia de confrontar se o valor orçado atendia o contido no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, a média dos últimos três exercícios. Foi concluído que a prefeitura não prevê de maneira eficiente suas receitas em níveis sintéticos fazendo uma previsão próxima da realidade apenas em níveis gerais. Observou-se, também, que não se cumprem os princípios que regem a contabilidade pública, publicando-se demonstrativos onde suas receitas não condizem com o executado.

Em 2013 foi publicado o artigo intitulado como A dinâmica da execução orçamentária federal do Brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010, que investigou a existência e a intensidade da relação entre o calendário das eleições presidenciais brasileiras e a dinâmica da execução orçamentária federal, no período de 1985 a 2010, levando em conta as mudanças institucionais do período. Nesse artigo obteve-se a conclusão que a política fiscal federal apresenta comportamento cíclico, onde as receitas e despesas públicas estão condicionadas, em boa parte, à periodicidade das eleições presidenciais. Todavia, a Lei de Responsabilidade Fiscal permitiu reduzir as oscilações cíclicas em boa parte das despesas e receitas do orçamento federal.

Ainda, foi encontrado o artigo intitulado como “Análise da Gestão Orçamentária em uma Instituição Federal de Ensino através da configuração dos recursos executados na Subfunção Ensino Superior”, que tratou de realizar uma investigação sobre a composição e destinação dos gastos governamentais efetuados por uma Instituição Federal de Ensino Superior, a partir da análise dos programas e ações orçamentárias na subfunção Ensino Superior, no exercício financeiro de 2009, considerando-se o planejamento e a execução orçamentária da despesa. O artigo cita Miranda et al. (2008 p. 212) que trazem que “[mais que nunca há a consciência de que é necessário controlar a execução orçamentária, confrontando-a com o que foi previsto”. A pesquisa revelou que apenas uma das nove ações contempladas pela Unidade Orçamentária na subfunção Ensino Superior, apresentou execução orçamentária compatível com o que foi planejado. Nas outras ações, as despesas liquidadas não ultrapassaram 47,0% da dotação autorizada embora em quatro delas, curiosamente as metas físicas alcançadas foram além das estimadas.

## 2.4 Análise das demonstrações contábeis

Assim como na contabilidade empresarial, na pública também se utiliza da análise vertical e horizontal dos balanços. Porém, aqui é necessário, além dos cálculos resultantes das fórmulas, a interpretação dos resultados obtidos para, a partir disso, observar sua significância e o que agrega ao melhor andamento da Administração.

### 2.4.1 Análise vertical

Conforme Perez Junior e Begalli (2009) a análise vertical mostra a composição percentual e a participação de cada conta em relação a um valor adotado como base.

Ribeiro (2009) traz que o principal objetivo desta análise é mostrar a importância de cada conta na demonstração financeira a que pertence.

Ribeiro (2009, p. 199) diz também que “o cálculo do percentual é feito por meio de regra de três, em que o valor base é igualado a 100, sendo os demais calculados em relação a ele”.

“É desejável que as conclusões baseadas na Análise Vertical sejam completadas pelas da Análise Horizontal” (MATARAZZO, 2003, p.249). Isso é importante para que as análises sejam centradas apenas nas evoluções de elementos significativos dentro do seu contexto.

Para fins desse estudo, apresenta a comparação de índices de representatividade de receitas e despesas dentro de um mesmo grupo dentro de um mesmo exercício.

### 2.4.2 Análise horizontal

Perez Junior e Begalli (2009) trazem que a análise horizontal visa evidenciar as variações que ocorreram nos valores monetários em determinado período de tempo.

Para Ribeiro (2009) este tipo de análise possibilita o acompanhamento de cada uma das contas, ressaltando as tendências, seja de evolução ou retração.

Iudícibus (1998), afirma que a análise horizontal tem como objetivo mostrar o crescimento dos itens dos balanços e outros demonstrativos através dos períodos



para assim caracterizar tendências. Por meio dela pode-se então comparar os valores de uma mesma conta ou grupo de contas em diferentes exercícios sociais.

Esta análise consiste em escolher um exercício como base e atribuir aos seus valores o percentual de 100, e a partir deste, calcular por meio de regra de três, os demais valores em relação ao período base.

#### 2.4.3 Análise através de índices

Lima e Castro (2003, p. 187) trazem que “do confronto entre as receitas e despesas, podem-se avaliar o grau de planejamento e o desempenho da arrecadação em determinado período”.

Conforme Lyra, Lock e Maior, (1998, p. 35) ao apresentarem o Índice de Realização das Receitas, demonstram que se o índice for “menor que 1 (um) indica que a previsão não correspondeu à realização, podendo espelhar ingerência do gestor na busca de recursos”.

Ainda segundo o mesmo autor “se o índice for maior que 1 (um) indica a entrada de recursos maior do que fora previsto, pode significar falha na previsão se a diferença for muito acentuada”.

O índice de realização das receitas é resultante da divisão das receitas realizadas pelas receitas previstas.

Conforme Lima e Castro (2003) com o confronto das despesas, podem-se analisar a postura da administração frente à autorização legislativa que limita a ação do dirigente.

Segundo Lyra, Lock e Maior (1998) “quando o quociente resulta em valor menor que 1 (um), indica que a fixação é maior que a execução. Lyra, Lock e Maior (1998, p. 35) trazem que isso “evidencia a existência de dotação sem a utilização, ou seja, o gestor não gastou no que fora fixado. Pode também, demonstrar falhas na fixação das despesas”.

Conforme Lyra, Lock e Maior (1998, p. 35) “índice igual a 1 (um), significa que os recursos foram utilizados conforme o estabelecido, ou seja, a fixação da despesa atendeu as necessidades”.

Lyra, Lock e Maior (1998) afirmam que “não poderá haver índice maior que 1 (um), nas despesas, pois a execução está vinculada a obrigação contraída, porém, pode ser indícios de utilização de Créditos Adicionais”.

O índice de realização das despesas é obtido dividindo-se as despesas realizadas pelas despesas fixadas.

## **4 METODOLOGIA**

Neste capítulo são apresentados, o enquadramento metodológico da pesquisa quanto ao tipo de pesquisa, método e abordagem do estudo, e os procedimentos de análise utilizados, como foi realizada a pesquisa, adaptações para os cálculos e os softwares de programas usados para a realização dos cálculos.

### **3.1 Enquadramento metodológico da pesquisa**

O estudo realizado utilizou-se da pesquisa documental como tipo de pesquisa, a qual Cervo e Bervian (2006) trazem como a investigação de documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características.

Quanto ao método, constitui-se em um estudo dedutivo, pois, segundo Gil (1999) parte-se de dados gerais, já considerados verdadeiros, para chegar a uma conclusão formal.

Quanto à abordagem, o estudo se caracteriza como quantitativo, pois são utilizados os resultados de cálculos dos índices da previsão e execução orçamentária para chegar as conclusões.

### **3.2 Métodos utilizados para coleta e análise dos dados**

Primeiramente para a elaboração desse estudo foi feita uma pesquisa na página do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para verificar o resultado das eleições e constatado o tempo de permanência dos partidos políticos no poder. A partir disso foi elaborada uma planilha com os dados da página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com os municípios que continham mais de cinquenta mil habitantes. Assim, foi constatado que haviam quatro municípios no Rio Grande do Sul, Bagé, Campo Bom, Ijuí e Santiago, que possuíam os mesmos partidos políticos há quinze anos no comando do governo. Então, optou-se por realizar o estudo acerca do balanço orçamentário constante do RREO, referente ao bimestre novembro/dezembro, o qual possui os dados do bimestre e de todo o ano, disponível no sítio da Prefeitura Municipal de Bagé, dos períodos de 2004 a 2014, pois quando foi feita a procura dos

demonstrativos dos demais municípios, tanto no sítio da prefeitura, como no da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), não foram encontrados os balanços dos mesmos períodos, apenas a partir do exercício de 2005.

Quanto ao desenvolvimento do trabalho, foi utilizado o programa Microsoft Excel para realização dos cálculos dos índices dos balanços orçamentários dos períodos em análise, e depois foi feita a comparação do orçamento previsto com o que foi executado, através de análise temporal dos resultados. As tabelas de cálculos utilizadas no presente trabalho foram adaptadas do Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Santa Maria, intitulado como “Análise dos balanços orçamentários da União”, o qual analisou a evolução das receitas e despesas e verificou as diferenças entre o orçamento e a execução nos períodos de 2004, 2005 e 2006.

Os cálculos da análise vertical foram realizados para verificar a participação de cada receita em relação às receitas correntes e às receitas de capital. O cálculo é realizado atribuindo-se 100% para as receitas correntes e através de regra de três encontrando-se a participação de cada receita em relação à mesma. Assim, também foi feito com as demais, e igualmente para as receitas de capital. Esse mesmo procedimento foi utilizado para o cálculo da análise vertical das despesas. Para a análise dos resultados, dividiu-se os resultados para as receitas correntes e para as receitas de capital, verificando a composição de cada uma. Para facilitar a análise, por entender que o período de é longo, optou-se por calcular a média de participação de cada receita e assim fazer as comparações.

Para a análise horizontal, calculou-se a evolução de cada conta em relação ao período inicial, ou seja, o ano de 2004, tanto para as receitas como para as despesas. Então, atribuiu-se 100% para as contas no ano de 2004 e, através da regra de três, encontrou-se a variação para os demais anos. Da mesma maneira que na análise vertical, utilizou-se da média para comparar as evoluções de cada conta.

Os cálculos dos índices de realização da receita e da despesa foram feitos para verificar o quanto de receita foi realizada em relação à previsão orçamentária e o quanto de despesa foi executada em relação à fixação inicial. O índice de realização da receita é obtido através da divisão da receita realizada até o exercício pela previsão atualizada. Importante observar que no ano de 2004 havia uma diferença de nomenclatura, sendo execução no exercício dividido por previsão meta no exercício. Para as despesas no ano de 2004 utilizou-se da divisão da coluna liquidação no

exercício pela coluna dotação com alteração. Nos demais anos, até 2007, dividiu-se a coluna despesa liquidada até o bimestre pela coluna dotação atualizada. A partir do ano de 2008, fez-se a soma das colunas despesa liquidada até o bimestre com os restos a pagar não processados e dividiu-se pela coluna da dotação atualizada.

Foi realizado o cálculo da participação dos créditos adicionais na dotação atualizada, para verificar o quanto de créditos são utilizados nas dotações. O percentual de participação dos créditos adicionais é obtido através da divisão do valor dos créditos adicionais pela dotação atualizada, e o resultado, multiplicado por 100.

Em relação à estrutura dos balanços, deve-se constar que no período de 2004, o balanço apresentava as receitas correntes por seus valores brutos e abaixo apresentava as deduções da receita corrente. Para os cálculos foi considerada a dedução nas receitas correntes. Já no ano de 2005, apesar do Manual do RREO trazer que as receitas deveriam ser apresentadas pelos valores brutos e as deduções, no balanço não há a evidência das deduções, por isso se considerou que os valores foram publicados pelos valores líquidos das deduções. Outro fato surgiu a partir do ano de 2007, que foram as classificações das receitas e despesas exceto intraorçamentárias e as intraorçamentárias. Para manter a coerência entre os demonstrativos, as mesmas foram somadas para a realização do cálculo dos índices.

Os cálculos foram demonstrados em tabelas realizadas no programa Microsoft Excel, mas como o período de análise mostrou-se longo, foram acrescentados gráficos durante a análise dos resultados para melhor visualização e comparação do comportamento dos componentes dos balanços orçamentários.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados os cálculos realizados na pesquisa juntamente com as análises feitas acerca dos resultados encontrados.

### 4.1 Resultados da análise vertical e horizontal

Com a análise vertical verificou-se a composição das receitas correntes e de capital ao longo dos anos, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Análise vertical das receitas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>RECEITAS</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	22,59	23,83	23,02	22,23	20,29	22,30	21,38	22,13	23,00	24,37	23,45
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5,79	4,56	5,01	4,19	7,83	7,69	8,40	7,26	4,59	8,38	8,79
RECEITA PATRIMONIAL	0,99	1,45	1,54	1,48	3,83	2,29	2,88	4,17	5,11	-0,05	2,81
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,30	0,47	0,10	0,05	0,04	0,14	0,06	0,40	0,24	0,32	0,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63,89	63,72	63,13	63,59	60,68	59,51	60,05	59,49	61,10	60,73	58,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6,44	5,97	7,20	8,46	7,33	8,07	7,37	6,55	5,96	6,25	6,46
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20,46	42,85	17,99	0,98	12,72	79,63	13,29	37,77	19,01	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	-	1,17	2,77	1,42	0,21	0,00	0,09	0,55	0,34	0,74	3,88
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	79,51	55,98	79,24	97,60	87,07	20,37	86,62	61,68	78,11	78,58	75,60
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,54	20,68	20,52

Fonte: Adaptado de Paim, 2007.

Constatou-se, em relação às Receitas Correntes, que a maior fonte de recursos são as Transferências Correntes, com participação média de 61,28%. Estas se caracterizam, conforme a Lei 4320/64 como “recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes”. Conforme verificado nos demonstrativos, esses recursos referem-se à transferências intergovernamentais, ou seja, repasses de outras esferas de governo, estadual ou federal. A segunda maior fonte de recursos

das receitas correntes, média de 22,60%, refere-se às Receitas Tributárias, com a arrecadação de impostos. Os restantes 16,12%, distribuídos em Outras Receitas Correntes, 6,91%, Receita de Contribuições, 6,59%, Receita Patrimonial, 2,41% e Receita de Serviços com 0,21%.

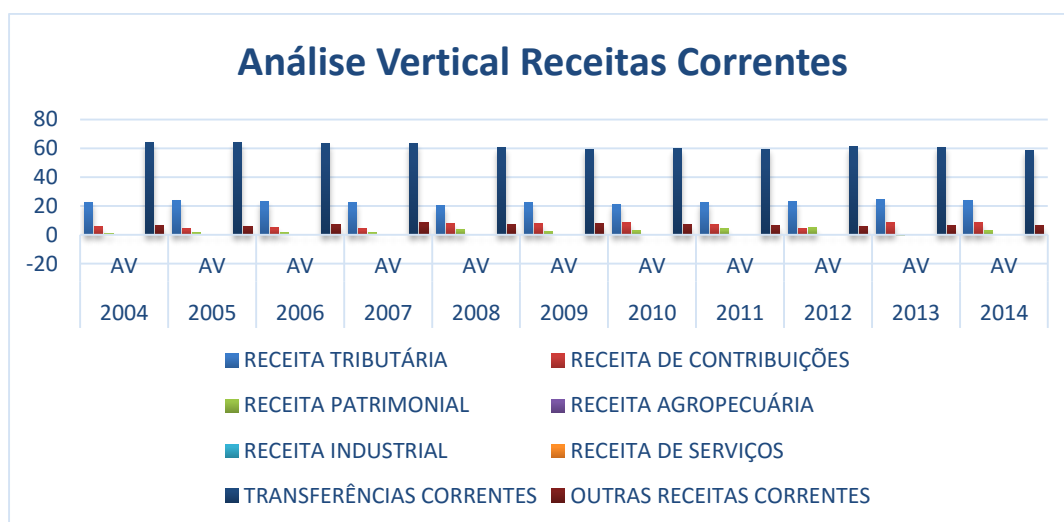


Gráfico 1 – Análise vertical das receitas correntes

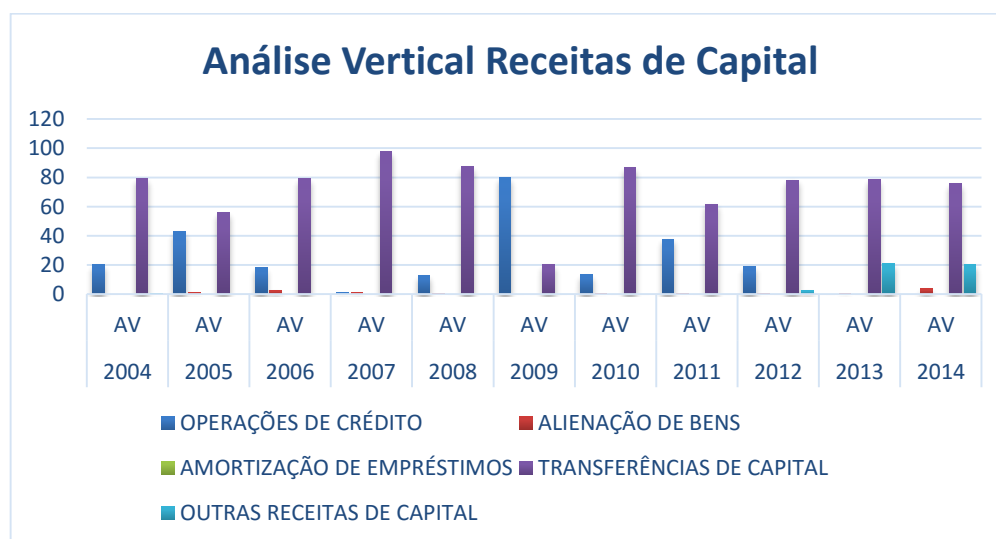


Gráfico 2 – Análise vertical das receitas de capital

Em relação às Receitas de Capital, a que se destacou foi as Transferências de Capital, com participação média de 72,76%. Na análise dessa conta, verificada através dos balanços, notou-se que as transferências referem-se, principalmente, a convênios, os quais geralmente tratam de obras civis, como construção de escolas, hospitais, estradas, pavimentação asfáltica e outros. Importante ressaltar que,

conforme artigo 25 da LRF/2000, há exigências para o recebimento desse tipo de recurso. Então se o ente está recebendo, isso indica que ele cumpre com as exigências estabelecidas, entre elas exigências de dotação específica e faz a comprovação da sua situação conforme inciso IV do mesmo artigo, que exige que o ente esteja em dia quanto ao pagamento de tributos, cumpra os limites referentes à educação e saúde e outros. A segunda principal fonte de receitas de capital foram as Operações de Crédito, Internas, com participação média de 22,25%. O restante, de 4,99%, distribuídos entre as contas de Outras Receitas de Capital com 3,97% e Alienação de Bens com 1,02%.

Tabela 2 – Análise vertical das despesas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>DESPESAS</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>	<b>AV</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61,94	59,18	57,03	57,05	54,56	54,76	56,08	54,27	56,92	57,57	58,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,05	0,03	0,27	0,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38,06	40,82	42,97	42,95	45,44	45,23	43,90	45,68	43,05	42,16	41,83
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
INVESTIMENTOS	58,73	60,11	64,49	60,08	71,30	76,01	74,11	85,08	86,77	80,76	61,20
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,71	0,13	0,06	3,84	1,10	0,02	0,00	1,26	0,44	0,69	0,62
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	40,56	39,76	35,44	36,08	27,60	23,97	25,89	13,66	12,79	18,33	38,18

Fonte: Adaptado de Paim, 2007.

Em relação às Despesas Correntes, conforme Tabela 2, verificou-se que, a maior aplicação dos recursos concentrou-se na conta de Pessoal e Encargos Sociais, com média de 57,05%. Deve-se atentar para os limites exigidos pela legislação que “a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: Municípios: 60% (sessenta por cento)” (BRASIL, 2000, art.19). A segunda aplicação de recursos está em Outras Despesas Correntes, média de 42,92%, sendo Juros e Encargos da Dívida com participação insignificante, somente 0,03%.

No grupo das Despesas de Capital verificou-se a conta de Investimentos com a maior aplicação de recursos, média de 70,79%. Essa conta apresenta valores, conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais (2013), referentes a planejamentos e



execução de obras, aquisição de imóveis necessários, equipamentos e material permanente. Isso indica que há coerência nas origens e aplicações dos recursos, pois os demonstrativos apresentam a maior receita de capital, como as Transferências de Capital, sendo aplicado em projetos de mesma natureza.

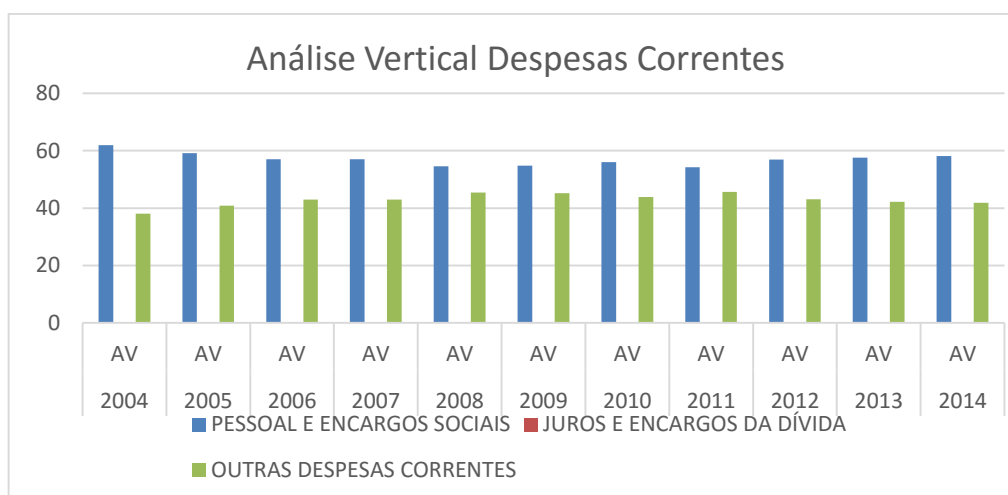


Gráfico 3 – Análise vertical das despesas correntes

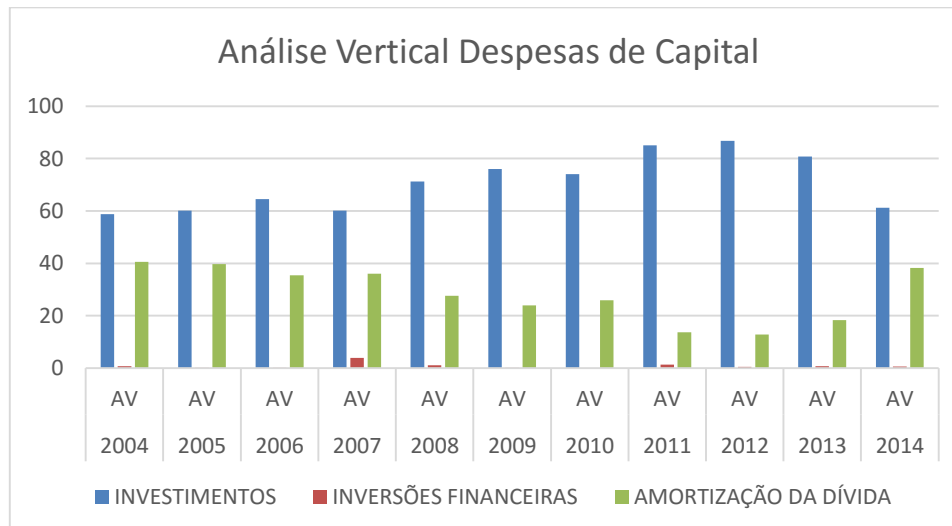


Gráfico 4 – Análise vertical das despesas de capital

Depois constatou-se a conta Amortização da Dívida, essa com participação, média de 28,39. Aqui também verifica-se coerência entre receitas e despesas, pois nas receitas apresentou-se as Operações de Crédito, o que significa que o ente cumpre com suas obrigações financeiras e contratuais. Os restantes 0,82% pertencentes à conta Inversões Financeiras.

Com a análise horizontal, verificou-se a evolução das receitas e despesas. Com relação às Receitas Correntes (Tabela 3), houve uma evolução média de 105,69%. Isso significa que durante o período de análise houve o dobro de arrecadação, considerado ao período inicial. Já as Receitas de Capital (Tabela 3) apresentaram uma evolução média de 36,45%, o que significa que há uma tendência de arrecadação às Receitas Correntes.

Tabela 3 – Análise horizontal das receitas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITAS	AH	AH	AH	AH	AH	AH	AH	AH	AH	AH	AH
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>100</b>	108,26	123,67	158,04	186,06	183,19	219,15	242,03	255,71	273,48	307,35
RECEITA TRIBUTÁRIA	100	114,20	126,01	141,39	167,08	180,86	207,05	237,04	261,54	308,22	333,46
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	100	85,22	107,03	104,00	251,75	243,48	318,07	303,67	203,54	413,75	488,23
RECEITA PATRIMONIAL	100	158,85	194,10	215,35	721,89	424,37	638,19	1.022,04	1.328,51	-14,80	914,11
RECEITA AGROPECUÁRIA	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	100	171,93	40,23	23,95	22,30	87,91	43,37	327,31	209,96	312,50	327,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100	107,97	152,00	142,99	176,70	170,64	205,64	225,36	245,67	271,63	292,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100	100,38	138,15	188,61	211,79	229,08	250,56	246,09	237,70	276,97	321,93
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>100</b>	60,17	114,27	179,11	132,48	67,62	88,19	162,24	373,95	132,17	54,31
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100	126,02	100,45	8,56	82,35	263,19	57,31	299,57	347,44	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100	42,36	113,89	219,86	145,08	17,32	96,07	125,86	367,35	130,62	51,64
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.569,62	85.031,94	34.664,65

Fonte: Adaptado de Paim, 2007.

Notou-se que mesmo as contas que na análise vertical não se apresentavam com importante participação, aqui apresentaram crescimento ao longo dos anos. Por

exemplo, as Receitas Patrimoniais apresentaram a maior evolução durante o período, sendo a média de crescimento de 460,26%.

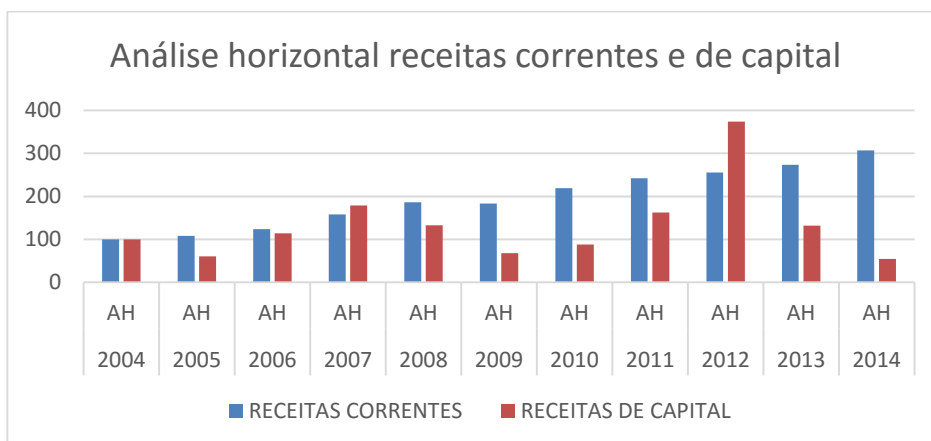


Gráfico 5 – Comparativo análise horizontal das receitas correntes e de capital

Esta receita, demonstrada nos balanços, é composta pela venda de Valores Mobiliários, negociados no mercado de capitais, mais especificamente, mercado de renda fixa, ou seja, “aqueles cuja remuneração ou retorno de capital pode ser dimensionado no momento da aplicação” (Secretaria da Receita Federal do Brasil). Depois têm-se as Receitas de Contribuições, com crescimento médio de 151,87% e Outras Receitas Correntes com 120,13%.

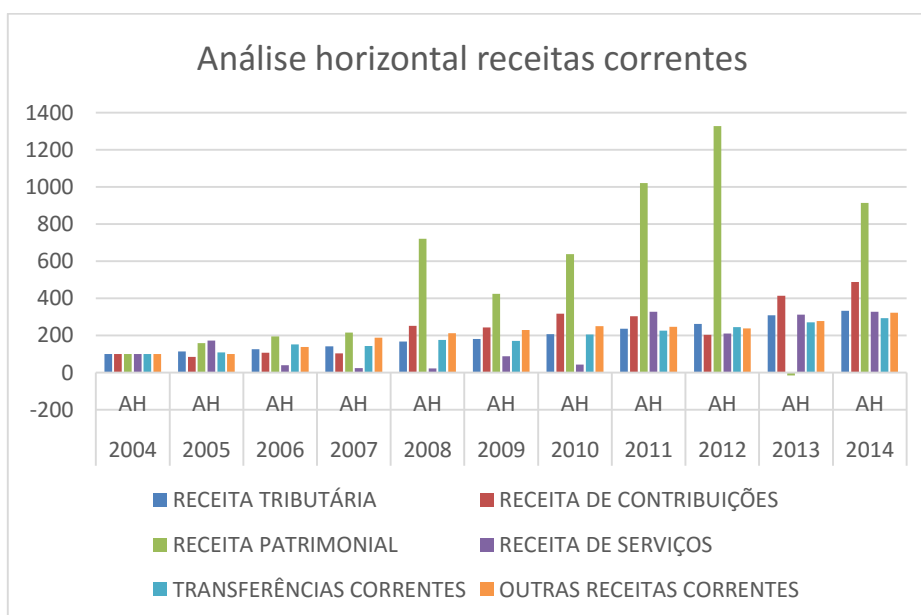


Gráfico 6 – Análise horizontal das receitas correntes

Já as Transferências Correntes e as Receitas Tributárias que apresentavam maior participação na análise vertical, aqui foram as que apresentaram menor crescimento, de 99,13% e 107,69%, respectivamente. A receita que menos evoluiu foi a de Serviços, com 56,69%, apenas.

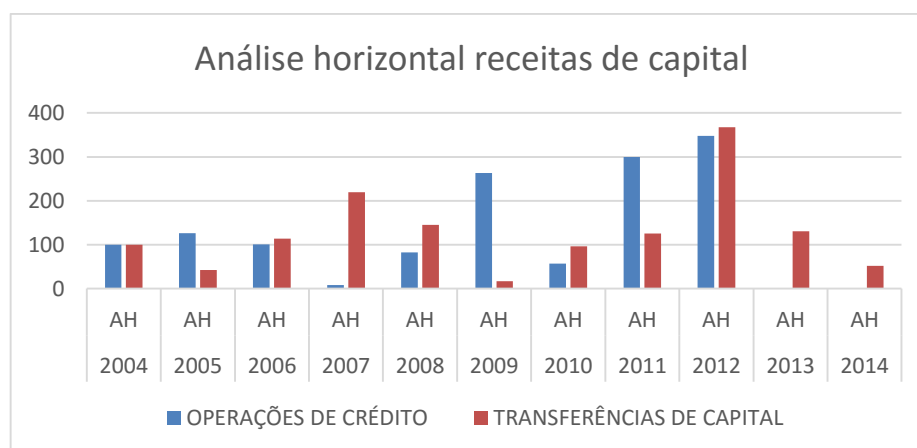


Gráfico 7 – Análise horizontal das receitas de capital

Nas Receitas de Capital (Tabela 3), merece destaque a conta Outras Receitas de Capital que apresentaram um crescimento de 14.926,62% em relação ao período inicial. Porém na análise vertical elas se apresentaram com apenas 3,97% de participação. Os valores apresentados nessa conta referem-se a Receitas de Capital Diversas, ou seja, “arrecadação de receitas não contempladas no plano de contas” (Manual de Demonstrativos Fiscais, 2013). Vale ressaltar que elas não apresentaram valores na maior parte do período, porém nos anos apresentados, 2004, 2012, 2013 e 2014, houve um aumento significativo em relação ao primeiro ano.

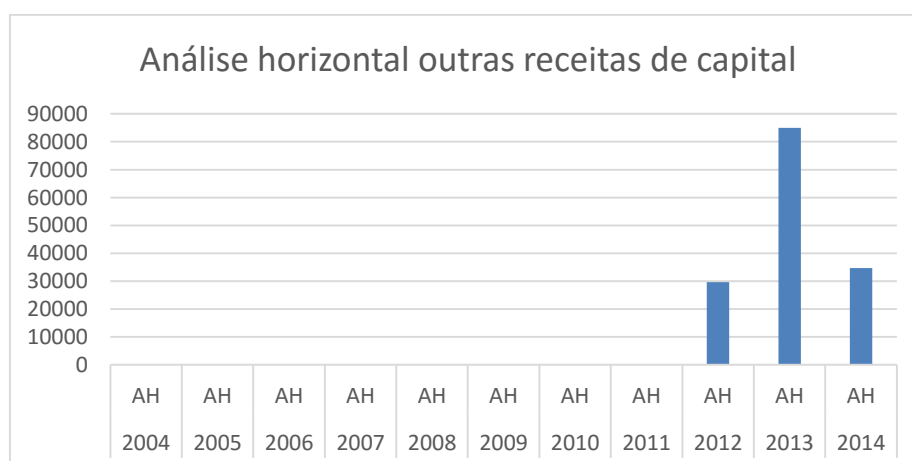


Gráfico 8 – Análise horizontal da conta Outras Receitas de Capital

As Transferências de Capital apresentaram um crescimento de 31,01% e as Operações de Crédito de 28,49%, sendo que estas representam as maiores participações nas Receitas de Capital conforme a análise vertical.

Tabela 4 – Análise horizontal das despesas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>DESPESAS</b>	<b>AH</b>	<b>AH</b>	<b>AH</b>	<b>AH</b>	<b>AH</b>	<b>AH</b>	<b>AH</b>	<b>AH</b>	<b>AH</b>	<b>AH</b>	<b>AH</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>100</b>	114,18	135,95	151,47	188,18	211,11	230,55	268,40	313,60	343,12	362,22
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	<b>100</b>	109,10	125,18	139,52	165,79	186,65	208,77	235,19	297,15	318,94	356,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	<b>100</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	<b>100</b>	122,45	153,46	170,91	224,62	250,87	265,87	322,07	365,68	380,07	416,64
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>100</b>	117,98	160,59	156,93	219,10	212,98	132,51	267,40	381,41	203,27	131,11
INVESTIMENTOS	<b>100</b>	120,74	176,34	160,52	266,02	275,63	167,21	387,38	596,46	279,51	157,42
INVERSÕES FINANCEIRAS	<b>100</b>	22,03	14,21	847,73	338,16	7,11	0,00	474,88	248,76	260,98	130,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	<b>100</b>	115,67	140,34	139,60	149,08	125,87	84,59	90,01	127,29	91,84	142,19

Fonte: Adaptado de Paim, 2007.

Na análise horizontal das despesas correntes (Tabela 4), notou-se evolução média de 131,88%. Já as despesas de capital apresentaram evolução média de 98,33%.

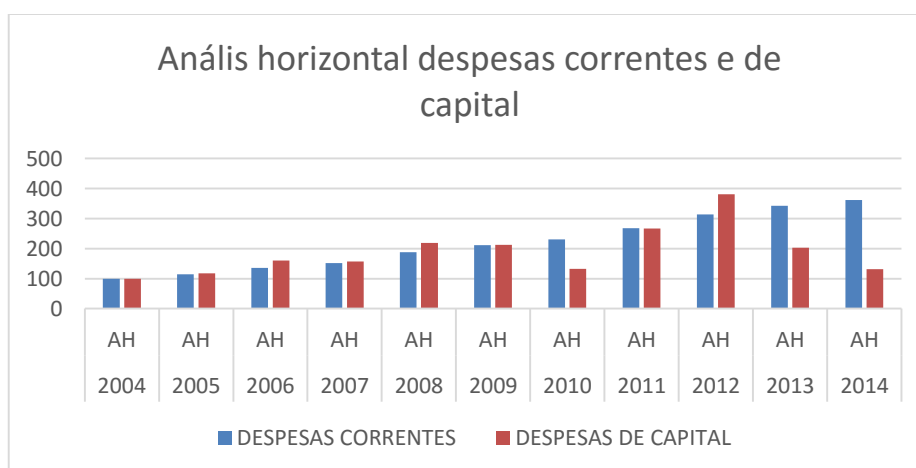


Gráfico 9 – Comparativo análise horizontal das despesas correntes e de capital

Nota-se aqui a coerência entre Receitas Correntes e Despesas Correntes, o que significa que o recurso está sendo aplicado conforme sua finalidade.

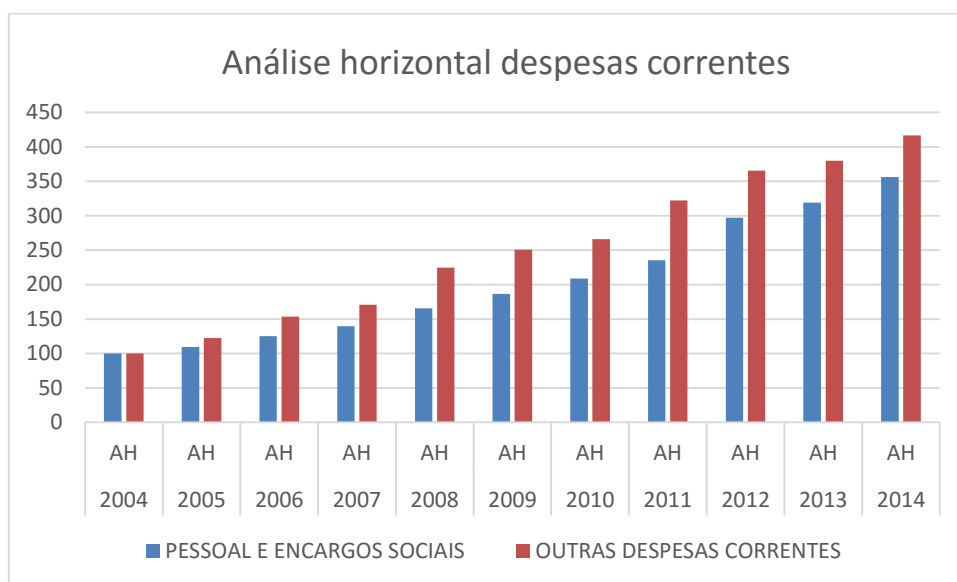


Gráfico 10 – Análise horizontal das despesas correntes

Com relação às Despesas Correntes, destacam-se as Outras Despesas Correntes com evolução média de 167,26%. Essa conta, conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais (2013), refere-se a valores de aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, auxílio-alimentação, transporte, além de outras não classificáveis nos demais grupos da Despesa Corrente.

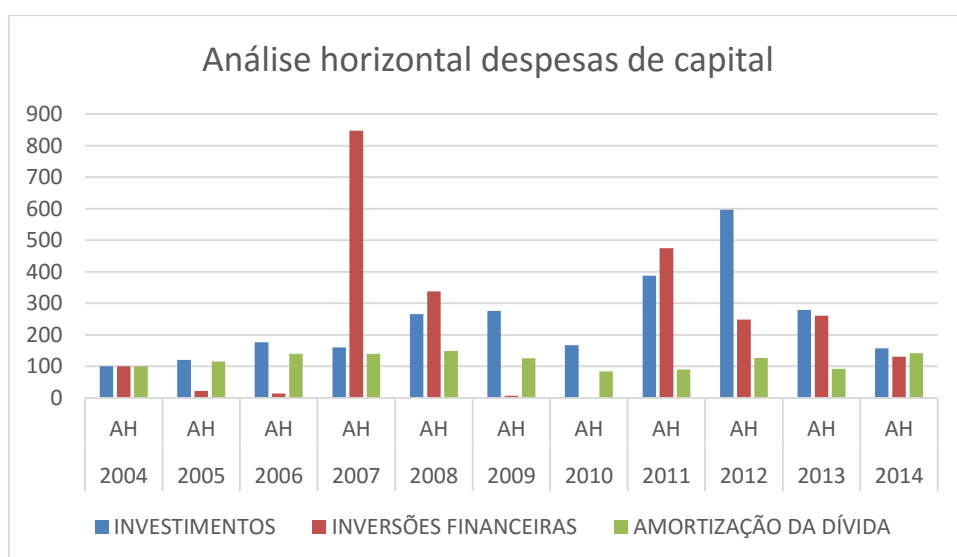


Gráfico 11 – Análise horizontal das despesas de capital

A conta de Pessoal e Encargos Sociais, que representou a maior execução de despesas conforme a análise vertical, cresceu em média 114,23%.

Nas Despesas de Capital verificou-se a maior evolução na conta de Investimentos, média de 158,72%. Importante destacar que essa conta já se apresentou como a principal aplicação de recursos na análise vertical, o que significa que ela continuou crescendo durante o período de análise.

A conta Amortização da Dívida evoluiu em média de 20,65%, já as Inversões Financeiras que se apresentavam com a menor participação na análise vertical, apresentaram uma evolução de 134,48%. Isso significa que além do ente investir em projetos de novas obras, ele investe, também, em “bens que já estão em utilização pelo ente” (BRASIL, 1964, Art. 12, parágrafo 5º).

Conforme Tabela 5 foi possível verificar que, durante a análise, as receitas correntes representaram a principal fonte de recursos do município. Na Tabela 6, assim como nas receitas, têm-se as despesas correntes representando a maior aplicação de recursos durante o período analisado. Isso está representado, também, nos Gráficos 12 e 13.

Tabela 5 – Análise vertical do total das receitas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	AV	AV	AV	AV	AV	AV	AV	AV	AV	AV	AV
REC. CORRENTES	91,06	95,07	92,06	89,91	93,77	96,67	96,38	94,11	88,04	95,86	98,45
REC. CAPITAL	8,94	4,93	7,94	10,09	6,23	3,33	3,62	5,89	11,96	4,14	1,55
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Adaptado de Paim, 2007.

Tabela 6 – Análise vertical do total das despesas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	AV	AV	AV	AV	AV	AV	AV	AV	AV	AV	AV
DESP. CORRENTES	86,37	85,98	84,29	86,55	84,48	86,27	91,69	86,42	83,54	90,95	94,09
DESP. CAPITAL	13,63	14,02	15,71	13,45	15,52	13,73	8,31	13,58	16,46	8,50	5,91
AMORTIZAÇÃO DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,55	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Adaptado de Paim, 2007.

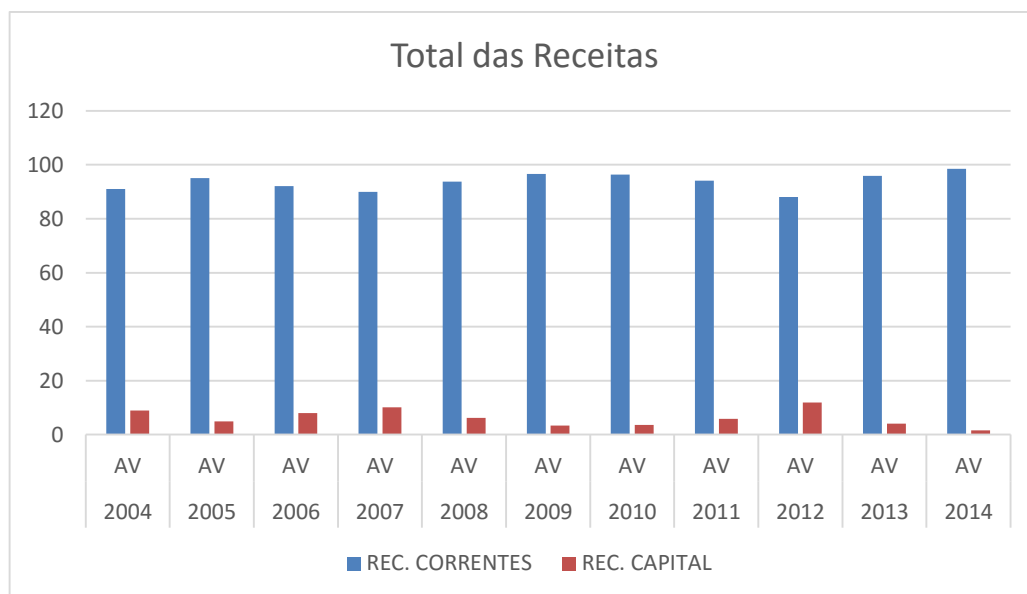


Gráfico 12 – Análise vertical do total das receitas

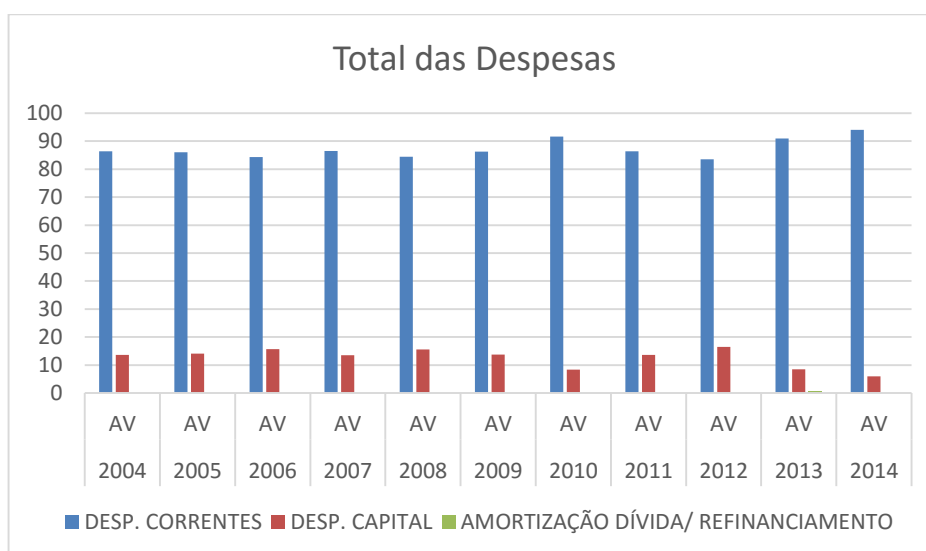


Gráfico 13 – Análise vertical do total das despesas

Esses resultados confirmam as evoluções na análise horizontal que indicavam a tendência para as arrecadações de receitas correntes e aplicação em despesas correntes, que pôde ser observado nos Gráficos 5 e 9. Nesses gráficos foi possível perceber um crescimento uniforme das receitas e despesas correntes enquanto que as de capital apresentavam variações muito significativas durante o período.



## 4.2 Resultados da análise dos cálculos dos índices

Na análise do índice de realização das receitas, conforme Tabela 7, verificou-se que, nas Receitas Correntes, houve arrecadação total, sendo aceitável uma pequena diferença, e até mesmo um leve excesso de arrecadação.

Tabela 7 – Índice de realização das receitas

ÍNDICE REALIZAÇÃO RECEITAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITAS CORRENTES	1,10	1,00	1,00	0,96	0,99	0,93	1,03	1,03	0,93	0,94	0,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	1,12	0,98	0,95	0,98	1,01	0,96	1,03	0,99	0,93	0,98	0,98
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1,09	1,05	1,20	0,85	0,97	0,93	1,11	0,90	0,58	1,04	0,83
RECEITA PATRIMONIAL	1,01	1,85	1,33	1,29	1,37	0,74	1,58	1,88	1,30	-0,01	0,88
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	8,97	1,01	0,74	0,39	0,81	3,42	0,96	1,09	0,92	1,04	1,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1,05	0,99	0,97	0,95	0,98	0,93	1,00	1,04	0,96	0,99	0,91
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1,57	1,16	1,23	1,04	0,94	1,04	1,03	0,98	0,89	0,91	1,06
RECEITAS DE CAPITAL	2,55	0,72	2,14	0,45	0,23	0,20	0,22	0,48	0,51	0,14	0,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,54	0,44	0,53	0,01	0,20	0,47	0,11	0,49	0,42	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	-	0,00	0,00	375,34	1,05	0,00	0,07	2,59	11,86	0,92	2,57
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	58,61	1,39	6,25	0,85	0,24	0,06	0,26	0,47	0,53	0,15	0,22
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,56	3,73	0,69
SUBTOTAL DAS RECEITAS	1,16	0,98	1,04	0,86	0,83	0,83	0,91	0,97	0,85	0,76	0,86
OP. CRÉDITO/REFINANC.	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1,16	0,98	1,04	0,86	0,83	0,83	0,91	0,97	0,85	0,76	0,86

Fonte: Adaptado de Paim, 2007.

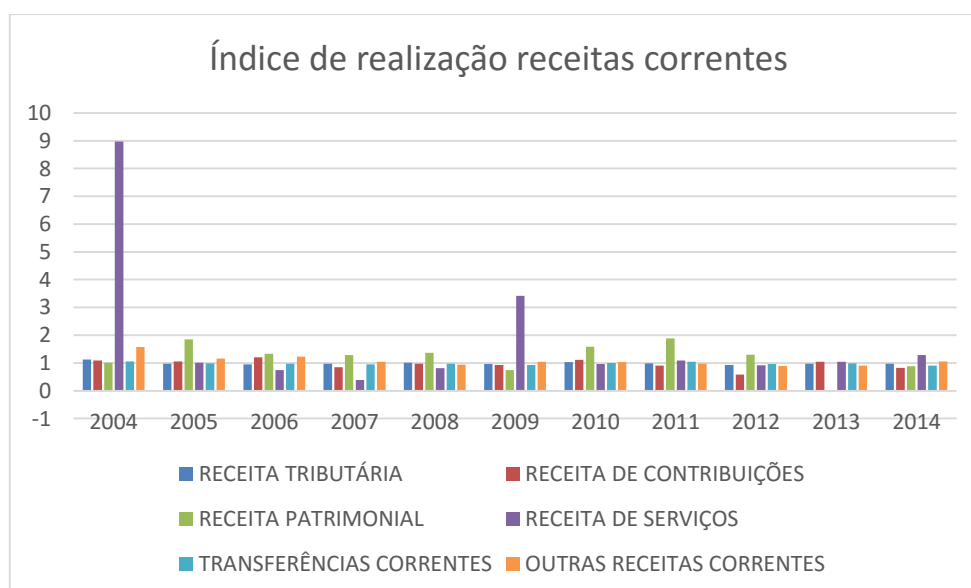


Gráfico 14 – Índice de realização das receitas correntes

Situação distinta ocorreu nas Receitas de Contribuições, nos anos de 2007, índice de 0,85, de 2012, com índice 0,58, e de 2014, índice de 0,83. Na Receita Patrimonial ocorreu redução no ano de 2009, com índice de 0,74 e ano 2014 com índice de 0,88. A Receita de Serviços que apresentou um alto índice no ano de 2004, 8,97, reduziu para 0,74 em 2006, para 0,39 em 2007 aumentando para 0,81 em 2008, e manteve-se com arrecadação total e acima do total a partir desse período. A conta Outras Receitas Correntes apresentou uma leve redução no ano de 2012, porém nos demais, houve em geral, um leve excesso de arrecadação.

Nas Receitas de Capital houve mais que o dobro de arrecadação prevista, nos anos de 2004 e 2006, porém nos demais, obteve uma significativa redução. Merece destaque a conta Alienação de Bens, que obteve índice bem elevado no ano de 2007 e 2012, e a conta Transferências de Capital no ano de 2004 e 2006.



Gráfico 15 – Índice de realização das receitas de capital

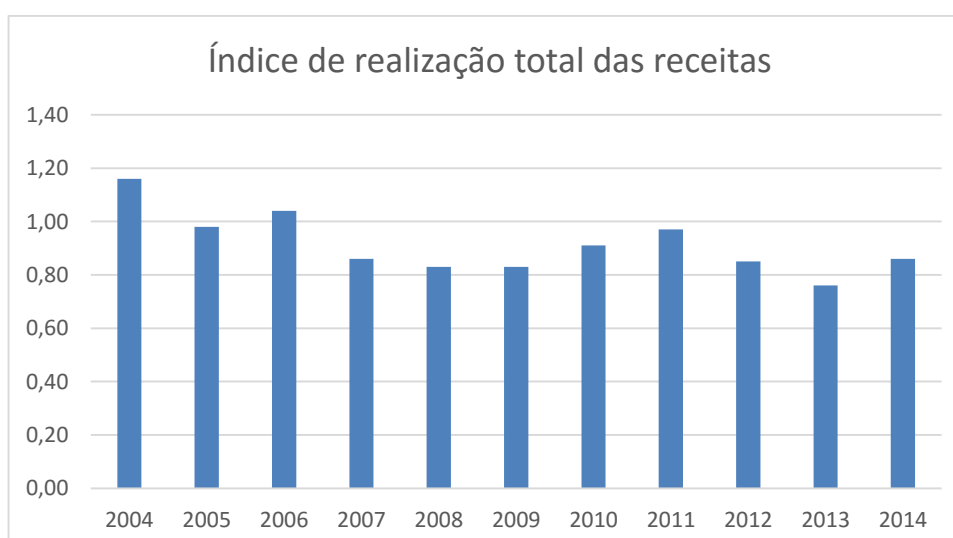


Gráfico 16 – Índice de realização do total das receitas

Com relação ao total das receitas nota-se leve excesso de arrecadação no início do período e queda no final do período, ficando a arrecadação na média de 91% do previsto.

Conforme Tabela 8, nas Despesas Correntes, verificou-se, em geral, boa aplicação dos recursos, porém em 2007 e 2011, o ente apresentou um baixo índice, sendo 0,88 e 0,72, respectivamente.

Tabela 8 – Índice de realização das despesas

ÍNDICE REALIZAÇÃO DESPESAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
DESPESAS CORRENTES	0,93	0,90	0,93	0,88	0,92	0,95	0,93	0,72	0,96	0,97	0,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,98	0,99	0,99	0,98	0,07	0,99	0,98	0,99	0,99	1,07	0,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,90	0,95	1,00	1,00	1,00	0,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,87	0,80	0,85	0,76	0,86	0,90	0,86	0,94	0,93	0,85	0,87
DESPESAS DE CAPITAL	0,45	0,54	0,59	0,40	0,36	0,45	0,28	0,61	0,56	0,26	0,33
INVESTIMENTOS	0,32	0,41	0,48	0,29	0,29	0,39	0,23	0,57	0,52	0,22	0,23
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,98	0,55	0,36	0,92	0,63	0,06	0,00	0,97	0,99	0,64	0,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1,00	1,00	1,00	0,99	1,00	0,96	1,00	1,00	1,00	1,00	0,95
SUBTOTAL DAS DESPESAS	0,81	0,82	0,84	0,74	0,72	0,80	0,76	0,88	0,85	0,75	0,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,52	0,00
TOTAL	0,81	0,82	0,84	0,74	0,72	0,80	0,76	0,88	0,85	0,75	0,01

Fonte: Adaptado de Paim, 2007.

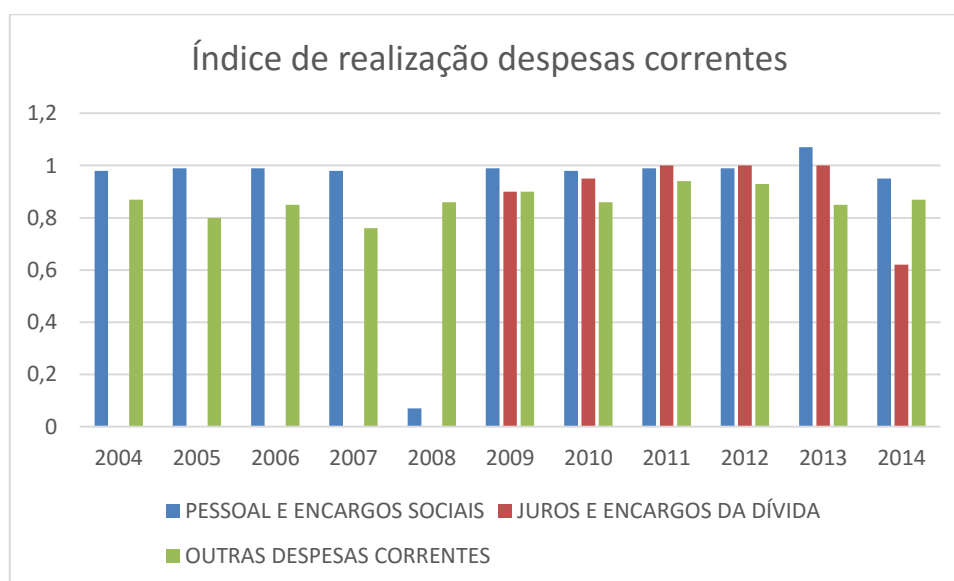


Gráfico 17 – Índice de realização das despesas correntes

A conta de Pessoal e Encargos Sociais apresentou, inclusive, execução acima da fixação, porém no ano de 2008 apresentou o índice de 0,07, ou seja, executou apenas 7% da fixação. Os Juros e Encargos da Dívida, haviam executado de forma satisfatória sua fixação orçamentária, mas reduziu esse índice para 0,62 em 2014. As Outras Despesas Correntes, somente apresentaram índices aceitáveis em 2009, 2011 e 2012, sendo menor que 0,80 nos demais períodos.

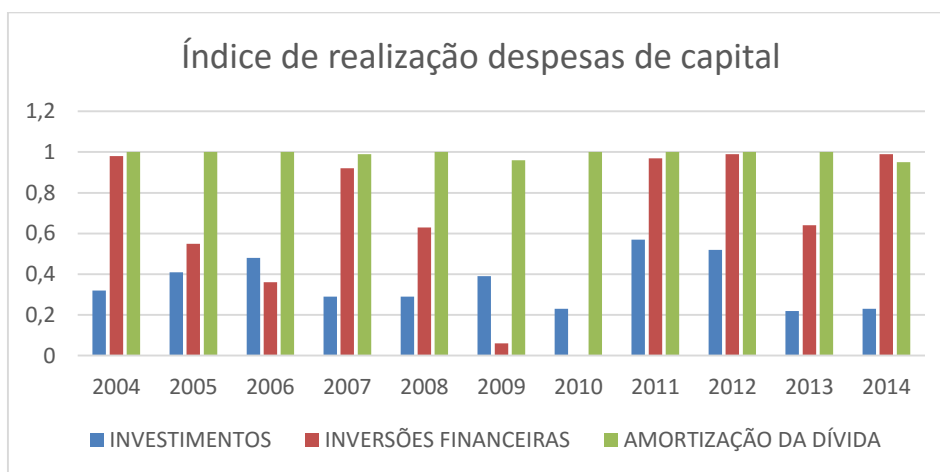


Gráfico 18 – Índice de realização das despesas de capital

As Despesas de Capital apresentaram o maior índice, 0,61, no ano de 2011. Os Investimentos obtiveram índices bem baixos de 2004 a 2010, melhorando um pouco em 2011 e 2012, com 0,57 e 0,52, nesta ordem, porém voltou a cair nos últimos dois anos da análise. As Inversões Financeiras também tiveram grandes oscilações, iniciando o período com 0,98, caíram bastante nos anos de 2005, 2006, 2008, 2009 e 2013, sendo os demais conforme o primeiro. Destaque à conta Amortização da Dívida que apresentou uma excelente execução, sendo o menor índice, de 0,95 em 2014.



Gráfico 19 – Índice de realização do total das despesas

Ainda sobre as despesas, com a análise do total, verificou-se que o ente não aproveita de forma eficiente a fixação orçamentária, apresentando o maior índice de execução, 88%, no ano de 2011. Verificou-se, ainda, que a execução das despesas é um pouco abaixo da realização das receitas, o que significa que a insuficiência de arrecadação influencia a execução das despesas.

Os resultados mostram que pode ter havido falhas no momento da previsão e fixação dos orçamentos, pois os mesmos não são realizados em sua totalidade. Conforme Lima e Castro (2003) as receitas podem ser arrecadadas a maior ou a menor que a prevista, mas as despesas não podem apresentar execuções acima da fixação, pois só pode ser emitidos empenhos até o valor do crédito orçamentário disponível, o que não acontece no ano de 2013 com as despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

Para complementar a análise das despesas, foi realizado o cálculo da participação dos créditos adicionais nas dotações atualizadas (Tabela 9). Notou-se que as Despesas de Capital utilizam-se mais dos créditos adicionais, média de 39,21%, enquanto que as Despesas Correntes, média de apenas 16,12%. Porém foi a conta de Juros e Encargos da Dívida que apresentaram a maior participação dos créditos na dotação.

Tabela 9 – Participação percentual dos créditos adicionais nas dotações atualizadas

<b>PARTIC. CRÉDITOS ADICIONAIS</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
DESPESAS CORRENTES	0,39	17,50	15,72	19,48	22,89	14,49	21,68	17,58	22,55	12,06	12,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10,13	11,97	7,54	8,84	14,33	10,75	20,26	5,76	19,27	12,09	17,36
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	82,76	75,15	38,99	94,77	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15,05	24,02	25,04	29,60	31,92	18,60	23,24	29,54	26,61	11,57	7,43
DESPESAS DE CAPITAL	48,67	30,55	54,00	58,25	75,19	22,35	16,28	34,00	55,87	11,96	24,19
INVESTIMENTOS	57,73	2,88	56,69	71,49	82,32	28,09	22,35	37,55	58,90	13,00	33,24
INVERSÕES FINANCEIRAS	1,52	-266,07	-321,82	-15,43	-76,53	-1209,43	-122,72	-26,24	-31,69	13,28	-63,26
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	13,18	38,84	45,74	-9,85	-22,25	-2,37	-48,87	1,05	19,47	-8,68	-34,34
SUBTOTAL DAS DESPESAS	20,28	19,35	23,13	27,74	37,92	15,18	19,37	19,49	29,66	10,80	14,10

Fonte: Adaptado de Paim, 2007.

Assim, em relação ao total das despesas verificou-se que, em geral, o orçamento conta com uma pequena participação de créditos adicionais, no máximo 37,92%, o que significa que são realizadas pequenas reestimativas de despesas.

Importante destacar que as contas de Inversões Financeiras e Amortização da Dívida utilizaram-se de créditos adicionais para redução de sua Dotação Inicial. Isso pode apresentar uma estratégia para esconder créditos ou para realizar a anulação de créditos e assim poder abrir em outras rubricas.

Um fato importante para ser mencionado, verificado nos demonstrativos, trata da existência de superávits nos períodos iniciais da análise, até o ano de 2008. Porém em 2009, 2012 e 2013, eles apresentaram déficits, o que significa que as receitas realizadas foram menores que as despesas executadas. Vale ressaltar que nos anos de 2008 e 2009, o país passou por uma forte crise econômica, o que pode explicar ter havido déficit neste ano.

## 5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar o comportamento da execução orçamentária no município de Bagé-RS, durante o período de 2004 a 2014.

Para atingir os objetivos propostos, as análises, vertical, horizontal, e dos índices de realização das receitas e despesas, as quais tiveram como base os dados constantes dos Balanços Orçamentários divulgados no site da Prefeitura Municipal do município foram comparadas, gerando resultados e possibilitando, assim, apresentar algumas respostas ao problema de pesquisa proposto inicialmente.

Verificou-se através da análise vertical que a principal fonte de recursos do município, nas Receitas Correntes, é através das Transferências Correntes, mais especificamente as transferências intergovernamentais, recursos recebidos de outros entes de governo, Estadual ou Federal. Nas Receitas de Capital têm-se as Transferências de Capital como fonte principal, que corresponde a convênios, o que indica que o município cumpre as exigências da legislação quanto a apresentar dotação específica de contraprestação e também de comprovação de regularidade quanto ao pagamento de tributos e financiamentos, cumprimento dos limites constitucionais relacionados à educação e saúde. Essa constatação significa que o ente não tem capacidade de gerar receita suficiente para fazer face às despesas que estão sendo executadas, principalmente se não forem as transferências obrigatórias (FPM, FUNDEB...).

Referente às aplicações de recursos, nas Despesas Correntes, encontrou-se a maior parte destinada a conta de Pessoal e Encargos Sociais, indicando que há maior gasto com o quadro de servidores. Nas Despesas de Capital têm-se os Investimentos com a maior participação, que significa que há planejamentos e execução de obras, instalações e aquisição de imóveis para essa finalidade.

A análise horizontal trouxe a evolução dos componentes do balanço indicando crescimento maior nas receitas e despesas correntes que nas de capital. Nas Receitas Correntes destacou-se as Receitas Patrimoniais, o que significa que o ente obteve maiores negociações de seus títulos no mercado de capitais. Uma constatação importante através dessa análise foi o contínuo crescimento das despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Investimentos, que haviam sido apresentados na análise vertical como as maiores aplicações de recursos. Isso vem confirmar, de certa

forma, os gastos do município. Importante destacar que a conta de Pessoal e Encargos Sociais não foi a que apresentou maior evolução e sim a conta Outras Despesas Correntes que se refere à aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, auxílio-alimentação, transporte, além de outras não classificáveis nos demais grupos da Despesa Corrente.

Por último foram analisados os índices de realização das receitas e realização das despesas. Estes revelaram, nas receitas, que no início do período de análise havia uma maior realização, inclusive um leve excesso de arrecadação, porém, esse índice foi caindo quando se aproximava do término do período. Isso pode indicar que o orçamento apresenta ineficiência da gestão na busca dos recursos, pois não arrecadou o que fora previsto.

Com relação às despesas, notou-se a influência da insuficiência da arrecadação das receitas, pois não houve a execução em sua totalidade, indicando economia na realização das despesas. Isso pode acarretar limitação na realização de investimentos em projetos, pois o valor disponível para a realização do mesmo é menor.

Assim pôde-se concluir que a execução do orçamento poderia ter sido mais eficiente, pois não foi arrecadado o que previa e, assim, não houve a eficiente aplicação, pois a não arrecadação trouxe limitação na execução das despesas. Apesar da análise vertical e horizontal constatar que o governo investe em novos projetos para cumprir as demandas sociais, a análise dos índices trouxe que a execução do orçamento não se realizou conforme fora orçado e a execução não obteve evolução com o avançar dos anos, ao invés disso, obteve bons índices nos períodos iniciais e baixou os índices no final do período.

Em relação ao segundo objetivo específico proposto que tratava de identificar as alterações ocorridas nos dados dos demonstrativos e torná-los comparáveis, verificou-se que, durante o período da análise, os demonstrativos se apresentaram com muitas diferenças, sendo que a cada ano era aprovada uma nova Portaria da STN, instituindo um novo Manual do RREO e alterando a estrutura dos demonstrativos. Assim conclui-se que, em geral, o ente apresenta os demonstrativos conforme exigido pelos manuais, entretanto isso dificulta a realização da análise, pois com isso torna-se necessário fazer adaptações para a realização dos cálculos, os quais podem limitar a qualidade dos resultados alcançados.



Sem mais, acredita-se que a pesquisa serviu de esclarecimento acerca da execução orçamentária do município de Bagé-RS, porém esse estudo pode ser aprofundado, como por exemplo, realizar uma pesquisa acerca apenas da conta Transferências Intergovernamentais que apresentou-se como a principal fonte de recursos. Também pode-se proceder à análise de outros demonstrativos do RREO, como por exemplo, o Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade pública**: da teoria à prática. 2. Ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 mai. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2015.

BURKHEAD, Jessé. **Orçamento Público**. Tradução: Margaret Hanson Costa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONGRESSO DA UFSC. Análise da Gestão Orçamentária em uma Instituição Federal de Ensino através da configuração dos recursos executados na Subfunção Ensino Superior. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/4CCF/20110114220526.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Índice do Bloco Educação do Idese, sua variação percentual e informações demográficas e econômicas dos municípios com população acima de 100.000 habitantes no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/tabelas-destaque/>>. Acesso em 15 abr. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanço**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 13. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2013.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LYRA, Antônio Sérgio Gueres; LOCK, Fernando do Nascimento; MAIOR, Verônica Cunha Souto. **Mensuração da Gestão Pública**. In: IV CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO, 1998. Pernambuco. **Anais CRC-PE**.1998.p. 33-44.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MICHAELIS. **Dicionário de português online**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=or%E7amento>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

NASCIMENTO, Leonardo Silveira do; CHERMAN, Bernardo Creimer. **Tópicos contemporâneos de contabilidade pública, LRF e exercícios resolvidos de concursos**. Vem concursos, 2005. Disponível em: <[http://publoffice2.dominiotemporario.com/apostilas/cont-orcam-financas/livro\\_topicos%20de%20contabilidade%20p%C3%BAblica.pdf](http://publoffice2.dominiotemporario.com/apostilas/cont-orcam-financas/livro_topicos%20de%20contabilidade%20p%C3%BAblica.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2015.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

PAIM, Viviane Machado. **Análise dos balanços orçamentários da União referente aos anos de 2004, 2005 e 2006**. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2007.

PEREZ JUNIOR, Jose Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis: atualizada conforme a Lei 11638/07 e MP n. 449/08**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 12. Ed. revista ampliada e atualizada até março 2012. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

Ribeiro, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil**. 8. Ed. ampliada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Aplicações Financeiras – renda fixa e renda variável**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2006/perguntas/AplicFinanRenFixaRenVariavel.htm>> Acesso em: 18 out. 2015.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

SILVA, Rodrigo Aparecido Bezerra da; NOGUEIRA, Maria, Aparecida Farias de Souza; OLIVEIRA, Letícia; MARQUES, Juarez Marques. **Análise da receita pública no balanço orçamentário em um município do Estado do Mato Grosso do Sul**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2012. Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/revista2012a/artigos/artigos/Publica/31-01340585376.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

STN. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. Portaria STN nº. 700, de 10 de dezembro de 2014. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/367031/CPU\\_MCASP\\_6edicao/05eea5ef-a99c-4f65-a042-077379e59deb](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/367031/CPU_MCASP_6edicao/05eea5ef-a99c-4f65-a042-077379e59deb)>. Acesso em: 04 de jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Manual de demonstrativos fiscais**. Portaria STN nº. 553 de 22 de setembro de 2014. Disponível em: <[http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/arquivos-mcasp/mcasp\\_6edicao.pdf](http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/arquivos-mcasp/mcasp_6edicao.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária: Manual de Elaboração**. Nº 1, Brasília, 2002. Portaria STN nº 560, de 14 de dezembro de 2001. Disponível em: <<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ManualRREO2.pdf>>. Acesso em: 17 de set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária: manual de elaboração**. 3. Ed. atual, Brasília, 2003. Portaria STN nº 441, de 27 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/Portaria%20441%20-%20manual.pdf>>. Acesso em: 17 de set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Anexo de metas fiscais e relatório resumido da execução**

**orçamentária:** manual de elaboração. 6. Ed. atual. Brasília, 2006. Portaria STN nº 633, de 30 de agosto de 2006. Disponível em:

<<https://www.tce.ro.gov.br/nova/lrfnet/lrf/administracao/lrf/textos/ManualRREO6%C2%AAedi%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria 469 de 20 de setembro de 2000.** Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/marg/portar/2000/portaria-469-20-setembro-2000-373652-norma-stn.html>>. Acesso em: 15 de set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria 470 de 20 de setembro de 2000.** Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/marg/portar/2000/portaria-470-20-setembro-2000-373649-norma-stn.html>>. Acesso em: 15 de set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria 471 de 19 de setembro de 2000.** Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/marg/portar/2000/portaria-471-19-setembro-2000-376087-norma-stn.html>>. Acesso em: 15 de set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001.** Disponível em:

<[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria\\_Interm\\_163\\_2001\\_Atualizada\\_2011\\_23DEZ2011.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_Interm_163_2001_Atualizada_2011_23DEZ2011.pdf)>. Acesso em: 16 de set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria STN nº 180 de 21 de maio de 2001.** Disponível em:

<[http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/port\\_180\\_01.pdf](http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/port_180_01.pdf)>. Acesso em: 16 de set. 2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Resultado das eleições.** Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=278>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

VASCONCELOS, Rafael Divino de; JÚNIOR, Sílvio Ferreira; NOGUEIRA JUNIOR, Reginaldo Pinto. **A dinâmica da execução orçamentária federal do Brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010.** Econ. Apl. vol.17 no.3 Ribeirão Preto July/Sept. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502013000300005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502013000300005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 12 nov. 2015.

# **ANEXOS**

## Anexo A – Balanço Orçamentário: Receita e Despesa 2004

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ - RS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA - 6º Bimestre de 2004

RRF - LC 101/00, Art. 52, Inciso I, Alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º

CATEGORIA ECONOMICA	PREVISÃO			EXECUÇÃO		DIFERENÇAS		
	INICIAL	META ATE BIM	META NO EXERC	NO BIMESTRE	NO EXERCICIO	SALDO A ARRECADAR	DIF REESTIMATI	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	72.077.200,00	72.077.200,00	72.077.200,00	18.975.902,03	79.001.879,65	(6.924.679,65)	-	(6.924.679,65)
RECEITA TRIBUTARIA	15.996.255,00	15.996.255,00	15.996.255,00	3.905.499,09	17.848.742,76	(1.852.487,76)	-	(1.852.487,76)
IMPOSTOS	8.228.000,00	8.228.000,00	8.228.000,00	1.859.756,70	9.395.493,33	(1.169.493,33)	-	(1.169.493,33)
TAXAS	7.770.255,00	7.770.255,00	7.770.255,00	2.045.732,39	8.453.249,43	(662.994,43)	-	(662.994,43)
RECEITA DE CONTRIBUICOES	4.160.000,00	4.160.000,00	4.160.000,00	1.524.129,47	4.573.793,37	(393.793,37)	-	(393.793,37)
CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.650.000,00	2.650.000,00	2.650.000,00	1.312.193,88	3.268.369,93	(618.369,93)	-	(618.369,93)
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	1.530.000,00	1.530.000,00	1.530.000,00	211.935,59	1.305.403,44	224.599,56	-	224.599,56
RECEITA PATRIMONIAL	772.288,00	772.288,00	772.288,00	248.844,73	779.899,29	(7.601,29)	-	(7.601,29)
RECEITAS IMOBILIARIAS	91.000,00	91.000,00	91.000,00	18.834,26	101.443,39	(10.443,39)	-	(10.443,39)
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	681.288,00	681.288,00	681.288,00	230.010,47	678.445,90	2.842,10	-	2.842,10
RECEITA AGROPECUARIA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	-	-	1.000,00	-	1.000,00
RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	1.000,00	1.000,00	1.000,00	-	-	1.000,00	-	1.000,00
RECEITA DE SERVICIOS	26.011,00	26.011,00	26.011,00	131.130,24	233.219,36	(207.208,36)	-	(207.208,36)
TRANSFERENCIAS CORRENTES	47.867.387,93	47.867.387,93	47.867.387,93	11.029.862,21	50.475.857,53	(2.608.269,60)	-	(2.608.269,60)
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	47.801.387,93	47.801.387,93	47.801.387,93	10.748.405,29	49.272.401,36	(1.671.013,43)	-	(1.671.013,43)
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	266.000,00	266.000,00	266.000,00	281.456,92	1.203.256,17	(937.256,17)	-	(937.256,17)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.234.256,07	3.234.256,07	3.234.256,07	2.136.436,29	5.099.577,34	(1.865.319,27)	-	(1.865.319,27)
MULTAS E JUROS DE MORA	316.016,00	316.016,00	316.016,00	124.258,29	401.491,20	(85.463,20)	-	(85.463,20)
INDENIZACOES E RESTITUICOES	319.980,00	319.980,00	319.980,00	8.052,87	24.115,96	295.844,04	-	295.844,04
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	2.505.612,07	2.505.612,07	2.505.612,07	759.085,57	3.115.413,75	(609.801,68)	-	(609.801,68)
RECEITAS DIVERSAS	92.668,00	92.668,00	92.668,00	1.245.028,56	1.549.566,43	(1.456.896,43)	-	(1.456.896,43)
RECEITAS DE CAPITAL	2.886.000,00	2.886.000,00	2.886.000,00	2.992.059,20	7.371.609,81	(4.485.609,81)	-	(4.485.609,81)
OPERACOES DE CREDITO	2.786.000,00	2.786.000,00	2.786.000,00	559.817,19	1.508.077,53	1.227.922,47	-	1.227.922,47
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	2.786.000,00	2.786.000,00	2.786.000,00	559.817,19	1.508.077,53	1.227.922,47	-	1.227.922,47
ALIENACAO DE BENS	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00	100.000,00	2.431.992,01	5.861.162,28	(5.761.162,28)	-	(5.761.162,28)
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	100.000,00	100.000,00	100.000,00	56.000,00	412.080,00	(312.080,00)	-	(312.080,00)
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	-	-	-	2.375.992,01	5.449.102,28	(5.449.102,28)	-	(5.449.102,28)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	250,00	2.370,00	(2.370,00)	-	(2.370,00)
OUTRAS RECEITAS	-	-	-	250,00	2.370,00	(2.370,00)	-	(2.370,00)
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(3.763.200,00)	(3.763.200,00)	(3.763.200,00)	(793.017,03)	(3.890.221,31)	127.021,31	-	127.021,31
DEDUCAO RECEITAS DE TRANSFERENCIA	(3.763.200,00)	(3.763.200,00)	(3.763.200,00)	(793.017,03)	(3.890.221,31)	127.021,31	-	127.021,31
Deducao de Receita p/ Formacao FUNDEF	(3.763.200,00)	(3.763.200,00)	(3.763.200,00)	(793.017,03)	(3.890.221,31)	127.021,31	-	127.021,31
<b>SOMA -----&gt;</b>	<b>71.200.000,00</b>	<b>71.200.000,00</b>	<b>71.200.000,00</b>	<b>21.174.944,20</b>	<b>82.483.268,15</b>	<b>(11.283.268,15)</b>	<b>-</b>	<b>(11.283.268,15)</b>

GILMAR BRONDANI  
CONTADOR  
CRC/RS: 042282/D-7

ALAN TADEU SOARES DELABARY  
SECRETARIO MUNIC FAZENDA  
CPF: 087.004.500-20

MARIA DO CARMO DE DEUS MESCK  
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO  
CPF: 488.348.410-72

LUIZ FERNANDO MAINARDI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF: 291.498.080-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ - RS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA - 6º Bimestre de 2004

RRF - LC 101/00, Art. 52, Inciso I, Alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º

CATEGORIAS ECONOMICAS	ORÇAMENT	FIXAÇÃO					DIFERENÇA	PREV EXERC	EXECUÇÃO				SALDO
		ALTERAÇÕES DE DOTAÇÃO							EMPENHADA		LIQUIDAÇÃO		
		SUPLEMENT	ESPECIAIS	EXTRAORD	REDUÇÕES	DOTAC I/AL			BIMESTRE	EXERCICIO	BIMESTRE	EXERCICIO	
DESPESAS CORRENTES	58.948.140,16	16.315.753,21	1.382.100,20	-	9.543.777,38	67.103.216,19	8.154.076,03	3.610.359,58	13.251.874,17	63.492.856,61	15.228.289,25	62.654.374,46	4.448.841,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.567.706,39	8.195.228,75	24.720,00	-	4.208.344,09	39.978.311,05	4.010.604,66	701.855,65	9.247.351,21	38.876.455,40	9.215.055,44	38.805.455,53	772.855,52
APLICACOES DIRETAS	35.567.706,39	8.195.228,75	24.720,00	-	4.208.344,09	39.978.311,05	4.010.604,66	701.855,65	9.247.351,21	38.876.455,40	9.215.055,44	38.805.455,53	772.855,52
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
APLICACOES DIRETAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.381.433,77	8.120.524,46	1.357.380,20	-	5.334.433,29	27.524.905,14	4.143.471,37	2.908.503,93	4.004.222,96	24.616.401,21	6.013.233,81	23.848.916,93	3.675.986,21
TRANSFERENCIAS A UNIAO	3.000,00	31.811,00	-	-	34.811,00	31.811,00	31.811,00	5.291,22	1.891,23	29.559,78	1.891,23	29.559,78	5.291,22
TRANSFERENCIAS AO ESTADO E AO DISTR	1.000,00	10.000,00	-	-	11.000,00	10.000,00	1.952,27	-	9.807,75	-	9.807,75	-	1.192,27
TRANSFERENCIAS A INSTITUCOES PRIVA	553.000,00	70.900,00	131.739,00	-	167.430,27	598.189,93	35.188,93	105.234,40	94.898,48	482.954,53	85.479,94	427.748,05	180.440,88
TRANSFERENCIAS A INSTITUCOES PRIVADA	89.000,00	14.000,00	-	-	24.830,27	78.169,73	(10.830,27)	1.315,37	18.226,50	78.954,36	23.926,50	78.954,36	1.315,37
APLICACOES DIRETAS	22.736.433,77	7.969.813,46	1.225.641,20	-	5.142.152,95	26.812.735,48	4.077.301,71	2.795.510,67	3.989.318,75	24.017.224,81	5.902.237,14	23.304.949,01	3.607.786,47
DESPESAS DE CAPITAL	11.220.859,84	3.491.849,35	10.753.340,14	-	3.253.197,99	22.212.851,34	10.991.991,50	8.126.006,17	1.842.871,38	13.086.845,17	3.102.505,14	9.885.748,67	12.327.102,67
INVESTIMENTOS	7.659.409,84	2.690.149,35	10.753.340,14	-	2.982.411,39	18.120.487,94	10.461.078,10	9.113.381,03	1.176.817,27	9.007.106,91	2.052.683,40	5.806.010,41	12.314.477,53
APLICACOES DIRETAS	7.659.409,84	2.690.149,35	10.753.340,14	-	2.982.411,39	18.120.487,94	10.461.078,10	9.113.381,03	1.176.817,27	9.007.106,91	2.052.683,40	5.806.010,41	12.314.477,53
INVERSOES FINANCEIRAS	71.000,00	70.000,00	-	-	68.806,60	72.093,40	1.093,40	1.743,40	-	70.350,00	-	70.350,00	1.743,40
APLICACOES DIRETAS	71.000,00	70.000,00	-	-	68.806,60	72.093,40	1.093,40	1.743,40	-	70.350,00	-	70.350,00	1.743,40
AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.490.450,00	731.700,00	-	-	201.880,00	4.020.270,00	529.820,00	10.891,74	665.754,11	4.009.388,26	1.049.822,74	4.009.388,26	10.891,74
APLICACOES DIRETAS	3.490.450,00	731.700,00	-	-	201.880,00	4.020.270,00	529.820,00	10.891,74	665.754,11	4.009.388,26	1.049.822,74	4.009.388,26	10.891,74
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.030.000,00	-	-	-	1.030.000,00	-	(1.030.000,00)	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.030.000,00	-	-	-	1.030.000,00	-	(1.030.000,00)	-	-	-	-	-	-
<b>SOMA -----&gt;</b>	<b>71.200.000,00</b>	<b>19.807.602,56</b>	<b>12.135.440,34</b>	<b>-</b>	<b>13.826.975,37</b>	<b>89.316.067,53</b>	<b>18.116.067,53</b>	<b>12.736.365,76</b>	<b>15.094.145,55</b>	<b>76.679.701,78</b>	<b>18.330.795,39</b>	<b>72.540.123,13</b>	<b>16.778.944,40</b>

GILMAR BRONDANI  
CONTADOR  
CRC/RS: 042282/D-7

ALAN TADEU SOARES DELABARY  
SECRETARIO MUNIC FAZENDA  
CPF: 087.004.500-20

MARIA DO CARMO DE DEUS MESCK  
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO  
CPF: 488.348.410-72

LUIZ FERNANDO MAINARDI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF: 291.498.080-34

## Anexo B – Balanço Orçamentário: Receita e Despesa 2005

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves, 1151  
BAGÉ - RS  
53-32405151  
sao@bage.rs.gov.br  
http://www.bage.rs.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, RPPS, DEPTº. DE ÁGUA E ESGOTO BAGÉ - DAEB, EMP. BAGEENSE DE TRANSP. E CIRCULAÇÃO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO À DEZEMBRO 2005/BIMESTRE

LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1 - Anexo I

NOVEMBRO-DEZEMBRO

RS

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>76.053.000,00</b>	<b>85.263.350,00</b>	<b>20.879.843,18</b>	<b>24,49</b>	<b>85.527.908,68</b>	<b>100,31</b>	<b>-264.558,68</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>18.269.000,00</b>	<b>20.866.100,00</b>	<b>4.581.393,69</b>	<b>21,96</b>	<b>20.384.148,50</b>	<b>97,69</b>	<b>481.951,50</b>
Impostos	9.211.000,00	10.357.700,00	1.875.346,10	18,11	10.178.673,33	98,27	179.026,67
Taxas	9.058.000,00	10.508.400,00	2.706.047,59	25,75	10.205.475,17	97,12	302.924,83
Contribuição de Melhorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO</b>	<b>3.710.000,00</b>	<b>3.710.000,00</b>	<b>1.891.925,68</b>	<b>51,00</b>	<b>3.897.929,54</b>	<b>105,07</b>	<b>-187.929,54</b>
Contribuição de Sociais	2.210.000,00	2.210.000,00	1.661.295,63	75,17	2.527.567,33	114,37	-317.567,33
Contribuições Econômicas	1.500.000,00	1.500.000,00	230.630,05	15,38	1.370.372,21	91,38	129.627,79
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>668.000,00</b>	<b>668.000,00</b>	<b>449.721,98</b>	<b>67,32</b>	<b>1.238.867,84</b>	<b>185,46</b>	<b>-570.867,84</b>
Receitas Imobiliárias	112.000,00	112.000,00	18.268,45	16,31	111.893,31	99,90	106,69
Receita de Valores Mobiliários	556.000,00	556.000,00	431.453,53	77,60	1.126.974,53	202,69	-570.974,53
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20,04</b>	<b>2,00</b>	<b>979,96</b>
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	20,04	2,00	979,96
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receitas da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>96.000,00</b>	<b>396.000,00</b>	<b>179.274,24</b>	<b>45,27</b>	<b>400.974,48</b>	<b>101,26</b>	<b>-4.974,48</b>
Receitas de Serviços	96.000,00	396.000,00	179.274,24	45,27	400.974,48	101,26	-4.974,48
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>49.812.750,00</b>	<b>55.200.800,00</b>	<b>12.315.218,01</b>	<b>22,31</b>	<b>54.496.209,77</b>	<b>98,72</b>	<b>704.590,23</b>
Transferências Intragovernamentais	48.540.750,00	53.928.800,00	11.222.560,85	20,81	53.217.552,61	98,68	711.247,39
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convenios	1.272.000,00	1.272.000,00	1.092.657,16	85,90	1.278.657,16	100,52	-6.657,16
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.496.250,00</b>	<b>4.421.450,00</b>	<b>1.462.309,58</b>	<b>33,07</b>	<b>5.109.758,51</b>	<b>115,57</b>	<b>-688.308,51</b>
Multas e Juros de Mora	246.000,00	273.000,00	88.917,03	32,57	342.639,16	125,51	-69.639,16
Indenizações e Restituições	22.000,00	22.000,00	9.384,54	42,66	37.309,08	169,59	-15.309,08
Receita da Dívida Ativa	3.035.000,00	3.738.700,00	867.398,06	23,20	4.043.027,75	108,14	-304.327,75
Receitas Correntes Diversas	193.250,00	387.750,00	496.609,95	128,07	686.782,52	177,12	-299.032,52
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>6.147.000,00</b>	<b>6.147.000,00</b>	<b>584.348,84</b>	<b>9,51</b>	<b>4.435.247,47</b>	<b>72,15</b>	<b>1.711.752,53</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>4.355.000,00</b>	<b>4.355.000,00</b>	<b>430.000,00</b>	<b>9,87</b>	<b>1.900.430,20</b>	<b>43,64</b>	<b>2.454.569,80</b>
Operações de Crédito Internas	4.355.000,00	4.355.000,00	430.000,00	9,87	1.900.430,20	43,64	2.454.569,80
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-9.104,00</b>	<b>0,00</b>	<b>51.980,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-51.980,00</b>
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	-9.104,00	0,00	51.980,00	0,00	-51.980,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>1.790.000,00</b>	<b>1.790.000,00</b>	<b>163.452,84</b>	<b>9,13</b>	<b>2.482.837,27</b>	<b>138,71</b>	<b>-692.837,27</b>
Transferências Intragovernamentais	1.790.000,00	1.790.000,00	-71.500,00	-3,99	0,00	0,00	1.790.000,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convenios	0,00	0,00	234.952,84	0,00	2.482.837,27	0,00	-2.482.837,27
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.000,00</b>
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)</b>	<b>82.200.000,00</b>	<b>91.410.350,00</b>	<b>21.464.192,02</b>	<b>23,48</b>	<b>89.963.156,15</b>	<b>98,42</b>	<b>1.447.193,85</b>

Continua na página 2

Base: bage




**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves, 1151  
 BAGÉ - RS  
 53-32405151  
 sac@bage.rs.gov.br  
 http://www.bage.rs.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, RPPS, DEPTº. DE ÁGUA E ESGOTO BAGÉ - DAEB, EMP. BAGEENSE DE TRANSP. E CIRCULAÇÃO  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO À DEZEMBRO 2005/BIMESTRE

NOVEMBRO-DEZEMBRO

Continuação da página 1

OPERAÇÕES DE CREDITO / REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (II+I)</b>	<b>82.200.000,00</b>	<b>91.410.350,00</b>	<b>21.464.192,02</b>	<b>23,48</b>	<b>89.963.156,15</b>	<b>98,42</b>	<b>1.447.193,85</b>	
<b>DÉFICIT (IV)</b>								
<b>TOTAL (V) = (III+IV)</b>	<b>82.200.000,00</b>	<b>91.410.350,00</b>	<b>21.464.192,02</b>	<b>23,48</b>	<b>89.963.156,15</b>	<b>98,42</b>	<b>1.447.193,85</b>	
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>								

DESPESAS	DOTAÇÃO		CREDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA(f)=(d+e)		DESPESAS EMPENHADA		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f-2)
	INICIAL (d)			No Bimestre(g)	Até Bimestre(h)	No Bimestre(i)	Até Bimestre(j)	% (j/f)		
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	65.392.900,00		13.870.369,65	79.263.269,65	14.899.701,21	74.025.478,03	16.635.727,13	71.539.557,70	90,26	7.723.711,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.768.880,00		5.136.936,90	42.905.816,90	8.956.297,71	42.336.092,87	9.061.627,34	42.336.092,87	98,67	569.724,03
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.624.020,00		8.733.432,75	36.357.452,75	5.943.403,50	31.689.385,16	7.574.099,79	29.203.464,83	80,32	7.153.987,92
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	15.047.100,00		6.618.956,35	21.666.056,35	521.419,97	13.090.026,13	2.472.743,12	11.663.544,09	53,83	10.002.512,26
INVESTIMENTOS	12.086.200,00		4.878.326,51	16.964.526,51	-246.655,80	8.436.941,48	1.642.678,15	7.010.459,44	41,32	9.954.067,07
INVERSÕES FINANCEIRAS	102.500,00		-74.500,00	28.000,00	0,00	15.500,00	0,00	15.500,00	55,38	12.500,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.858.400,00		1.815.129,84	4.673.529,84	768.075,77	4.637.584,65	830.063,97	4.637.584,65	99,23	35.945,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.760.000,00		-770.751,00	989.249,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	989.249,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)</b>	<b>82.200.000,00</b>		<b>19.718.575,00</b>	<b>101.918.575,00</b>	<b>15.421.121,18</b>	<b>87.115.504,16</b>	<b>19.108.470,25</b>	<b>83.203.101,79</b>	<b>81,64</b>	<b>18.715.473,21</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)</b>	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)</b>	<b>82.200.000,00</b>		<b>19.718.575,00</b>	<b>101.918.575,00</b>	<b>15.421.121,18</b>	<b>87.115.504,16</b>	<b>19.108.470,25</b>	<b>83.203.101,79</b>	<b>81,64</b>	<b>18.715.473,21</b>
<b>SUPERÁVIT (IX)</b>	-		-	-	-	-	-	6.760.054,36	-	-
<b>TOTAL (X) = (VIII + IX)</b>	<b>82.200.000,00</b>		<b>19.718.575,00</b>	<b>101.918.575,00</b>	<b>15.421.121,18</b>	<b>87.115.504,16</b>	<b>19.108.470,25</b>	<b>89.963.156,15</b>	<b>81,64</b>	<b>18.715.473,21</b>

FONTE: Contabilidade

Luiz Fernando Mainardi  
 Prefeito Municipal  
 CPF nº 291.496.060-34

Adriana Aparecida Sabrosa Kisata  
 Secretária Municipal da Fazenda  
 CPF nº 635.914.720-34

Gilmar Brondani  
 Contador  
 CRC-RS nº 042262/0-7

Tirso Soares Delabary  
 Sistema de Controle Interno  
 CPF nº 249.649.640-00

Base: bage

## Anexo C – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2006

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves

BAGÉ - RS

53-32405151

sac@bage.rs.gov.br

http://www.bage.rs.gov.br

DEPTº. DE ÁGUA E ESGOTO BAGÉ - DAEB, CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BAGÉ, RPPS, PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO À DEZEMBRO 2006/BIMESTRE  
NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1 - Anexo I

RS

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	89.088.000,00	97.919.824,25	17.994.990,55	18,38	97.703.066,41	99,78	216.757,84
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	21.232.000,00	23.580.700,00	4.158.851,73	17,64	22.490.869,38	95,38	1.089.830,62
Impostos	10.782.000,00	12.905.700,00	1.981.827,57	15,36	11.869.990,70	91,97	1.035.709,30
Taxas	10.450.000,00	10.675.000,00	2.177.024,16	20,39	10.620.878,68	99,49	54.121,32
Contribuição de Melhorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO</b>	4.081.000,00	4.081.000,00	1.378.577,00	33,78	4.895.111,43	119,95	-814.111,43
Contribuição de Sociais	2.431.000,00	2.431.000,00	1.162.375,62	47,81	3.515.853,37	144,63	-1.084.853,37
Contribuições Econômicas	1.650.000,00	1.650.000,00	216.201,38	13,10	1.379.258,06	83,59	270.741,94
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	957.800,00	1.141.607,25	45.212,83	3,96	1.513.764,89	132,60	-372.157,64
Receitas Imobiliárias	122.800,00	145.800,00	10.914,85	7,49	124.299,31	85,25	21.500,69
Receita de Valores Mobiliários	835.000,00	995.807,25	34.297,98	3,44	1.389.465,58	139,53	-393.658,33
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	126.100,00	126.100,00	4.622,68	3,67	93.821,88	74,40	32.278,12
Receitas de Serviços	126.100,00	126.100,00	4.622,68	3,67	93.821,88	74,40	32.278,12
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	58.060.100,00	63.284.317,00	10.836.053,76	17,12	61.676.781,57	97,46	1.607.535,43
Transferências Intergovernamentais	57.012.100,00	60.602.210,00	10.188.014,71	16,81	58.090.622,16	95,86	2.511.587,84
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convenios	1.048.000,00	2.682.107,00	648.039,05	24,16	3.586.159,41	133,71	-904.052,41
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	4.629.900,00	5.705.000,00	1.571.672,55	27,55	7.032.717,26	123,27	-1.327.717,26
Multas e Juros de Mora	366.000,00	468.500,00	125.093,54	26,70	418.412,01	89,31	50.087,99
Indenizações e Restituições	27.000,00	89.200,00	23.620,87	26,48	98.782,33	110,74	-9.582,33
Receita da Dívida Ativa	4.048.900,00	4.686.000,00	1.274.047,81	27,19	5.310.001,29	113,32	-624.001,29
Receitas Correntes Diversas	188.000,00	461.300,00	148.910,33	32,28	1.205.521,63	261,33	-744.221,63
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	2.912.000,00	3.929.500,00	883.522,54	22,48	8.423.734,59	214,37	-4.494.234,59
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	2.860.000,00	2.860.000,00	0,00	0,00	1.514.928,39	52,97	1.345.071,61
Operações de Crédito Internas	2.860.000,00	2.860.000,00	0,00	0,00	1.514.928,39	52,97	1.345.071,61
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	0,00	0,00	90.625,69	0,00	233.571,41	0,00	-233.571,41
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	28.110,50	0,00	-28.110,50
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	90.625,69	0,00	205.460,91	0,00	-205.460,91
<b>AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	50.000,00	1.067.500,00	792.896,85	74,28	6.675.234,79	625,31	-5.607.734,79
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convenios	50.000,00	1.067.500,00	792.896,85	74,28	6.675.234,79	625,31	-5.607.734,79
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)</b>	<b>92.000.000,00</b>	<b>101.849.324,25</b>	<b>18.878.513,09</b>	<b>18,54</b>	<b>106.126.801,00</b>	<b>104,20</b>	<b>-4.277.476,75</b>

Continua na página 2

Base: bage

con2\_lrfbalorc002.php Emissor: Gilmar Brondani Exercício: 2006 Data: 29-01-2007 - 09:51:16

Página 1 de 2


**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves  
BAGÉ - RS  
53-32405151  
sac@bage.rs.gov.br  
http://www.bage.rs.gov.br

DEPTº. DE ÁGUA E ESGOTO BAGÉ - DAEB, CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BAGÉ, RPPS, PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO À DEZEMBRO 2006/BIMESTRE  
NOVEMBRO-DEZEMBRO

Continuação da página 1

OPERAÇÕES DE CREDITO / REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)</b>	<b>92.000.000,00</b>	<b>101.849.324,25</b>	<b>18.878.513,09</b>	<b>18,54</b>	<b>106.126.801,00</b>	<b>104,20</b>	<b>-4.277.476,75</b>	
<b>DÉFICIT (IV)</b>								
<b>TOTAL (V) = (III+IV)</b>	<b>92.000.000,00</b>	<b>101.849.324,25</b>	<b>18.878.513,09</b>	<b>18,54</b>	<b>106.126.801,00</b>	<b>104,20</b>	<b>-4.277.476,75</b>	
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>							<b>0,00</b>	

DESPESAS	DOTAÇÃO		DOTAÇÃO ATUALIZADA(f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADA		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-)
	INICIAL (d)	ADICIONAIS (e)		No Bimestre(g)	Até Bimestre(h)	No Bimestre(i)	Até Bimestre(j)	% (j/i)	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	77.486.115,00	14.448.568,85	91.934.683,85	17.437.724,14	87.292.465,34	19.534.581,54	85.176.912,03	92,65	6.757.771,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.288.905,00	3.693.494,47	48.982.399,47	11.158.023,12	48.643.623,23	11.144.249,19	48.578.267,72	99,17	404.131,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.197.210,00	10.755.074,38	42.952.284,38	6.279.701,02	38.648.842,11	8.390.332,35	36.598.644,31	85,21	6.353.640,07
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	12.358.885,00	14.510.225,44	26.869.110,44	2.145.731,96	19.984.385,24	2.845.621,72	15.875.142,70	59,08	10.993.967,74
INVESTIMENTOS	9.180.735,00	12.017.415,44	21.198.150,44	1.216.753,48	14.347.501,80	1.916.643,24	10.238.259,26	48,30	10.959.891,18
INVERSÕES FINANCEIRAS	116.000,00	-88.500,00	27.500,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	36,36	17.500,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.062.150,00	2.581.310,00	5.643.460,00	928.978,48	5.626.883,44	928.978,48	5.626.883,44	99,71	16.576,56
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>2.155.000,00</b>	<b>-1.283.127,07</b>	<b>871.872,93</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>871.872,93</b>
<b>RESERVA DE RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)</b>	<b>92.000.000,00</b>	<b>27.675.667,22</b>	<b>119.675.667,22</b>	<b>19.583.456,10</b>	<b>107.276.850,58</b>	<b>22.380.203,26</b>	<b>101.052.054,73</b>	<b>84,44</b>	<b>18.623.612,49</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)</b>	<b>92.000.000,00</b>	<b>27.675.667,22</b>	<b>119.675.667,22</b>	<b>19.583.456,10</b>	<b>107.276.850,58</b>	<b>22.380.203,26</b>	<b>101.052.054,73</b>	<b>84,44</b>	<b>18.623.612,49</b>
<b>SUPERÁVIT (IX)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.074.746,27</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (X) = (VIII + IX)</b>	<b>92.000.000,00</b>	<b>27.675.667,22</b>	<b>119.675.667,22</b>	<b>19.583.456,10</b>	<b>107.276.850,58</b>	<b>22.380.203,26</b>	<b>106.126.801,00</b>	<b>84,44</b>	<b>18.623.612,49</b>

FONTE: Contabilidade

BAYARD PASCHOA PEREIRA  
Vice-Prefeito  
Prefeito Municipal Em Exercício

Gilmar Brondani  
Contador  
CRC-RS Nº 042282/0-7

Adriana Aparecida Sabroza Kisata  
Secretária Municipal Da Fazenda  
CPF 635.914.720-34

## Anexo D – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2007

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves  
BAGÉ - RS  
53-32405151  
sac@bage.rs.gov.br  
http://www.bage.rs.gov.br

RPPS, PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, CAMARA,  
DEPTº. DE ÁGUA E ESG  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO À DEZEMBRO 2007/BIMESTRE  
NOVEMBRO-DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)		Até Bimestre (c)		
				% (b/a)		% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	109.314.000,00	147.270.124,60	25.137.492,81	17,07	126.709.250,70	86,04	20.560.873,90
RECEITAS CORRENTES	105.625.000,00	117.681.897,67	21.372.722,94	18,16	113.506.310,12	96,45	4.175.587,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	23.340.900,00	25.828.022,40	4.677.308,54	18,11	25.237.163,15	97,71	590.859,25
Impostos	12.695.000,00	13.366.435,00	2.293.926,00	17,16	12.815.069,95	95,88	551.365,05
Taxas	10.645.900,00	12.461.587,40	2.383.382,54	19,13	12.422.093,20	99,68	39.494,20
Contribuição de Melhorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	5.619.800,00	5.619.800,00	1.078.517,22	19,19	4.756.938,26	84,65	862.861,74
Contribuição de Sociais	3.889.200,00	3.889.200,00	868.796,41	22,34	3.452.378,87	88,77	436.821,13
Contribuições Econômicas	1.730.600,00	1.730.600,00	209.720,81	12,12	1.304.659,39	75,38	426.040,61
RECEITA PATRIMONIAL	1.306.000,00	1.306.000,00	368.388,15	28,21	1.679.497,95	128,60	-373.497,95
Receitas Imobiliárias	127.900,00	127.900,00	15.491,06	12,11	86.780,51	67,85	41.119,49
Receita de Valores Mobiliários	1.178.100,00	1.178.100,00	352.897,09	29,95	1.592.717,44	135,19	-414.617,44
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	123.800,00	143.056,18	14.021,35	9,80	55.847,61	39,04	87.208,57
Receitas de Serviços	123.800,00	143.056,18	14.021,35	9,80	55.847,61	39,04	87.208,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	69.031.700,00	75.587.672,67	13.371.748,39	17,69	72.175.439,93	95,49	3.412.232,74
Transferências Intergovernamentais	65.099.700,00	67.092.264,00	11.654.848,29	17,37	64.289.090,62	95,82	2.803.173,38
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convenios	3.932.000,00	8.495.408,67	1.716.900,10	20,21	7.886.349,31	92,83	609.059,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.202.700,00	9.197.246,42	1.862.739,29	20,25	9.601.423,22	104,39	-404.176,80
Multas e Juros de Mora	333.500,00	486.458,08	167.959,15	34,53	649.853,51	133,59	-163.395,43
Indenizações e Restituições	75.200,00	75.200,00	10.091,70	13,42	55.823,89	74,23	19.376,11
Receita da Dívida Ativa	4.928.300,00	7.028.788,34	1.572.606,49	22,37	7.830.875,68	111,41	-802.087,34
Receitas Correntes Diversas	865.700,00	1.606.800,00	112.081,95	6,98	1.064.870,14	66,27	541.929,86
RECEITAS DE CAPITAL	3.689.000,00	29.588.226,93	3.764.769,87	12,72	13.202.940,58	44,62	16.385.286,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.511.000,00	14.447.000,00	0,00	0,00	129.052,25	0,89	14.317.947,75
Operações de Crédito Internas	1.511.000,00	1.511.000,00	0,00	0,00	129.052,25	8,54	1.381.947,75
Operações de Crédito Externas	0,00	12.936.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.936.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	500,00	500,00	0,00	0,00	187.672,00	37,534,40	-187.172,00
Alienação de Bens Móveis	500,00	500,00	0,00	0,00	123.594,00	24,718,80	-123.094,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	64.078,00	0,00	-64.078,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Amortização de Empréstimos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.175.500,00	15.138.726,93	3.764.769,87	24,87	12.886.216,33	85,12	2.252.510,60
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convenios	2.175.500,00	15.138.726,93	3.764.769,87	24,87	12.886.216,33	85,12	2.252.510,60
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.686.000,00	3.686.000,00	547.394,70	14,85	2.799.528,31	75,95	886.471,69
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)</b>	<b>113.000.000,00</b>	<b>150.956.124,60</b>	<b>25.684.887,51</b>	<b>17,01</b>	<b>129.508.779,01</b>	<b>85,79</b>	<b>21.447.345,59</b>

Base: bage

con2\_lrfbalorc002\_2007.php Emissor: Gilmar Brondani Exercício: 2007 Data: 28-01-2008 - 14:38:12

Página 1 de 2


**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves  
BAGÉ - RS  
53-32405151  
sac@bage.rs.gov.br  
http://www.bage.rs.gov.br

RPPS, PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, CAMARA,  
DEPTº. DE ÁGUA E ESG  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO À DEZEMBRO 2007/BIMESTRE  
NOVEMBRO-DEZEMBRO

Continuação da página 1

OPERAÇÕES DE CREDITO / REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (II+I)</b>	<b>113.000.000,00</b>	<b>150.956.124,60</b>	<b>25.684.887,51</b>	<b>17,01</b>	<b>129.508.779,01</b>	<b>85,79</b>	<b>21.447.345,59</b>	
<b>DÉFICIT (IV)</b>								
<b>TOTAL (V) = (III+IV)</b>	<b>113.000.000,00</b>	<b>150.956.124,60</b>	<b>25.684.887,51</b>	<b>17,01</b>	<b>129.508.779,01</b>	<b>85,79</b>	<b>21.447.345,59</b>	
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>						<b>0,00</b>		

DESPESAS	DOTAÇÃO		DOTAÇÃO ATUALIZADA(f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADA		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-)
	INICIAL (d)	ADICIONAIS (e)		No Bimestre(g)	Até Bimestre(h)	No Bimestre(i)	Até Bimestre(j)	%& (j/i)	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	88.214.100,00	20.728.060,32	108.942.160,32	19.089.156,91	99.568.297,95	20.615.340,84	94.899.532,04	87,11	14.042.628,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.588.020,00	4.908.359,51	55.496.379,51	12.353.861,23	54.158.768,80	12.341.535,26	54.140.460,77	97,56	1.355.918,74
JUIZOS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.626.080,00	15.819.700,81	53.445.780,81	6.735.295,68	45.407.529,15	8.273.805,58	40.759.071,27	76,26	12.686.709,54
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	16.245.400,00	22.868.090,87	38.913.490,87	1.337.377,61	18.596.944,10	2.453.815,68	15.513.222,91	39,87	23.400.267,96
INVESTIMENTOS	9.303.100,00	23.323.611,66	32.626.711,66	418.869,11	12.353.433,30	1.585.307,18	9.319.712,11	28,56	23.306.999,55
INVERSÕES FINANCEIRAS	751.800,00	-100.499,00	651.301,00	100.000,00	646.377,00	50.000,00	596.377,00	91,57	54.924,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6.190.500,00	-555.021,79	5.635.478,21	818.508,50	5.597.133,80	818.508,50	5.597.133,80	99,32	38.344,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	865.700,00	-865.699,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
RESERVA DE RPPS	4.065.500,00	-636.000,00	3.429.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.429.500,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.609.300,00	1.486.200,00	5.095.500,00	1.126.987,45	4.966.518,98	1.142.308,12	4.966.518,98	97,47	128.981,02
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)</b>	<b>113.000.000,00</b>	<b>43.380.652,19</b>	<b>156.380.652,19</b>	<b>21.553.521,97</b>	<b>123.129.761,03</b>	<b>24.211.464,64</b>	<b>115.379.273,93</b>	<b>73,78</b>	<b>41.001.378,26</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)</b>	<b>113.000.000,00</b>	<b>43.380.652,19</b>	<b>156.380.652,19</b>	<b>21.553.521,97</b>	<b>123.129.761,03</b>	<b>24.211.464,64</b>	<b>115.379.273,93</b>	<b>73,78</b>	<b>41.001.378,26</b>
<b>SUPERÁVIT (IX)</b>	-	-	-	-	-	-	14.129.505,08	-	-
<b>TOTAL (X) = (VIII + IX)</b>	<b>113.000.000,00</b>	<b>43.380.652,19</b>	<b>156.380.652,19</b>	<b>21.553.521,97</b>	<b>123.129.761,03</b>	<b>24.211.464,64</b>	<b>129.508.779,01</b>	<b>73,78</b>	<b>41.001.378,26</b>

FONTE: Contabilidade

Luiz Fernando Mainardi  
Prefeito Municipal  
CPF Nº 291.498.060-34

Gilmar Brondani  
Contador  
CRC-RS Nº 042282/0-7

Adriana Aparecida Sabroza Kisata  
Secretária Municipal Da Fazenda  
CPF 635.914.720-34

Base: bage

## Anexo E – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2008

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves, 1151  
 BAGÉ - RS  
 53-32405151  
 sac@bage.rs.gov.br  
 http://www.bage.rs.gov.br

MUNICÍPIO DE BAGÉ  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO À DEZEMBRO 2008/BIMESTRE  
 NOVEMBRO-DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO A	
							REALIZAR (a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	114.228.000,00	183.858.336,46	27.842.520,58	15,14	150.684.996,96	81,96	33.173.339,50	
RECEITAS CORRENTES	110.440.720,00	142.173.596,37	26.607.223,09	18,71	140.918.993,24	99,12	1.254.603,13	
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.141.400,00	29.451.056,73	5.492.690,75	18,65	29.821.434,90	101,26	-370.378,17	
Impostos	13.404.000,00	15.693.136,00	2.819.195,94	17,96	15.336.973,40	97,73	356.162,60	
Taxas	12.737.400,00	13.757.920,73	2.673.494,81	19,43	14.484.461,50	105,28	-726.540,77	
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.002.200,00	6.116.200,00	957.594,66	15,66	5.444.111,69	89,01	672.088,31	
Contribuições Sociais	4.496.000,00	4.496.000,00	721.440,68	16,05	3.974.907,04	88,41	521.092,96	
Contribuições Econômicas	1.506.200,00	1.620.200,00	236.153,98	14,58	1.469.204,65	90,68	150.995,35	
RECEITA PATRIMONIAL	1.526.419,41	4.107.980,58	1.384.963,12	33,71	5.629.935,05	137,05	-1.521.954,47	
Receitas Imobiliárias	20.100,00	54.878,49	2.401,80	4,38	56.956,01	103,79	-2.077,52	
Receita de Valores Mobiliários	1.506.319,41	1.836.102,09	962.555,92	52,42	3.355.968,24	182,78	-1.519.866,15	
Receita de Concessões e Permissões	0,00	2.217.000,00	420.005,40	18,94	2.217.010,80	100,00	-10,80	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	64.000,00	64.000,00	14.459,00	22,59	52.013,43	81,27	11.986,57	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	67.667.250,59	90.947.324,56	16.689.058,35	18,35	89.190.361,09	98,07	1.756.963,47	
Transferências Intergovernamentais	66.394.825,88	78.866.310,12	15.084.637,81	19,13	80.102.619,22	101,57	-1.236.309,10	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convenios	1.272.424,71	12.081.014,44	1.604.420,54	13,28	9.087.741,87	75,22	2.993.272,57	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.039.450,00	11.487.034,50	2.068.457,21	18,01	10.781.137,08	93,85	705.897,42	
Multas e Juros de Mora	548.100,00	607.700,00	170.224,27	28,01	690.034,35	113,55	-82.334,35	
Indenizações e Restituições	72.650,00	163.750,00	93.427,57	57,06	169.081,77	103,26	-5.331,77	
Receita da Dívida Ativa	7.503.900,00	9.618.270,00	1.618.427,48	16,83	9.229.894,97	95,96	388.375,03	
Receitas Correntes Diversas	914.800,00	1.097.314,50	186.377,89	16,98	692.125,99	63,07	405.188,51	
RECEITAS DE CAPITAL	3.787.280,00	41.684.740,09	1.235.297,49	2,96	9.766.003,72	23,43	31.918.736,37	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.987.280,00	6.337.540,00	0,00	0,00	1.241.907,00	19,60	5.095.633,00	
Operações de Crédito Internas	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	0,00	1.241.907,00	99,35	8.093,00	
Operações de Crédito Externas	737.280,00	5.087.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.087.540,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	14.000,00	20.000,00	-49.589,00	-247,95	20.908,44	104,54	-908,44	
Alienação de Bens Móveis	14.000,00	20.000,00	-49.589,00	-247,95	20.908,44	104,54	-908,44	
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.785.000,00	35.326.200,09	1.284.886,49	3,64	8.503.188,28	24,07	26.823.011,81	
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	1.785.000,00	35.326.200,09	1.284.886,49	3,64	8.503.188,28	24,07	26.823.011,81	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Capital Diversas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	

Continua na Página 2/3


**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves, 1151  
BAGÉ - RS  
53-32405151  
sac@bage.rs.gov.br  
http://www.bage.rs.gov.br

MUNICÍPIO DE BAGE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO À DEZEMBRO 2008/BIMESTRE  
NOVEMBRO-DEZEMBRO

Continuação 1/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.772.000,00	5.772.000,00	798.224,03	13,83	6.070.575,28	105,17	-
RECEITAS CORRENTES	5.772.000,00	5.772.000,00	798.224,03	13,83	6.070.575,28	105,17	-298.575,28
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.772.000,00	5.772.000,00	798.224,03	13,83	6.070.575,28	105,17	-298.575,28
Contribuições Sociais	5.772.000,00	5.772.000,00	798.224,03	13,83	6.070.575,28	105,17	-298.575,28
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (II+III)</b>	<b>120.000.000,00</b>	<b>189.630.336,46</b>	<b>28.640.744,61</b>	<b>15,10</b>	<b>156.755.572,24</b>	<b>82,66</b>	<b>32.874.764,22</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)</b>	<b>120.000.000,00</b>	<b>189.630.336,46</b>	<b>28.640.744,61</b>	<b>15,10</b>	<b>156.755.572,24</b>	<b>82,66</b>	<b>32.874.764,22</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (VII) = (V+VI)</b>	<b>120.000.000,00</b>	<b>189.630.336,46</b>	<b>28.640.744,61</b>	<b>15,10</b>	<b>156.755.572,24</b>	<b>82,66</b>	<b>32.874.764,22</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CREDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A LIQUIDAR (f-(h+g))
				No Bim	Até Bim	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS(h)	%	
						No Bim	Até Bim(g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	115.782.100,00	71.866.191,91	187.648.291,91	17.583.532,32	134.042.834,73	26.757.136,51	128.816.597,87	5.226.236,86	71,43	53.695.457,18
DESPESAS CORRENTES	94.688.710,00	29.226.096,94	123.914.806,94	19.250.078,96	113.677.330,06	22.940.640,10	112.129.213,21	1.548.116,85	91,74	10.237.476,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.175.580,00	9.293.530,51	61.469.110,51	11.203.985,93	60.107.022,87	11.949.225,30	60.104.381,99	2.640,88	97,78	1.362.087,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.513.130,00	19.932.566,43	62.445.696,43	8.046.093,03	53.570.307,19	10.991.414,80	52.024.831,22	1.545.475,97	85,79	8.875.399,24
DESPESAS DE CAPITAL	14.845.390,00	43.639.367,97	58.543.757,97	-1.666.546,64	20.365.504,67	3.816.496,41	16.687.384,66	3.678.120,01	34,79	38.178.253,30
INVESTIMENTOS	9.454.950,00	44.023.317,97	53.478.267,97	-2.399.845,11	15.444.943,18	3.041.482,93	11.766.823,17	3.678.120,01	28,88	38.033.324,79
INVERSÕES FINANCEIRAS	666.640,00	-289.000,00	377.640,00	0,00	237.895,05	4.171,01	237.895,05	0,00	63,00	139.744,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.723.800,00	-35.950,00	4.687.850,00	733.298,47	4.682.666,44	733.298,47	4.682.666,44	-0,00	99,89	5.183,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	-670.555,00	329.445,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.445,00
RESERVA DO RPPS	5.248.000,00	-387.716,00	4.860.282,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.860.282,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.217.900,00	1.430.840,00	5.648.740,00	1.088.896,89	5.521.694,55	1.193.940,29	5.521.694,55	-0,00	97,75	127.045,45
DESPESAS CORRENTES	4.217.900,00	135.840,00	4.353.740,00	974.099,16	4.227.241,01	989.142,56	4.227.241,01	-0,00	97,09	126.498,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.217.900,00	135.840,00	4.353.740,00	974.099,16	4.227.241,01	989.142,56	4.227.241,01	-0,00	97,09	126.498,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	1.295.000,00	1.295.000,00	114.797,73	1.294.453,54	114.797,73	1.294.453,54	0,00	99,96	546,46
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.295.000,00	1.295.000,00	114.797,73	1.294.453,54	114.797,73	1.294.453,54	0,00	99,96	546,46
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)</b>	<b>126.000.000,00</b>	<b>73.297.031,91</b>	<b>193.297.031,91</b>	<b>18.672.429,21</b>	<b>139.564.529,28</b>	<b>27.861.076,80</b>	<b>139.338.292,42</b>	<b>5.226.236,86</b>	<b>72,20</b>	<b>58.958.739,49</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.295.000,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.295.000,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.295.000,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.295.000,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>126.000.000,00</b>	<b>73.297.031,91</b>	<b>193.297.031,91</b>	<b>18.672.429,21</b>	<b>139.564.529,28</b>	<b>27.861.076,80</b>	<b>139.564.529,28</b>	<b>5.226.236,86</b>	<b>72,20</b>	<b>58.958.739,49</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.643.516,68</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>126.000.000,00</b>	<b>73.297.031,91</b>	<b>193.297.031,91</b>	<b>18.672.429,21</b>	<b>139.564.529,28</b>	<b>27.861.076,80</b>	<b>167.208.045,96</b>	<b>69,56</b>	<b>-</b>	<b>58.958.739,49</b>

Fonte: Contabilidade

## Anexo F – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2009

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves, 1151  
BAGÉ - RS  
53-32405151  
sac@bage.rs.gov.br  
http://www.bage.rs.gov.br

MUNICÍPIO DE BAGÉ  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO À DEZEMBRO 2009/BIMESTRE  
NOVEMBRO-DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				RS 1,00	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)		Até Bimestre (c)		REALIZAR (a-c)	
			% (b/a)	% (c/a)				
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	155.231.900,00	173.531.826,49	28.171.945,96	16,23	144.817.798,37	83,45	28.714.028,12	
RECEITAS CORRENTES	132.974.952,34	148.936.452,61	27.317.307,77	18,34	139.833.266,93	93,89	9.103.185,68	
RECEITA TRIBUTÁRIA	28.589.302,11	33.651.667,30	5.843.293,05	17,36	32.280.951,15	95,93	1.370.716,15	
Impostos	15.014.000,00	18.414.665,19	2.765.570,71	15,02	15.942.375,67	86,57	2.472.289,52	
Taxas	13.575.302,11	15.237.002,11	3.077.722,34	20,20	16.338.575,48	107,23	-1.101.573,37	
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.615.700,00	6.615.700,00	1.073.875,26	16,23	6.243.950,44	94,38	371.749,56	
Contribuições Sociais	4.965.700,00	4.965.700,00	824.392,70	16,60	4.692.262,32	94,49	273.437,68	
Contribuições Econômicas	1.650.000,00	1.650.000,00	249.482,56	15,12	1.551.688,12	94,04	98.311,88	
RECEITA PATRIMONIAL	4.178.624,00	4.461.076,48	650.279,00	14,58	3.309.697,06	74,19	1.151.479,42	
Recetas Imobiliárias	62.600,00	62.600,00	3.031,58	4,84	16.734,29	26,73	45.865,71	
Receta de Valores Mobiliários	4.116.024,00	4.398.476,48	647.247,42	14,72	3.292.862,77	74,86	1.105.613,71	
Receta de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receta da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receta da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recetas da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recetas da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	39.976,19	59.976,19	140.598,68	234,42	205.020,06	341,84	-145.043,87	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	84.597.074,00	92.939.725,60	17.199.595,00	18,51	86.132.113,05	92,68	6.807.612,55	
Transferências Intergovernamentais	83.269.074,00	89.830.251,07	16.849.925,00	18,76	84.476.990,30	94,04	5.353.260,77	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	1.328.000,00	3.109.474,53	349.670,00	11,25	1.655.122,75	53,23	1.454.351,78	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.954.276,04	11.208.307,04	2.409.666,78	21,50	11.661.635,17	104,04	-453.328,13	
Multas e Juros de Mora	567.248,04	628.628,04	308.654,19	49,10	746.238,12	118,71	-117.610,08	
Indenizações e Restituições	95.157,25	95.157,25	12.601,86	13,24	93.459,87	98,22	1.697,38	
Receta da Dívida Ativa	7.341.000,00	9.406.606,00	1.888.317,08	20,07	9.877.411,93	105,01	-470.805,93	
Recetas Correntes Diversas	950.870,75	1.077.915,75	200.093,65	18,56	944.525,25	87,63	133.390,50	
RECEITAS DE CAPITAL	22.256.947,66	24.595.373,88	854.638,19	3,47	4.984.531,44	20,27	19.610.842,44	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.000.000,00	8.424.700,00	689.638,19	8,19	3.969.111,44	47,11	4.455.588,56	
Operações de Crédito Internas	0,00	424.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424.700,00	
Operações de Crédito Externas	8.000.000,00	8.000.000,00	689.638,19	8,62	3.969.111,44	49,61	4.030.888,56	
ALIENAÇÃO DE BENS	96.147,66	96.147,66	0,00	0,00	0,00	0,00	96.147,66	
Alienação de Bens Móveis	96.147,66	96.147,66	0,00	0,00	0,00	0,00	96.147,66	
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14.159.800,00	16.073.526,22	165.000,00	1,03	1.015.420,00	6,32	15.058.106,22	
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	14.159.800,00	16.073.526,22	165.000,00	1,03	1.015.420,00	6,32	15.058.106,22	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recetas de Capital Diversas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	

Continua na Página 2/3




**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves, 1151  
 BAGE - RS  
 53-32405151  
 sac@bage.rs.gov.br  
 http://www.bage.rs.gov.br

MUNICÍPIO DE BAGE  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO À DEZEMBRO 2009/BIMESTRE  
 NOVEMBRO-DEZEMBRO

Continuação 1/3

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.768.100,00	6.768.100,00	1.238.030,52	18,29	4.892.241,75	72,28	1.875.858,25
RECEITAS CORRENTES	6.768.100,00	6.768.100,00	1.238.030,52	18,29	4.892.241,75	72,28	1.875.858,25
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.768.100,00	6.768.100,00	1.238.030,52	18,29	4.892.241,75	72,28	1.875.858,25
Contribuições Sociais	6.768.100,00	6.768.100,00	1.238.030,52	18,29	4.892.241,75	72,28	1.875.858,25
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (II+III)</b>	<b>162.000.000,00</b>	<b>180.299.926,49</b>	<b>29.409.976,48</b>	<b>16,31</b>	<b>149.710.040,12</b>	<b>83,03</b>	<b>30.589.886,37</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)</b>	<b>162.000.000,00</b>	<b>180.299.926,49</b>	<b>29.409.976,48</b>	<b>16,31</b>	<b>149.710.040,12</b>	<b>83,03</b>	<b>30.589.886,37</b>
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	3.614.009,73	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V+VI)</b>	<b>162.000.000,00</b>	<b>180.299.926,49</b>	<b>29.409.976,48</b>	<b>16,31</b>	<b>153.324.049,85</b>	<b>85,04</b>	<b>30.589.886,37</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CREDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A LIQUIDAR (f)-(h+g)
				No Bim	Até Bim	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS(h)	%	
						No Bim	Até Bim(g)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>156.807.054,27</b>	<b>28.021.162,83</b>	<b>184.828.236,90</b>	<b>28.764.385,42</b>	<b>147.344.136,34</b>	<b>29.664.771,69</b>	<b>140.419.407,04</b>	<b>6.924.729,30</b>	<b>79,72</b>	<b>37.484.100,56</b>
DESPESAS CORRENTES	114.977.896,00	19.212.894,61	134.190.790,61	20.020.545,48	127.157.120,94	27.462.096,04	124.670.148,66	2.586.972,48	94,76	7.033.666,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61.076.191,14	6.884.307,00	67.960.498,14	15.254.116,69	67.318.621,06	15.262.772,11	67.318.621,06	-0,00	99,06	641.877,08
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	9.000,00	9.000,00	8.059,15	8.059,15	8.059,15	8.059,15	0,00	89,55	940,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.901.703,86	12.319.587,61	66.221.291,47	9.758.369,62	59.830.440,73	12.191.264,78	57.243.469,25	2.586.972,48	90,35	6.390.850,74
DESPESAS DE CAPITAL	35.042.359,27	10.371.871,77	45.414.231,04	3.743.839,96	20.187.015,40	2.202.675,65	15.849.258,58	4.337.756,62	44,45	25.225.215,64
INVESTIMENTOS	29.519.456,65	11.532.171,77	41.051.628,42	3.049.042,61	16.002.889,59	1.641.124,61	11.931.213,47	4.071.676,12	38,98	25.048.738,83
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.120.902,62	-1.035.300,00	85.602,62	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5,84	80.602,62
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.400.000,00	-125.000,00	4.275.000,00	694.797,15	4.179.125,81	561.551,04	3.913.045,11	266.080,70	97,76	95.874,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.400.000,00	-1.347.221,70	52.778,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.778,30
RESERVA DO RPPS	5.338.800,00	-216.362,05	5.172.437,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.172.437,95
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.192.845,73	980.375,83	6.173.221,56	1.123.010,12	5.979.913,51	1.203.960,60	5.979.913,51	-0,00	96,87	193.408,05
DESPESAS CORRENTES	4.192.845,73	980.375,83	5.173.221,56	1.184.010,12	5.112.300,27	1.203.960,60	5.112.300,27	-0,00	98,82	61.021,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.192.845,73	980.375,83	5.173.221,56	1.184.010,12	5.112.300,27	1.203.960,60	5.112.300,27	-0,00	98,82	61.021,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	-61.000,00	867.613,24	0,00	867.613,24	0,00	86,76	132.386,76
DESPESAS DE CAPITAL	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	-61.000,00	867.613,24	0,00	867.613,24	0,00	86,76	132.386,76
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)</b>	<b>162.000.000,00</b>	<b>29.001.558,46</b>	<b>191.001.558,46</b>	<b>29.887.395,54</b>	<b>153.324.049,85</b>	<b>30.868.732,29</b>	<b>146.399.320,95</b>	<b>6.924.729,30</b>	<b>80,27</b>	<b>37.677.906,61</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)</b>	<b>162.000.000,00</b>	<b>29.001.558,46</b>	<b>191.001.558,46</b>	<b>29.887.395,54</b>	<b>153.324.049,85</b>	<b>30.868.732,29</b>	<b>153.324.049,85</b>	<b>80,27</b>	<b>44.602.237,91</b>	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>162.000.000,00</b>	<b>29.001.558,46</b>	<b>191.001.558,46</b>	<b>29.887.395,54</b>	<b>153.324.049,85</b>	<b>30.868.732,29</b>	<b>153.324.049,85</b>	<b>78,65</b>	<b>44.602.237,91</b>	

Fonte: Contabilidade

## Anexo G – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2010

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves, 1151

BAGE - RS

53-32405151

sac@bage.rs.gov.br

http://www.bage.rs.gov.br

MUNICÍPIO DE BAGÉ  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO À DEZEMBRO 2010/BIMESTRE  
NOVEMBRO-DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				RS 1,00	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)		Até o Bimestre (c)		REALIZAR (a-c)	
			% (b/a)	% (c/a)				
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	160.602.875,00	191.374.815,24	33.279.382,82	17,39	172.328.468,87	90,05	19.046.346,37	
RECEITAS CORRENTES	135.531.451,00	161.230.723,20	32.445.660,06	20,12	165.827.660,83	102,85	-4.596.937,63	
RECEITA TRIBUTÁRIA	31.143.586,00	35.848.538,16	6.819.637,49	19,02	36.955.478,47	103,09	-1.106.940,31	
Impostos	15.514.424,00	17.814.437,16	3.624.840,27	20,35	18.617.024,02	104,51	-802.586,86	
Taxas	15.629.162,00	18.034.101,00	3.194.797,22	17,72	18.338.454,45	101,69	-304.353,45	
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.075.459,00	6.495.843,48	1.505.901,12	23,18	7.241.941,73	111,49	-746.098,25	
Contribuições Sociais	4.616.242,00	4.820.000,41	1.235.048,82	25,62	5.566.008,01	115,48	-746.007,60	
Contribuições Econômicas	1.459.217,00	1.675.843,07	270.852,30	16,16	1.675.933,72	100,01	-90,65	
RECEITA PATRIMONIAL	2.003.674,00	3.153.720,44	1.397.114,20	44,30	4.977.182,57	157,82	-1.823.462,13	
Recetas Imobiliárias	18.714,00	34.169,36	5.718,25	16,74	24.413,98	71,45	9.755,38	
Receta de Valores Mobiliários	1.984.960,00	3.119.551,08	1.391.395,95	44,60	4.952.768,59	158,77	-1.833.217,51	
Receta de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	
Receta da Produção Vegetal	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	
Receta da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recetas da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recetas da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	76.786,00	105.844,90	17.063,27	16,12	101.149,56	95,56	4.695,34	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	85.634.028,00	103.728.257,89	20.233.024,92	19,51	103.797.015,31	100,07	-68.757,42	
Transferências Intergovernamentais	82.656.757,00	95.144.241,74	19.223.882,92	20,20	97.665.820,53	102,65	-2.521.578,79	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	210.000,00	70.000,00	33,33	170.000,00	80,95	40.000,00	
Transferências de Convênios	2.977.271,00	8.374.016,15	939.142,00	11,21	5.961.194,78	71,19	2.412.821,37	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.597.718,00	11.898.318,33	2.472.919,06	20,78	12.754.893,19	107,20	-856.574,86	
Multas e Juros de Mora	633.658,00	786.487,03	159.031,66	20,22	842.786,59	107,16	-56.299,56	
Indenizações e Restituições	130.742,00	142.277,90	10.558,47	7,42	62.527,60	43,95	79.750,30	
Receta da Dívida Ativa	8.808.379,00	9.761.632,41	2.133.527,48	21,86	10.806.850,07	110,71	-1.045.217,66	
Recetas Correntes Diversas	1.024.939,00	1.207.920,99	169.801,45	14,06	1.042.728,93	86,32	165.192,06	
RECEITAS DE CAPITAL	25.071.424,00	30.144.092,04	833.722,76	2,77	6.500.808,04	21,57	23.643.284,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.141.075,00	8.141.075,00	0,00	0,00	864.218,84	10,62	7.276.856,16	
Operações de Crédito Internas	211.819,00	2.211.819,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.211.819,00	
Operações de Crédito Externas	5.929.256,00	5.929.256,00	0,00	0,00	864.218,84	14,58	5.065.037,16	
ALIENAÇÃO DE BENS	76.915,00	86.969,18	0,00	0,00	5.890,47	6,77	81.078,71	
Alienação de Bens Móveis	76.915,00	86.969,18	0,00	0,00	5.890,47	6,77	81.078,71	
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18.853.434,00	21.916.047,86	833.722,76	3,80	5.630.698,73	25,69	16.285.349,13	
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	18.853.434,00	21.916.047,86	833.722,76	3,80	5.630.698,73	25,69	16.285.349,13	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recetas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua na Página 2/3


**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves, 1151  
 BAGÉ - RS  
 53-32405151  
 sac@bage.rs.gov.br  
 http://www.bage.rs.gov.br

MUNICÍPIO DE BAGÉ  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO À DEZEMBRO 2010/BIMESTRE  
 NOVEMBRO-DEZEMBRO

Continuação 1/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.897.125,00	7.105.016,25	1.473.830,24	20,74	7.306.135,93	102,83	-
RECEITAS CORRENTES	5.897.125,00	7.105.016,25	1.473.830,24	20,74	7.306.135,93	102,83	-201.119,68
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.418.143,00	6.626.034,25	1.473.830,24	22,24	7.306.135,93	110,26	-680.101,68
Contribuições Sociais	5.418.143,00	6.626.034,25	1.473.830,24	22,24	7.306.135,93	110,26	-680.101,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	478.982,00	478.982,00	0,00	0,00	0,00	0,00	478.982,00
Multas e Juros de Mora	478.982,00	478.982,00	0,00	0,00	0,00	0,00	478.982,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS(III) = (II+I)</b>	<b>166.500.000,00</b>	<b>198.479.831,49</b>	<b>34.753.213,06</b>	<b>17,51</b>	<b>179.634.604,80</b>	<b>90,51</b>	<b>18.845.226,69</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)</b>	<b>166.500.000,00</b>	<b>198.479.831,49</b>	<b>34.753.213,06</b>	<b>17,51</b>	<b>179.634.604,80</b>	<b>90,51</b>	<b>18.845.226,69</b>
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V+VI)</b>	<b>166.500.000,00</b>	<b>198.479.831,49</b>	<b>34.753.213,06</b>	<b>17,51</b>	<b>179.634.604,80</b>	<b>90,51</b>	<b>18.845.226,69</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	7.305.520,17	-	-	-	0,00	-
Superávit Financeiro	-	7.305.520,17	-	-	-	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	-	0,00	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CREDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A LIQUIDAR (f)-(h+g)
				No Bim	Até o Bim	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS(h)	%	
						No Bim	Até o Bim(g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	161.048.810,00	39.552.330,34	200.601.140,34	28.265.762,61	151.690.485,02	33.450.491,91	146.224.878,41	5.455.606,61	75,61	48.920.655,32
DESPESAS CORRENTES	117.298.016,00	32.837.910,81	149.935.926,81	28.432.514,19	138.580.859,77	30.841.788,55	135.645.163,10	2.935.696,67	92,43	11.355.067,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.864.428,00	15.528.776,13	76.393.204,13	16.799.873,93	75.145.115,89	16.831.395,26	75.145.115,89	-0,00	98,37	1.248.088,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	24.000,00	29.000,00	-1.408,00	27.529,73	0,00	27.529,73	0,00	94,93	1.470,27
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.428.588,00	17.085.134,88	73.513.722,88	11.634.048,28	63.408.214,35	14.010.393,29	60.472.517,88	2.935.696,67	86,25	10.105.508,33
DESPESAS DE CAPITAL	37.967.794,00	8.220.852,98	46.188.646,98	-166.751,58	13.099.635,25	2.608.703,36	10.579.715,31	2.519.909,94	28,36	33.089.021,73
INVESTIMENTOS	33.023.534,00	9.503.150,12	42.526.684,12	-755.205,65	9.707.992,62	2.020.249,29	7.188.082,68	2.519.909,94	22,83	32.818.691,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	580.780,00	-319.999,00	260.781,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.781,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.363.500,00	-962.298,14	3.401.201,86	588.454,07	3.391.632,63	588.454,07	3.391.632,63	0,00	99,72	9.569,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	918.000,00	-874.023,03	43.976,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.976,97
RESERVA DO RPPS	4.855.000,00	-432.410,42	4.432.589,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.432.589,58
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.451.190,00	445.889,53	5.897.079,53	1.369.743,62	5.867.593,18	1.392.464,06	5.867.593,18	0,00	99,50	29.486,36
DESPESAS CORRENTES	4.751.190,00	1.145.889,53	5.897.079,53	1.369.743,62	5.867.593,18	1.392.464,06	5.867.593,18	0,00	99,50	29.486,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.751.190,00	1.145.889,53	5.897.079,53	1.369.743,62	5.867.593,18	1.392.464,06	5.867.593,18	0,00	99,50	29.486,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	700.000,00	-700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	700.000,00	-700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)</b>	<b>166.500.000,00</b>	<b>39.998.219,87</b>	<b>206.498.219,87</b>	<b>29.635.506,23</b>	<b>157.548.078,20</b>	<b>34.842.955,97</b>	<b>152.092.471,59</b>	<b>5.455.606,61</b>	<b>76,30</b>	<b>48.950.141,67</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>166.500.000,00</b>	<b>39.998.219,87</b>	<b>206.498.219,87</b>	<b>29.635.506,23</b>	<b>157.548.078,20</b>	<b>34.842.955,97</b>	<b>157.548.078,20</b>	<b>157.548.078,20</b>	<b>76,30</b>	<b>48.950.141,67</b>
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	22.086.526,69	-	-
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>166.500.000,00</b>	<b>39.998.219,87</b>	<b>206.498.219,87</b>	<b>29.635.506,23</b>	<b>157.548.078,20</b>	<b>34.842.955,97</b>	<b>179.634.604,80</b>	<b>179.634.604,80</b>	<b>90,51</b>	<b>18.845.226,69</b>

Fonte: Contabilidade

Base: bage

con2\_lrfbalorc02\_2010.php Emissor: Sayonara Da Silva Goulart Morr Exercício: 2010 Data: 26-01-2011 - 14:58:02

Página 2 de 3

## Anexo H – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2011

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves, 1151

BAGE - RS

53-32405150 - CNPJ : 88.073.291/0001-99

sac@bage.rs.gov.br

http://www.bage.rs.gov.br

MUNICÍPIO DE BAGE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO À DEZEMBRO 2011/BIMESTRE  
NOVEMBRO-DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)		Até o Bimestre (c)		REALIZAR (a-c)
				% (b/a)		% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	170.616.500,00	202.876.509,82	39.163.105,92	19,30	196.639.728,76	96,93	6.236.781,06
RECEITAS CORRENTES	154.217.141,00	178.087.780,04	35.929.260,69	20,18	184.679.750,57	103,70	-6.591.970,53
RECEITA TRIBUTÁRIA	38.597.910,00	42.632.267,51	7.876.638,89	18,48	42.309.125,38	99,24	323.142,13
Impostos	20.677.000,00	22.997.734,79	4.563.878,69	19,84	22.396.953,64	97,39	600.781,15
Taxas	17.920.910,00	19.634.532,72	3.312.760,20	16,87	19.912.171,74	101,41	-277.639,02
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.772.459,00	8.075.459,00	1.493.430,29	18,49	7.356.921,69	91,10	718.537,31
Contribuições Sociais	5.911.991,00	5.911.991,00	1.054.668,52	17,84	5.560.727,09	94,06	351.263,91
Contribuições Econômicas	1.860.468,00	2.163.468,00	438.761,77	20,28	1.796.194,60	83,02	367.273,40
RECEITA PATRIMONIAL	2.518.288,00	4.246.284,63	1.572.232,54	37,03	7.970.795,38	187,71	-3.724.510,75
Recetas Imobiliárias	19.872,00	19.872,00	5.297,26	26,66	36.221,57	182,27	-16.349,57
Receta de Valores Mobiliários	2.498.416,00	4.217.912,63	1.566.935,28	37,15	7.926.010,13	187,91	-3.708.097,50
Receta de Concessões e Permissões	0,00	8.500,00	0,00	0,00	8.563,68	100,75	-63,68
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	101.487,00	699.387,00	83.342,08	11,92	763.343,82	109,14	-63.956,82
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	93.191.445,00	109.715.557,01	22.645.216,22	20,64	113.752.277,63	103,88	-4.036.720,62
Transferências Intergovernamentais	91.699.073,00	105.701.206,39	21.932.375,52	20,75	109.876.458,73	103,95	-4.175.252,34
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	2.000,00	38.572,94	0,00	0,00	44.696,58	115,62	-6.023,64
Transferências de Convênios	1.490.372,00	3.975.777,68	712.840,70	17,93	3.831.222,32	96,36	144.555,36
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.035.552,00	12.718.824,89	2.258.400,67	17,76	12.527.286,67	98,49	191.538,22
Multas e Juros de Mora	658.497,00	1.070.056,51	190.195,42	17,77	1.261.937,49	117,93	-191.880,98
Indenizações e Restituições	87.578,00	110.578,00	13.441,54	12,16	122.283,68	110,59	-11.705,68
Receta da Dívida Ativa	10.833.619,00	10.854.150,26	1.900.824,57	17,51	10.349.529,52	95,35	504.620,74
Recetas Correntes Diversas	455.858,00	684.040,12	153.939,14	22,50	793.535,98	116,01	-109.495,86
RECEITAS DE CAPITAL	16.399.359,00	24.788.729,78	3.233.845,23	13,05	11.959.978,19	48,25	12.828.751,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.154.705,00	9.154.705,00	1.670.839,50	18,25	4.517.799,92	49,35	4.636.905,08
Operações de Crédito Internas	2.024.000,00	2.024.000,00	0,00	0,00	1.919.800,00	94,85	104.200,00
Operações de Crédito Externas	7.130.705,00	7.130.705,00	1.670.839,50	23,43	2.597.999,92	36,43	4.532.705,08
ALIENAÇÃO DE BENS	25.124,00	25.124,00	65.060,00	258,96	65.060,00	258,96	-39.936,00
Alienação de Bens Móveis	25.124,00	25.124,00	65.060,00	258,96	65.060,00	258,96	-39.936,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.219.530,00	15.608.900,78	1.497.945,73	9,60	7.377.118,27	47,26	8.231.782,51
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	7.219.530,00	15.608.900,78	1.497.945,73	9,60	7.377.118,27	47,26	8.231.782,51
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua na Página 2/3

Base: bage

Contabilidade&gt;&gt;RREO&gt;&gt;Anexo I - Balanço Orçamentário con2\_lrfbalor002\_2010.php Emissor: Sayonara Da Silva Goulart Morr Exercício: 2011 Data: 19-01-2012 - 16:35:12 Página 1 de 3


**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ**

Rua Caetano Gonçalves, 1151  
 BAGE - RS  
 53-32405150 - CNPJ : 88.073.291/0001-99  
 sac@bage.rs.gov.br  
 http://www.bage.rs.gov.br

MUNICÍPIO DE BAGE  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO À DEZEMBRO 2011/BIMESTRE  
 NOVEMBRO-DEZEMBRO

Continuação 1/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.383.500,00	7.383.500,00	1.279.008,49	17,32	6.532.303,94	88,47	851.196,06
RECEITAS CORRENTES	7.383.500,00	7.383.500,00	1.279.008,49	17,32	6.532.303,94	88,47	851.196,06
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.383.500,00	7.383.500,00	1.279.008,49	17,32	6.532.303,94	88,47	851.196,06
Contribuições Sociais	7.383.500,00	7.383.500,00	1.279.008,49	17,32	6.532.303,94	88,47	851.196,06
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS(III) = (II+III)</b>	<b>178.000.000,00</b>	<b>210.260.009,82</b>	<b>40.442.114,41</b>	<b>19,23</b>	<b>203.172.032,70</b>	<b>96,63</b>	<b>7.087.977,12</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)</b>	<b>178.000.000,00</b>	<b>210.260.009,82</b>	<b>40.442.114,41</b>	<b>19,23</b>	<b>203.172.032,70</b>	<b>96,63</b>	<b>7.087.977,12</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V+VI)</b>	<b>178.000.000,00</b>	<b>210.260.009,82</b>	<b>40.442.114,41</b>	<b>19,23</b>	<b>203.172.032,70</b>	<b>96,63</b>	<b>7.087.977,12</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	-	10.387.003,94	-	-	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	10.387.003,94	-	-	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CREDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A LIQUIDAR (f)-(h+g))
				No Bim	Até o Bim	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS(h)	%	
						No Bim	Até o Bim(g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	172.020.174,00	42.147.714,51	214.167.888,51	33.321.802,12	188.006.424,11	41.784.091,06	180.162.845,49	7.843.576,62	87,78	26.161.464,40
DESPESAS CORRENTES	138.182.122,00	29.293.886,69	167.476.018,69	32.030.984,19	161.852.563,70	36.945.547,11	158.747.191,27	3.105.372,43	98,84	5.623.454,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.332.971,00	3.984.305,24	85.317.276,24	19.210.809,63	84.955.936,79	19.210.809,63	84.955.936,79	-0,00	99,58	361.339,45
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	21.650,00	65.179,00	86.729,00	0,00	86.632,75	0,00	86.632,75	0,00	99,89	96,25
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.827.601,00	25.244.412,45	82.072.013,45	12.820.174,56	76.809.984,16	17.734.737,48	73.704.621,73	3.105.372,43	93,59	5.262.019,29
DESPESAS DE CAPITAL	27.916.752,00	15.103.256,60	43.020.008,60	1.290.817,93	26.153.860,41	4.838.543,85	21.415.654,22	4.738.206,19	60,79	16.886.148,19
INVESTIMENTOS	24.570.692,00	14.775.333,23	39.346.325,23	639.710,05	22.491.590,78	4.187.436,07	17.753.384,59	4.738.206,19	57,16	16.854.734,45
INVERSÕES FINANCEIRAS	435.760,00	-90.578,42	345.181,58	26.664,65	334.078,73	26.664,65	334.078,73	0,00	98,78	11.102,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.910.000,00	418.501,79	3.328.501,79	624.443,33	3.328.190,90	624.443,33	3.328.190,90	-0,00	99,99	310,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	936.810,00	-869.480,58	67.329,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.329,42
RESERVA DO RPPS	4.984.490,00	-1.379.958,20	3.604.531,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.604.531,80
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.979.826,00	929.749,25	6.909.575,25	1.402.911,57	6.590.802,64	1.402.911,57	6.590.802,64	0,00	95,39	318.772,61
DESPESAS CORRENTES	5.318.724,00	1.310.216,32	6.628.940,32	1.274.417,35	6.310.167,71	1.274.417,35	6.310.167,71	0,00	95,19	318.772,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.318.724,00	1.310.216,32	6.628.940,32	1.274.417,35	6.310.167,71	1.274.417,35	6.310.167,71	0,00	95,19	318.772,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	661.102,00	-380.467,07	280.634,93	128.494,22	280.634,93	128.494,22	280.634,93	0,00	100,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	661.102,00	-380.467,07	280.634,93	128.494,22	280.634,93	128.494,22	280.634,93	0,00	100,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)</b>	<b>178.000.000,00</b>	<b>43.077.463,76</b>	<b>221.077.463,76</b>	<b>34.724.713,69</b>	<b>194.597.226,75</b>	<b>43.187.002,63</b>	<b>196.793.648,13</b>	<b>7.843.576,62</b>	<b>88,02</b>	<b>26.480.237,01</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>178.000.000,00</b>	<b>43.077.463,76</b>	<b>221.077.463,76</b>	<b>34.724.713,69</b>	<b>194.597.226,75</b>	<b>43.187.002,63</b>	<b>194.597.226,75</b>	<b>7.843.576,62</b>	<b>88,02</b>	<b>26.480.237,01</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	-	-	-	-	-	-	-	8.574.805,95	-	-
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>178.000.000,00</b>	<b>43.077.463,76</b>	<b>221.077.463,76</b>	<b>34.724.713,69</b>	<b>194.597.226,75</b>	<b>43.187.002,63</b>	<b>203.172.032,70</b>	<b>7.843.576,62</b>	<b>96,63</b>	<b>7.087.977,12</b>

Fonte: Contabilidade

Base: bage

Contabilidade&gt;&gt;RREO&gt;&gt;Anexo I - Balanço Orçamentari con2\_lrfbalorc002\_2010.php Emissor: Sayonara Da Silva Goulart Morr Exercício: 2011 Data: 19-01-2012 - 16:35:55 Página 2 de 3

## Anexo I – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2012

### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BAGE/RS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 88.073.291/0001-99

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012 BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

CVA: 20130127030500506665

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RS 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	No Bimestre		RECEITAS REALIZADAS		% (d/b)	SALDO A REALIZAR (e=c)
				% (c/b)	Até o Bimestre	% (d/c)			
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	192.771.000,00	264.246.242,28	41.822.499,73	15,80	229.962.557,23	86,88	34.643.787,03	
2	RECEITAS CORRENTES	172.841.597,00	210.176.493,73	38.118.735,94	18,11	202.016.657,74	96,12	8.142.080,23	
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	42.410.493,00	39.875.664,64	5.961.866,73	15,74	46.881.136,29	93,22	2.359.429,21	
4	Impostos	22.665.231,00	28.645.231,57	4.520.286,09	15,74	25.493.956,42	89,34	3.054.274,12	
5	Taxas	19.774.452,00	21.432.233,89	3.381.673,79	15,78	21.093.179,83	98,42	342.154,09	
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.247.000,00	8.504.500,00	1.263.503,37	14,84	8.390.938,10	98,55	123.561,90	
8	Contribuições Sociais	6.367.000,00	6.367.000,00	925.276,47	14,53	6.370.388,43	100,19	-12.388,43	
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.900.000,00	2.137.500,00	338.226,90	15,82	2.001.549,65	93,64	135.950,35	
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11	RECEITA PATRIMONIAL	4.653.115,00	7.993.078,53	1.281.921,18	16,04	10.960.878,18	126,62	-2.967.799,65	
12	Recursos Investidos	41.000,00	80.233,73	13.273,58	16,65	81.884,43	76,04	11.519,31	
13	Reservas de Valores Mobiliários	4.612.115,00	7.912.844,80	1.268.647,60	16,60	10.298.973,18	130,23	-2.386.128,38	
14	Recursos de Concessões e Permissões	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.417,66	103,80	-417,66	
15	Contribuições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
17	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
18	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
19	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
21	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
22	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
25	RECEITA DE SERVIÇOS	594.102,00	574.089,46	97.543,09	18,26	489.678,94	91,68	44.419,52	
26	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	194.361.491,00	129.418.685,98	29.874.939,08	19,98	129.009.272,68	95,82	5.407.192,97	
27	Transferências Intraorçamentárias	102.833.620,00	201.732.405,49	22.543.556,42	18,67	116.327.265,54	60,22	4.435.205,31	
28	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
29	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
30	Transferências de Pessoas	1.200,00	3.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
31	Transferências para o Combate à Fome	1.423.878,00	8.634.478,13	3.331.813,21	38,58	7.865.966,97	91,77	969.489,96	
32	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.465.997,00	13.668.786,73	1.778.579,97	13,02	12.180.804,65	88,59	1.558.242,08	
34	Multas e Juros de Mora	141.499,00	1.448.311,22	176.105,33	12,18	864.804,61	59,48	961.311,96	
35	Indenizações e Restituições	119.237,00	142.237,00	15.839,05	10,89	15.732,93	14,51	68.504,07	
36	Receita da Dívida Ativa	10.724.166,00	11.367.896,00	1.499.097,64	13,18	10.458.773,21	92,00	909.122,80	
37	Receitas Correntes Diversas	392.201,00	698.242,22	87.336,65	12,21	719.194,07	102,96	-201.666,85	
38	RECEITAS DE CAPITAL	10.229.403,00	24.067.554,25	3.028.763,24	6,52	27.566.371,98	114,52	25.451.699,98	
39	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.879.600,00	12.493.962,32	326.498,24	10,07	4.539.614,14	42,14	1.194.354,18	
40	Operações de Crédito Internas	7.001.000,00	9.251.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.251.000,00	
41	Operações de Crédito Externas	2.898.600,00	3.192.962,32	1.328.598,24	41,08	5.239.614,14	164,81	-2.046.631,92	

Pág. 1 / 28

### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BAGE/RS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 88.073.291/0001-99

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012 BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

CVA: 20130127030500506665

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RS 1,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (i)
					No Bimestre	Até o Bimestre	LÍQUIDAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS (i) = (g+h)	
42	ALIENAÇÃO DE BENS	8.003,00	8.003,00	94.950,00	1,186,43	94.950,00	1,186,43	-	-	-86.947,00
43	Alienação de Bens Móveis	8.003,00	8.003,00	94.950,00	1,186,43	94.950,00	1,186,43	-	-	-86.947,00
44	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
45	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
46	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.050.700,00	40.381.916,90	1.501.885,42	3,72	21.430.787,45	53,32	-	-	18.851.129,45
47	Transferências Intraorçamentárias - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
48	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
49	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
50	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
51	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
52	Transferências de Convênios - Rec. Capital	10.050.700,00	40.381.916,90	1.501.885,42	3,72	21.430.787,45	53,32	-	-	18.851.129,45
53	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
54	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.243.949,27	700.350,00	56,34	700.800,00	56,34	-	-	543.149,27
55	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
56	Dívida Ativa - Prov. de Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
57	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	1.243.949,27	700.350,00	56,34	700.800,00	56,34	-	-	543.149,27
58	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.229.000,00	2.470.226,83	1.199.978,85	0,17	1.294.379,81	0,17	-	-	0,00
59	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.229.000,00	2.470.226,83	1.199.978,85	0,17	6.548.824,42	267,51	-	-	0,00
60	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	200.000.000,00	271.723.572,09	42.981.865,97	15,82	230.510.655,24	84,83	-	-	41.212.616,85
61	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
62	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
63	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
64	Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
65	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
66	Mobiliária - Crédit. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
67	Comercial - Crédit. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
68	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (IV+V)	200.000.000,00	271.723.572,09	42.981.865,97	15,82	230.510.655,24	84,83	-	-	41.212.616,85
69	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	11,881,334,08	-	-
70	TOTAL (VII) = (V+VI)	200.000.000,00	271.723.572,09	42.981.865,97	15,82	242.492.289,32	-	-	-	-
71	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES UTILIZÁVEIS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	-	7.990.534,00	-	-	-	-	0,00	-	7.990.534,00
72	Superávit Financeiro	-	7.990.534,00	-	-	-	-	0,00	-	7.990.534,00
73	Reversura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	-	-	0,00	-	0,00

Pág. 2 / 28

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BAGE/RS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 88.073.291/0001-99

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

CVA: 201301270330500506665

RS 1,00

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)												
74	DESPESAS EM CETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (VII)	193.388.131,00	82.583.929,89	274.972.060,89	31.922.019,27	234.188.459,12	47.015.269,32	229.433.169,51	4.755.289,61	234.188.459,12	84,86	41.783.601,77
75	DESPESAS CORRENTES	166.751.245,00	67.256.201,64	203.987.486,64	37.800.959,88	166.482.907,26	41.464.850,30	195.189.437,45	289.369,87	166.482.907,26	96,32	7.518.576,35
76	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	87.876.812,00	22.251.259,72	110.128.203,72	24.607.541,43	109.210.726,79	24.626.848,71	109.210.726,79	0,00	109.210.726,79	99,17	917.476,92
77	JURAS E ENCARGOS DA DÍVIDA	31.000,00	23.844,40	60.644,40	0,00	60.644,40	0,00	60.644,40	0,00	60.644,40	100,00	0,00
78	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.877.473,00	24.981.106,52	93.798.639,52	13.293.478,15	87.211.516,11	16.838.005,59	85.924.166,24	1.243.369,87	87.211.516,11	92,98	6.567.105,41
79	DESPESAS DE CAPITAL	31.034.733,00	38.443.022,08	69.478.655,08	-5.988.939,31	37.705.551,83	5.550.410,02	34.233.022,08	3.471.819,74	37.705.551,83	54,37	31.773.100,26
80	INVESTIMENTOS	27.242.028,00	39.109.860,35	66.401.968,35	-5.720.051,71	34.631.950,09	5.760.317,42	31.158.670,13	3.471.819,74	34.631.950,09	52,15	31.773.176,29
81	INVERSÕES FINANCEIRAS	232.725,00	-6.438,00	176.279,00	0,00	176.279,00	0,00	176.279,00	0,00	176.279,00	99,82	1.724,96
82	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.510.000,00	-610.034,26	2.899.965,74	-218.899,60	2.899.965,74	-218.899,60	2.899.965,74	0,00	2.899.965,74	100,00	0,00
83	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.002.113,00	-1.002.000,00	113,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113,00
84	RESERVA DO RPPS	4.600.000,00	-2.394.107,44	2.205.892,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.205.892,56
85	DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (IX)	6.611.869,00	1.709.106,48	8.381.056,48	-31.628,78	8.303.459,21	-31.628,78	8.303.459,21	0,00	8.303.459,21	99,99	0,00
86	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.611.869,00	165.489,95	6.177.358,05	-930.240,38	6.100.240,38	6.100.240,38	6.100.240,38	0,00	6.100.240,38	99,99	0,00
87	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	1.603.706,49	2.203.706,49	898.611,59	2.203.706,49	898.611,59	2.203.706,49	0,00	2.203.706,49	100,00	0,00
88	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII)+(IX)	200.030.000,00	84.353.126,33	284.353.126,33	31.890.390,48	242.492.289,33	46.983.640,55	237.736.999,72	4.755.289,61	242.492.289,33	85,28	41.860.837,00
89	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X)+(XI)	200.030.000,00	84.353.126,33	284.353.126,33	31.890.390,48	242.492.289,33	46.983.640,55	237.736.999,72	4.755.289,61	242.492.289,33	85,28	41.860.837,00
97	SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	TOTAL (XIV) = (XII)+(XIII)	200.030.000,00	84.353.126,33	284.353.126,33	31.890.390,48	242.492.289,33	46.983.640,55	237.736.999,72	4.755.289,61	242.492.289,33	85,28	41.860.837,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Ofício, Edital, etc)

## Anexo J – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2013

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BAGE/RS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 88.073.291/0001-99

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

CVA: 201401281730180056906

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) RS 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO (b-c)
						Ano o Bimestre (c)	% (c/b)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	271.674.600,00	309.822.261,30	41.151.921,00	13,47	228.796.611,32	72,08	75.028.649,98
2	RECEITAS CORRENTES	208.111.377,00	231.414.477,00	41.070.536,00	17,77	218.053.182,32	94,20	13.361.295,25
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	47.231.481,00	56.086.684,95	10.620.826,52	18,94	48.013.661,33	85,77	1.023.033,00
4	Impostos	27.115.809,00	32.871.322,05	6.307.638,72	19,16	30.115.972,08	87,62	2.755.349,09
5	Taxas	20.116.672,00	23.465.372,00	4.312.897,80	18,62	24.897.688,24	107,49	-1.732.316,24
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0.808.000,00	9.806.900,00	1.297.087,37	13,23	9.218.628,19	94,01	587.571,81
8	Contribuição Sociais	7.684.000,00	7.684.000,00	1.135.642,42	14,78	7.830.956,61	97,62	183.049,39
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	2.122.000,00	2.122.900,00	161.445,33	7,61	1.371.471,58	80,94	404.528,42
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	10.217.834,00	10.223.121,26	174.779,01	1,71	-115.398,92	-1,13	10.339.220,18
12	Recursos Investidos	174.000,00	174.000,00	9.962,88	5,72	23.518,51	13,51	86.481,49
13	Recursos de Valores Mobiliários	10.070.834,00	10.070.121,26	159.901,45	1,59	-170.555,51	-1,69	10.249.676,77
14	Recursos de Concessões e Permissões	10.000,00	10.000,00	4.910,56	49,11	19.638,24	196,38	-9.638,24
15	Comprovação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Recursos Decretados do Diretor de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Recursos de Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Recursos de Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Recursos de Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Recursos da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Recursos da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Recursos da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	389.896,00	697.450,00	130.357,08	18,69	728.807,57	104,51	-31.357,57
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	126.990.185,00	139.104.662,41	24.089.728,89	18,77	137.109.256,48	98,54	1.995.406,01
30	Transferências a Entidades sem fins lucrativos	123.113.326,00	135.506.910,49	22.515.456,24	19,08	133.883.445,61	100,17	-223.944,21
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências de Eventos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Contribuições	3.975.000,00	5.342.160,54	568.092,54	10,63	3.124.811,92	58,49	2.217.348,62
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.375.541,00	15.848.692,42	2.572.889,95	17,95	14.989.839,68	94,89	1.447.052,74
37	Multas e Juros de Mora	372.278,00	1.784.032,51	224.692,24	12,61	1.245.896,61	69,84	548.139,25
38	Indenizações e Restituições	68.863,00	101.863,00	39.649,34	58,22	371.265,87	364,67	-269.602,87
39	Recursos de Dívida Ativa	12.458.000,00	12.879.539,98	2.107.714,09	16,62	11.682.075,74	92,13	997.464,25

Pag. 1 / 32

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BAGE/RS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 88.073.291/0001-99

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

CVA: 201401281730180056906

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) RS 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO (b-c)
						Ano o Bimestre (c)	% (c/b)	
40	Recursos Decretados de Aportas Periódicos para Amortização da Dívida Ativa - Res. de RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Recursos Concorrentes Diversos	877.898,00	971.036,92	89.784,65	9,24	801.810,09	82,47	179.226,83
42	RECEITAS DE CAPITAL	63.563.263,00	69.410.834,24	112.465,30	0,16	9.743.417,08	14,04	59.667.417,16
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	17.272.240,00	17.272.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.272.240,00
44	Operações de Crédito Internas	17.272.240,00	17.272.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.272.240,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	78.169,00	78.169,00	65.760,00	84,13	72.042,88	92,16	6.126,20
47	Alienação de Bens Móveis	78.169,00	78.169,00	65.760,00	84,13	72.042,88	92,16	6.126,20
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	46.212.844,00	51.920.415,24	46.805,30	0,09	7.656.117,41	14,86	43.844.297,83
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências de Eventos - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pensões - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Contribuições - Rec. Capital	46.212.844,00	51.920.415,24	46.805,30	0,09	7.656.117,41	14,86	43.844.297,83
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	540.000,00	0,00	0,00	2.815.256,87	375,21	-1.475.256,87
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa - Prov. de Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Recursos de Capital Diversos - Rec. Capital	0,00	540.000,00	0,00	0,00	2.815.256,87	375,21	-1.475.256,87
62	RECEITAS LÍQUIDAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.329.400,00	8.334.400,00	2.427.093,21	29,24	9.708.749,88	116,51	1.374.349,88
63	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	8.329.400,00	8.334.400,00	2.427.093,21	29,24	9.708.749,88	116,51	1.374.349,88
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	280.000.000,00	309.156.661,30	44.558.975,14	14,41	235.910.352,24	76,18	73.648.309,06
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (IV+V)	280.000.000,00	309.156.661,30	44.558.975,14	14,41	235.910.352,24	76,18	73.648.309,06
73	DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	877.069,76	0,00	-877.069,76
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	280.000.000,00	309.156.661,30	44.558.975,14	14,41	236.787.362,00	76,82	72.771.296,30
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES UTILIZÁVEIS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Sobras Financeiras	0,00	4.615.074,25	0,00	0,00	0,00	0,00	4.615.074,25
77	Reserva de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pag. 2 / 32



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BAGE/RS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 88.073.291/0001-99

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

CVA: 2014012817301800506906

RS 1,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS (f)g+h+i	% (i/f)	SALDO (e)
					No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)			
							No Bimestre	Até o Bimestre (g)				
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	270.192.707,00	32.866.687,88	303.059.394,88	39.387.938,96	226.048.905,65	46.463.495,77	216.711.218,75	9.337.686,90	226.048.905,65	74,59	77.010.489,23
79	DESPESAS CORRENTES	196.686.899,00	26.098.490,00	222.695.379,00	40.521.540,94	205.054.259,63	42.984.339,60	209.479.975,52	2.474.383,08	209.479.975,52	92,48	16.739.112,47
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	102.696.542,00	13.107.208,76	115.803.750,76	26.213.606,48	112.799.777,44	26.314.493,35	114.799.777,44	0,00	114.799.777,44	99,03	1.226.864,32
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	30.000,00	544.000,00	574.000,00	0,00	574.000,00	0,00	574.000,00	0,00	574.000,00	99,99	350,00
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	63.950.357,00	12.205.101,24	76.155.458,24	14.217.937,45	60.641.422,25	16.665.843,25	58.187.059,17	2.474.343,08	60.641.422,25	85,30	15.616.036,13
83	DESPESAS DE CAPITAL	87.481.132,00	0,00	87.481.132,00	-11.333.606,90	20.984.667,02	3.470.194,05	13.201.345,20	6.883.321,82	20.984.667,02	24,02	76.579.545,10
84	INVESTIMENTOS	63.222.873,00	0,00	63.222.873,00	-1.089.848,54	16.229.648,81	3.250.362,51	9.364.242,60	6.865.300,27	16.229.648,81	25,83	46.993.224,19
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	241.258,00	0,00	241.258,00	0,00	183.600,00	0,00	183.600,00	0,00	183.600,00	64,15	157.658,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.017.000,00	-320.112,42	3.696.887,58	556.230,52	3.682.400,21	559.831,54	3.682.400,21	0,00	3.682.400,21	99,81	7.147,37
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	126.707,00	-522.846,00	-396.139,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RESERVA DO RPPS	4.000.000,00	-1.741.243,32	2.258.756,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	8.307.205,00	843.011,91	9.150.216,91	0,00	2.139.723,86	9.027.423,32	2.139.723,86	9.027.423,32	0,00	0,00	122.481,49
90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.317.203,00	843.011,91	5.160.214,91	0,00	2.139.723,86	9.027.423,32	2.139.723,86	9.027.423,32	0,00	0,00	122.481,49
91	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	270.192.707,00	33.709.699,78	303.902.406,78	41.977.665,25	235.076.726,07	48.603.210,00	226.793.642,07	9.337.686,90	235.076.726,07	75,29	71.225.679,71
92	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	1.500.000,00	983.515,80	2.483.515,80	-686.514,00	1.302.633,05	-424.848,37	1.302.633,05	0,00	1.302.633,05	52,45	1.180.882,75
93	Amortização da Dívida Interna	1.500.000,00	983.515,80	2.483.515,80	-686.514,00	1.302.633,05	-424.848,37	1.302.633,05	0,00	1.302.633,05	52,45	1.180.882,75
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	1.500.000,00	983.515,80	2.483.515,80	-686.514,00	1.302.633,05	-424.848,37	1.302.633,05	0,00	1.302.633,05	52,45	1.180.882,75
96	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XI) = (XII+XIII)	280.000.000,00	34.693.215,58	314.693.215,58	40.851.148,82	236.379.362,02	48.178.374,26	227.941.675,12	9.337.686,90	236.379.362,02	75,11	78.313.853,57
100	SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	TOTAL (XIV) = (XI+XIII)	280.000.000,00	34.693.215,58	314.693.215,58	40.851.148,82	236.379.362,02	48.178.374,26	227.941.675,12	9.337.686,90	236.379.362,02	75,11	78.313.853,57
CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO			MÊS DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Extra, etc)							

## Anexo K – Balanço orçamentário: Receita e Despesa 2014

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BAGE/RS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 88.073.291.0001-99

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014-BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

CVA: 2015012917275100506224

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RS 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c/b)	SALDO (d-c)
						Ano o Bimestre (c)			
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	249.650.000,00	263.944.641,20	44.260.881,20	15,64	246.816.329,57		87,29	36.228.311,63
2	RECEITAS CORRENTES	217.780.547,00	227.906.174,00	44.072.706,70	17,99	242.312.861,08		84,18	1.093.312,02
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	84.512.824,00	60.536.506,84	10.338.653,74	17,04	59.518.165,09		86,32	-1.017.340,75
4	Impostos	29.026.241,00	33.859.762,84	5.709.619,34	17,13	32.365.671,34		95,59	-1.494.091,50
5	Taxas	24.506.544,00	24.676.544,00	4.570.044,00	17,60	27.153.493,73		106,79	-2.476.949,73
6	Contribuição de Melhoria	1.980.039,00	1.000.200,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1.980.039,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	9.975.104,00	9.973.044,00	2.261.012,70	22,68	11.279.693,78		113,10	-1.306.649,78
8	Contribuições Sociais	8.250.000,00	8.250.000,00	1.958.675,02	23,74	9.013.896,24		109,26	-763.896,24
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.725.104,00	1.723.044,00	303.236,68	19,34	2.266.027,54		131,51	-542.923,54
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	8.075.194,00	8.146.624,00	724.054,04	8,99	7.129.017,42		87,51	1.017.606,58
12	Receitas Imobiliárias	26.520,00	24.420,00	10.250,18	42,20	28.016,73		156,04	-13.606,73
13	Receitas de Valores Mobiliários	8.050.674,00	8.132.194,00	708.813,07	8,72	7.078.226,68		81,15	1.054.070,99
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	5.189,89	0,00	12.974,65		0,00	-12.974,65
15	Contribuições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
20	Receita de Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
21	Receita de Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	591.717,00	591.717,00	141.958,17	23,99	763.712,00		129,07	-171.995,00
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	140.793.147,00	163.198.509,00	25.281.802,66	16,72	147.793.143,91		89,54	1.410.365,09
30	Transferências Intergovernamentais	121.173.938,00	124.744.467,97	29.610.029,24	23,80	141.875.461,93		91,75	1.781.523,96
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
32	Transferências de Evento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	3.625.309,00	3.393.454,94	671.773,36	20,11	5.797.683,99		184,62	-2.402.229,05
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.933.596,00	13.922.021,21	3.294.985,93	23,62	16.387.897,66		106,54	-465.976,71
37	Multas e Juros de Mora	99.425,00	1.648.057,54	155.877,44	8,92	1.570.617,11		84,81	273.470,43
38	Indenizações e Restituições	36.640,00	36.640,00	301.121,54	823,12	1.817.530,74		4,65	-1.780.890,74
39	Receita da Dívida Ativa	11.811.673,00	12.602.746,43	2.636.702,59	20,92	12.314.107,42		97,71	288.639,01

Pag. 1 / 32

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BAGE/RS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 88.073.291.0001-99

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014-BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

CVA: 2015012917275100506224

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RS 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c/b)	SALDO (d-c)
						Ano o Bimestre (c)			
40	Receitas Decorrentes de Aportas Periódicas para Amortização do Déficit Anual do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	1.905.507,00	1.051.507,00	199.705,23	19,33	686.527,43		66,42	347.254,35
42	RECEITAS DE CAPITAL	2.850.433,00	25.136.487,18	188.114,24	0,74	4.005.468,49		14,93	21.131.018,69
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10.000.000,00
44	Operações de Crédito Internas	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10.000.000,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	60.550,00	60.550,00	49.350,00	81,50	155.350,00		206,54	-94.800,00
47	Alienação de Bens Móveis	60.550,00	60.550,00	49.350,00	81,50	155.350,00		206,54	-94.800,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.069.673,00	13.892.025,67	138.764,48	1,03	3.026.566,32		21,79	10.865.459,35
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
53	Transferências de Evento - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	11.069.673,00	13.892.025,67	138.764,48	1,03	3.026.566,32		21,79	10.865.459,35
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	720.210,00	1.185.897,52	0,00	0,00	821.852,17		69,29	364.339,33
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	720.210,00	1.185.897,52	0,00	0,00	821.852,17		69,29	364.339,33
62	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	16.950.000,00	16.950.000,00	1.249.839,39	7,44	11.080.749,31		65,22	5.869.250,69
63	Contribuições Sociais	16.950.000,00	16.950.000,00	1.249.839,39	7,44	11.080.749,31		65,22	5.869.250,69
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II+III)	266.600.000,00	299.994.641,20	45.610.739,54	15,23	297.867.088,88		85,96	42.127.552,32
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
70	Mobiliária - Contr. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
71	Contratual - Contr. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (IV+V)	266.600.000,00	299.994.641,20	45.610.739,54	15,23	297.867.088,88		85,96	42.127.552,32
73	DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	266.600.000,00	299.994.641,20	45.610.739,54	15,23	297.867.088,88		85,96	42.127.552,32
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES UTILIZÁVEIS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	6.419.312,72	6.419.312,72	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
76	Suporte Financeiro	6.419.312,72	6.419.312,72	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
77	Reserva de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

Pag. 2 / 32

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BAGE/RS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 88.073.291/0001-99

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

CVA: 2015012917275100506224

RS 1,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS (f)+(g)+(i)	%	SALDO (d)
					No Bimestre	Até o Bimestre	LÍQUIDAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)			
							No Bimestre	Até o Bimestre (g)				
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	255.721.420,00	39.524.829,98	295.246.249,98	40.937.616,7	239.909.251,60	48.776.201,66	235.262.968,43	4.626.283,17	239.909.251,60	81,26	55.336.998,38
79	DESPESAS CORRENTES	217.429.594,00	29.361.094,48	246.811.539,48	40.965.749,89	226.948.279,23	46.927.309,81	224.047.176,11	2.901.103,12	226.948.279,23	91,95	19.863.260,25
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	114.229.998,00	20.422.205,55	132.274.209,55	28.098.679,04	127.561.982,66	28.098.679,04	127.561.982,66	0,00	127.561.982,66	96,23	4.724.227,34
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	49.000,00	0,00	49.000,00	0,00	32.115,19	0,00	32.115,19	0,00	32.115,19	65,76	16.884,81
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	105.989.596,00	8.938.888,93	114.489.099,89	12.867.070,69	99.365.181,28	18.533.766,42	96.464.083,68	2.901.103,12	99.365.181,28	86,79	15.123.918,61
83	DESPESAS DE CAPITAL	32.449.828,00	11.213.629,50	43.671.657,50	28.176,17	12.960.072,37	2.948.892,85	11.213.629,50	1.746.442,85	12.960.072,37	29,67	30.711.585,13
84	INVESTIMENTOS	26.909.828,00	13.164.645,51	39.967.201,51	-685.734,24	9.139.272,66	1.611.291,30	7.414.844,61	1.726.447,25	9.139.272,66	23,05	30.831.928,85
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	152.000,00	-88.000,00	64.000,00	0,00	92.124,00	0,00	92.124,00	0,00	92.124,00	98,05	6.876,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	8.810.000,00	-1.921.570,02	3.889.429,98	437.601,55	3.729.120,51	437.601,55	3.729.120,51	0,00	3.729.120,51	95,89	160.309,47
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	-1.050.000,00	-900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RESERVA DO RPPS	4.750.000,00	0,00	4.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	10.878.840,00	4.234.647,21	15.113.237,21	1.088.420,60	12.983.237,65	1.088.420,60	12.983.237,65	0,00	12.983.237,65	83,26	2.129.999,56
90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.628.580,00	4.373.647,21	13.502.237,21	768.240,68	10.611.221,68	768.240,68	10.611.221,68	0,00	10.611.221,68	81,61	2.891.015,52
91	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.225.000,00	-139.000,00	2.111.000,00	201.179,05	1.972.820,95	1.972.820,95	1.972.820,95	0,00	1.972.820,95	91,42	138.179,05
92	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII)+(IX)	266.600.000,00	43.759.487,21	310.359.487,21	42.006.037,31	252.492.489,25	49.844.622,30	247.866.206,08	4.626.283,17	252.492.489,25	81,35	57.866.997,96
93	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Dívida Mobiliária + Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Outras Dívidas + Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XI) = (X)+(XI)	266.600.000,00	43.759.487,21	310.359.487,21	42.006.037,31	252.492.489,25	49.844.622,30	247.866.206,08	4.626.283,17	252.492.489,25	81,35	57.866.997,96
101	SUPERAVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.374.599,63	0,00	5.374.599,63	0,00	5.374.599,63
102	TOTAL (XIV) = (XII)+(XIII)	266.600.000,00	43.759.487,21	310.359.487,21	42.006.037,31	252.492.489,25	49.844.622,30	253.240.805,71	4.626.283,17	257.867.088,88	0,00	5.374.599,63
CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO				MÉDIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)						